

PROGRAMA TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO do ALENTEJO CENTRAL



Maio de 2008

ÍNDICE GERAL

1. Introdução	4
2. Caracterização sócio-económica do Alentejo Central	5
2.1. O Alentejo Central no contexto nacional	6
2.2. População e recursos humanos	10
2.3. Competitividade económica e inovação	16
2.4. Modelo territorial e coesão social	25
2.5. Ambiente e qualidade de vida	42
3. Análise SWOT	47
3.1. Pontos fortes e pontos fracos	48
3.2. Oportunidades e ameaças	50
4. Estratégia de desenvolvimento	52
4.1. Objectivos	52
4.2. Eixos estratégicos prioritários	59
4.2.1. Promover um ambiente empresarial competitivo e inovador, aberto ao exterior	59
4.2.2. Adaptar e valorizar conhecimentos e competências	68
4.2.3. Qualificar o ambiente e potenciar o espaço rural	73
4.2.4. Assegurar um modelo territorial e social coeso	81
5. Subvenção Global	86
5.1. Justificação da Subvenção Global	86
5.2. Âmbito operacional da Subvenção Global	90
5.2.1. Condicionantes	90
5.2.2. No quadro da Competitividade, Inovação e Conhecimento	93
5.2.3. No quadro do Desenvolvimento Urbano	95
5.2.4. No quadro da Conectividade e Articulação Territorial	97
5.2.5. No quadro da Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	101
5.2.6. No quadro da Governação e Capacitação Institucional	102
5.3. Plano financeiro de investimentos	104
5.4. Disposições de implementação	107
5.4.1. Estrutura de gestão	107
5.4.2. Selecção e aprovação dos projectos	108
5.4.3. Pagamentos	109
5.4.4. Controlo e recuperação de verbas indevidas	110
5.4.5. Relatórios de execução	111
Anexo: Fichas de investimentos estruturantes	

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da área de intervenção em estudo – NUTS III Alentejo Central, com o concelho de Mora	5
Figura 2 – Competitividade e Coesão Territorial das Regiões Portuguesas: os rankings globais	7
Figura 3 – Competitividade e Coesão Territorial das Regiões Portuguesas: os Rankings Parciais da Competitividade em 2000-2002	8
Figura 4 – Articulação entre coesão e competitividade nas Sub-Regiões Portuguesas (2000- 2002)	8
Figura 5 – Articulação entre Coesão Económica e Social nas Sub-Regiões Portuguesas (2000-2002)	9
Figura 6 – Densidade populacional na Região Alentejo (NUTS II e NUTS III) por comparação ao Continente, 2006	10
Figura 7 – Taxa de crescimento efectivo nas NUTS III da Região Alentejo, 1981-2001	12
Figura 8 – População estrangeira residente na Região Alentejo, por NUTS III, 2001	13

Figura 9 - Índice de envelhecimento populacional no Alentejo Central, 2006	13
Figura 10 – População activa nas NUTS III da Região Alentejo, 2001	14
Figura 11 – População residente na NUTS III Alentejo Central segundo o nível de instrução atingido, por comparação à média nacional, 2001	15
Figura 12 – Distribuição do PIB regional, por NUTS III, em milhões de Euros	16
Figura 13 – N.º de Empresas e Sociedades existentes no Alentejo Central, por município da sede, 2006	17
Figura 14 – Número de empresas não-agrícolas, por classes de dimensão empregadora, Região Alentejo, 2001	18
Figura 15 – Número de empresas e taxa de constituição e dissolução, por NUTS III, em 2006	19
Figura 16 – Evolução do VAB na NUTS III Alentejo Central segundo a classificação de actividades A3 (CAE-Rev.2) em Milhões de Euros	21
Figura 17 - Estrutura do emprego na Região Alentejo, por NUTS III, em 2005	22
Figura 18 – Indicadores de Investigação & Desenvolvimento, 2005	23
Figura 19 - Percentagem de empresas inovadoras, segundo a NUTS III, 2007.....	24
Figura 20- População Residente Segundo a Dimensão do Lugar, Alentejo, 2001	26
Figura 21 – Alentejo Central – Rede Viária	27
Figura 22 – Serviços Ferroviários de Passageiros, Alentejo Central, 2008	28
Figura 23- Serviços Ferroviários de Carga, Portugal, 2008	28
Figura 24 - Passageiros Transportados por Região de Origem, 2005	29
Figura 25 - Veículos Automóveis Vendidos, por Município	29
Figura 26 – Aeródromos, Alentejo Central, 2008	30
Figura 27- Zonas e Parques Industriais, Alentejo Central, 2007	31
Figura 28 – N.º de Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar, no Alentejo Central, 1996-2005	33
Figura 29 - N.º de Alunos no Ensino Pré-Escolar, no Alentejo Central, 1996-2005	33
Figura 30 – Distribuição e Número dos Estabelecimentos de Ensino Obrigatório, 2005	34
Figura 31 – Estabelecimentos de Ensino 1º Ciclo, Alentejo Central e Mora	35
Figura 32 – Estabelecimentos de Ensino 2º Ciclo, Alentejo Central e Mora	35
Figura 33 - Estabelecimentos de Ensino 3º Ciclo, Alentejo Central e Mora	36
Figura 34- Alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino, Alentejo Central e Mora	36
Figura 35 – Estabelecimentos de Ensino Secundário, Profissional, Tecnológico e de Ensino Superior, Alentejo Central, 2005	37
Figura 36 – Número de alunos inscritos no Ensino Secundário, Alentejo Central e Mora	37
Figura 37 – Rede de Equipamentos de Saúde, Alentejo Central e Mora, 2008	38
Figura 38 - Centros de dia/Lares de idosos	39
Figura 39 – Outros Equipamentos Sociais e Culturais, Alentejo Central e Mora, 2005	40
Figura 40 – Rede de Bibliotecas, Alentejo Central e Mora, 2003	41
Figura 41 – Rede de Equipamentos Desportivos, Alentejo Central e Mora, 2005	42
Figura 42 - Quota da população residente servida por abastecimento de água domiciliário ...	44
Figura 43 - População residente servida por sistemas de tratamento de águas residuais	44
Figura 44 - População servida com sistemas de recolha e reciclagem de resíduos	45
Figura 45- Resíduos Urbanos Recolhidos por Habitante (Kg./Hab.)	46
Tabela 1 – População residente nos concelhos que compõem a NUTS III Alentejo Central incluindo o concelho de Mora	11
Tabela 2 – Indicadores da Sociedade de Informação, por NUTS II, 2006	15

1. Introdução

O presente documento dá resposta ao disposto no Decreto-Lei nº 312/2007 no respeitante às subvenções globais (artigos 60º a 64º), ou seja, contém todos os elementos necessários à sua aprovação, designadamente, uma estratégia territorial de desenvolvimento da NUTS III produzida pela Associação de Municípios proponente, as prioridades de investimento e, ainda, o subconjunto de intervenções propostas para integrar a subvenção, tendo em conta a regulamentação vigente, em particular a recente Deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais sobre a matéria.

Tendo em consideração os normativos comunitários e nacionais aplicáveis, optou-se igualmente por avançar desde já as condições em que a Associação de Municípios do Distrito de Évora se propõe implementar o programa de investimentos co-financiado, no que respeita à prestação de contas ao Gestor do Programa Operacional Regional do Alentejo e às responsabilidades a assumir no quadro da gestão.

O documento inclui, assim, sucessivamente os seguintes capítulos:

- Uma caracterização da situação sócio-económica da NUTS III do Alentejo Central englobando as diversas áreas relevantes para o desenvolvimento da sub-região.
- Uma análise SWOT que permite identificar as tendências pesadas da realidade sócio-económica do Alentejo Central bem como o quadro de referência (pontos fortes e pontos fracos; ameaças e oportunidades) em que se deverá definir e aplicar a estratégia de desenvolvimento.
- Uma estratégia global de desenvolvimento para as populações e território da NUTS III, enunciando os objectivos e as prioridades estratégicas para o Alentejo Central, numa perspectiva integrada e envolvendo as diversas áreas chave para o desenvolvimento.
- Um capítulo relativo à subvenção global propriamente dita que justifica a sua própria existência, identifica o âmbito operacional da Subvenção Global enquanto subconjunto de uma estratégia mais global definida para o Alentejo Central, apresenta o plano financeiro de investimentos e propõe o modelo de implementação do programa de investimentos envolvido. Este capítulo explicita os critérios e condições que estiveram na génese da determinação do âmbito mais restrito das áreas a contratualizar, onde naturalmente o conteúdo operacional e as elegibilidades do Programa Operacional Regional do Alentejo assumem papel decisivo. É obviamente por esta razão que uma das áreas mais estratégicas para o desenvolvimento do Alentejo Central é deixada de fora da Subvenção Global: o desenvolvimento dos recursos humanos, financiado pelo Fundo Social Europeu e que não é abrangido pelo POR Alentejo. Neste capítulo é também explanada a articulação entre a estratégia definida para a NUTS III e a que está subjacente para toda a região do Alentejo no próprio Programa Operacional Regional

bem como a justificação para a estruturação temática e operacional da Subvenção Global.

2. Caracterização sócio-económica do Alentejo Central

A caracterização socio-económica objecto do presente capítulo abrange não apenas a sub-região NUTS III do Alentejo Central mas igualmente o concelho de Mora visto que é o conjunto deste território – com excepção do município de Sousel - que será objecto da Subvenção Global.

A análise é assim efectuada tendo como base a NUTS III Alentejo Central, numa lógica de *benchmarking* e de integração na realidade regional e nacional, expondo os principais elos de ligação e de posicionamento municipal face à restante envolvente territorial. Não obstante, sempre que esteja disponível informação estatística desagregada ao nível concelhio, o concelho de Mora é incluído na análise.

O quadro metodológico seguido levou à identificação de quatro dimensões de análise, complementares entre si, e que têm por objectivo retratar o conjunto da realidade sub-regional. São assim abordadas de seguida as diferentes vertentes da realidade sub-regional, centrando-se nomeadamente em indicadores como o emprego, a educação, a produtividade empresarial, a inovação, as infra-estruturas e equipamentos de apoio social, o ambiente e a energia, bem como nas suas performances e evolução nos últimos anos na área de intervenção em estudo.

A Figura 1 apresenta o mapa do território abrangido bem como dos 15 municípios que o integram.

Figura 1 – Mapa da área de intervenção em estudo – NUTS III Alentejo Central, com o concelho de Mora



2.1. O Alentejo Central no contexto nacional

O Alentejo Central é uma das 5 sub-regiões que fazem parte integrante da NUTS II Alentejo. Com uma dimensão geográfica de 7.228,8 km² e uma população residente de 170.640 habitantes (dados estimados de 2006 - INE), esta sub-região situa-se no corredor central que faz a ponte de ligação Lisboa-Madrid.

A inclusão do concelho de Mora nesta unidade territorial origina uma área geográfica de estudo equivalente a 7.672,8 km² e um número total de habitantes equivalente a 175.988 pessoas. A unidade territorial em estudo, o Alentejo Central acrescido do concelho de Mora, corresponde a 8,3% do território nacional e apenas a 1,7% da população portuguesa, ao passo que a sua representatividade a nível regional situa-se em 23% da população alentejana e em 24,3% da superfície regional.

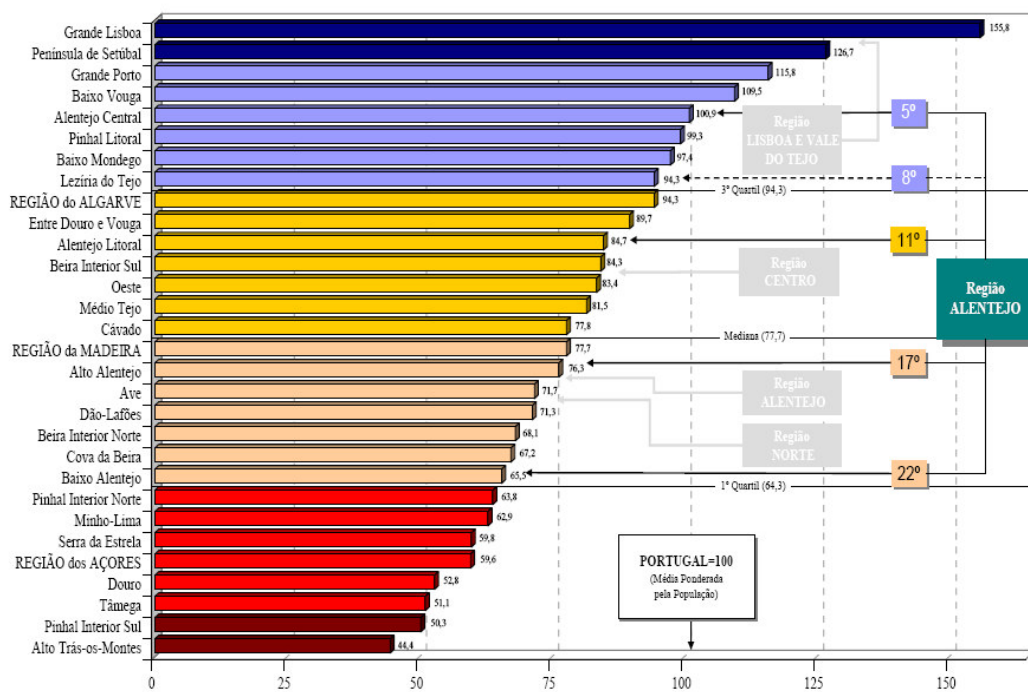
De modo global, o Alentejo Central apresenta-se como um dos territórios com maior dinâmica a nível regional. A análise cruzada das diferentes variáveis consideradas ao longo desta caracterização socio-económica destaca-a claramente face às restantes NUTS III, sendo apenas suplantada, nalguns indicadores, pela Lezíria do Tejo que, desde 2002, faz parte integrante do Alentejo estatístico. Assim sendo, no cômputo global, o Alentejo Central destaca-se como um território com algum dinamismo, apresentando na maior parte dos indicadores em análise, comportamentos positivos relativamente à média regional.

Tomando em linha de conta diversos estudos realizados, o Alentejo Central apresenta-se como uma das sub-regiões portuguesas com maiores índices de competitividade e de coesão social, o que significa, em última instância, que este território detém um conjunto de características únicas que lhe permitem destacar-se de entre as restantes sub-regiões constituintes da Região Alentejo.

Considerando, entre outros, os estudos realizados pelo consórcio liderado pela Augusto Mateus e Associados (2005)¹, o Alentejo Central ocupa o 5.º lugar no ranking global das regiões portuguesas no período 2000-2002, seguindo sub-regiões que tradicionalmente apresentam níveis superiores de desenvolvimento competitivo e de coesão como a Grande Lisboa, a Península de Setúbal, o Grande Porto e o Baixo Vouga. O Alentejo Central ultrapassa claramente a Região Alentejo (NUTS II), que se posiciona de forma mais débil neste ranking, fruto sobretudo da sua performance nas variáveis respeitantes à competitividade territorial.

¹ Veja-se, a título de exemplo, o Relatório Final do Estudo “Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social”, de Julho de 2005.

Figura 2 – Competitividade e Coesão Territorial das Regiões Portuguesas: os rankings globais em 2000- 2002



Fonte: Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social, Augusto Mateus, 2005

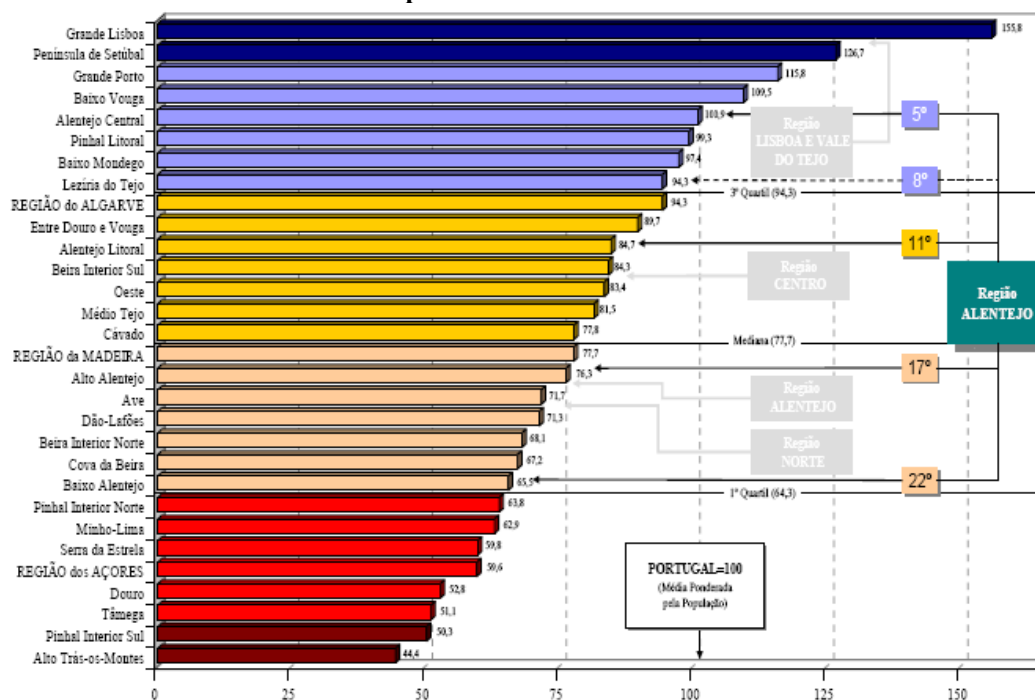
O Alentejo Central localiza-se deste modo no conjunto das designadas “regiões seguidoras”, assumindo uma posição de destaque sobretudo pelo efeito da capitalidade de Évora, que se manifesta num reforço da capacidade atractiva regional sobre novas actividades económicas e profissionais qualificados, a par com o Alentejo Litoral e a Lezíria do Tejo.

Com efeito, no Alentejo, as sub-regiões referidas revelam uma maior densidade relativa do tecido económico, capaz de propiciar a criação de emprego e de atrair novos residentes, particularmente com melhores níveis habilitacionais, o que decorre, no caso do Alentejo Central, das especificidades do perfil de especialização produtivo do mesmo, dado ser esta a sub-região onde, no conjunto regional, é dado maior relevo a sectores que valorizam factores mais avançados de competitividade e detêm maiores níveis intrínsecos de intensidade tecnológica.

A análise pormenorizada do ranking permite verificar que esta sub-região é a que, no conjunto do Alentejo, apresenta um comportamento mais positivo em termos de competitividade económica, sendo igualmente de destacar a sua posição a nível do índice de coesão social e económica.

No plano da competitividade, a região do Alentejo evidencia uma vulnerabilidade significativa, com um nível de competitividade que corresponde a cerca de 56,4% da média nacional, o que lhe confere um dos mais débeis posicionamentos à escala nacional. Do ponto de vista das NUTS III, destaque, pelas razões já mencionadas, para a região do Alentejo Central (5º lugar no ranking), que ultrapassa ligeiramente a média nacional.

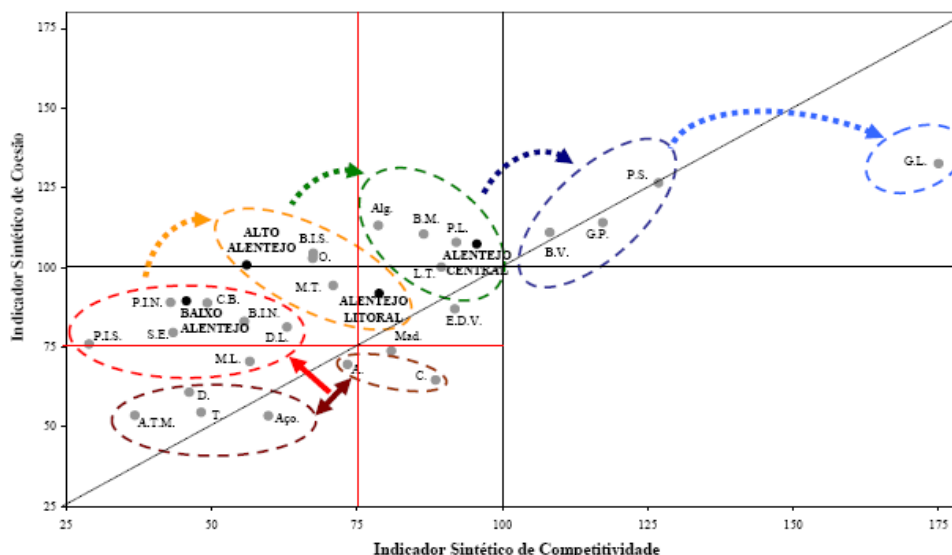
Figura 3 – Competitividade e Coesão Territorial das Regiões Portuguesas: os Rankings Parciais da Competitividade em 2000-2002



Fonte: Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social, Augusto Mateus, 2005

No plano da coesão, a região do Alentejo ostenta um posicionamento bastante mais favorável que em matéria de competitividade, dada a sua considerável proximidade da média nacional (94,8% da média). Ao nível das NUTS III, o Alentejo Central, volta a salientar-se como a sub-região com o posicionamento relativo mais favorável no seio da NUTS II onde se insere. No entanto, importa ressaltar que em matéria de coesão, todas as NUTS III da Região evidenciam performances muito próximas da média nacional, o que traduz um baixo grau de dispersão regional.

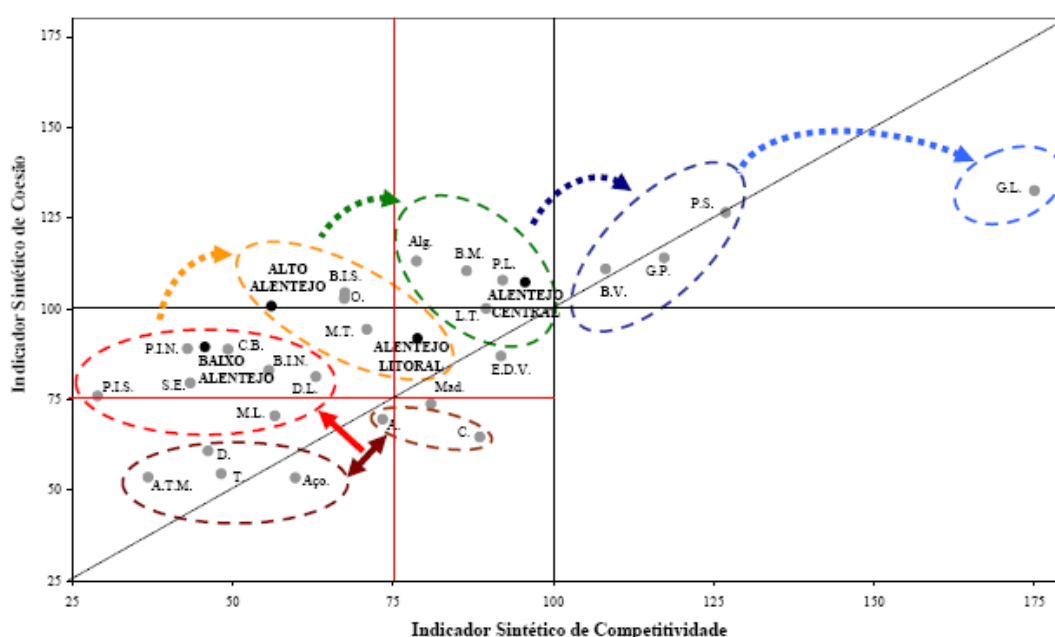
Figura 4 – Articulação entre coesão e competitividade nas Sub-Regiões Portuguesas (2000-2002)



Fonte: Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social, Augusto Mateus, 2005

Através de uma análise mais fina, comprova-se que as diferenças intra-regionais na região do Alentejo tendem a ser maiores ao nível da coesão económica do que da coesão social. Por outro lado, verifica-se que as regiões do Alentejo Central e, em menor grau, do Alto Alentejo, revelam um comportamento mais favorável em ambos os eixos de coesão económica e coesão social, superando ligeiramente a média nacional.

Figura 5 – Articulação entre Coesão Económica e Social nas Sub-Regiões Portuguesas (2000-2002)



Fonte: Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social, Augusto Mateus, 2005

Este posicionamento positivo do Alentejo Central parece igualmente estar relacionado com os chamados “grandes eixos horizontais”, situando-se nomeadamente na ligação Lisboa-Évora-Madrid, um eixo fundamental de desenvolvimento regional. A este nível são de levar em linha de conta os contributos dados pelo Plano Nacional de Ordenamento do Território (PNPOT), assim como o Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) que colocam o Alentejo Central numa posição privilegiada face aos grandes eixos transversais nacionais.

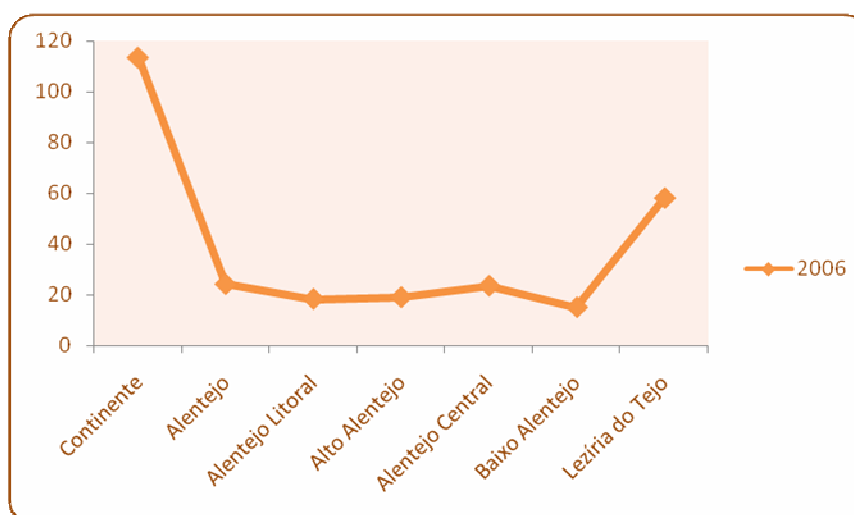
Uma das principais apostas da região Alentejo, reflectidas nomeadamente no instrumento regional de ordenamento do território, passa pelo fortalecimento da sua articulação com a Área Metropolitana de Lisboa, fazendo desta um factor indutor do crescimento regional. A estruturação da ligação à AML pressupõe a articulação entre um vasto território, que se estende de Sines até ao Alentejo Central e apoia-se em factores como a transferência e a consolidação de novas funções para estes espaços geográficos. Por outro lado, o Alentejo Central situa-se corredor

central da ligação a Espanha, tornando-se deste modo um nó estruturante das relações de comunicação, transportes e logística entre a AML e a região vizinha da Extremadura espanhola.

2.2. População e recursos humanos

A região Alentejo constitui-se como a maior região de Portugal em termos territoriais - com uma área total de 31.551 Km² - mas é simultaneamente a região com menor densidade populacional: apenas 24,2 habitantes por Km² (por contraste com 113,6 no Continente), residentes, na sua maioria, em lugares até 5.000 habitantes. A NUTS III do Alentejo Central apresenta neste contexto um valor igual à média regional (24 hab/Km²), ainda que acima das outras sub-regiões “tradicionais” alentejanas.

Figura 6 – Densidade populacional na Região Alentejo (NUTS II e NUTS III) por comparação ao Continente, 2006



Fonte: Anuário Estatístico Regional do Alentejo 2006 - INE

A evolução da densidade populacional entre o último ano censitário e o ano 2006 pauta-se por uma tendência descendente em todas as NUTS III do Alentejo, com excepção da Lezíria do Tejo, que apresenta um crescimento ligeiro. Este facto confirma o fenómeno de desertificação vivido na Região Alentejo desde a década de 70, que tem todavia vindo a ser contrariado pela implementação de estratégias, programas e acções direccionadas para o desenvolvimento socio-económico e que começam a apresentar resultados, graças à actuação conjunta dos mais diversos agentes locais, de natureza pública e privada.

Deste modo, embora a realidade populacional do Alentejo seja tendencialmente caracterizada pelas sucessivas perdas populacionais, nas últimas décadas constata-se uma desaceleração da perda populacional, sendo actualmente, e desde 1981, o Alentejo Central a sub-região com mais população residente no chamado “Alentejo Tradicional”, que não inclui a NUTS III Lezíria do Tejo.

O Alentejo Central caracteriza-se então por um comportamento relativamente positivo em termos populacionais, conseguindo, ao longo do tempo, criar níveis de empregabilidade e de qualidade de vida que têm levado à sua afirmação no contexto regional como a sub-região com a dinâmica populacional mais positiva.

No que respeita à população residente nos concelhos do Alentejo Central e de Mora, verifica-se que aqueles que apresentam maior número de habitantes são, por ordem crescente, Estremoz, Montemor-o-Novo e Évora, destacando-se Mourão como o menos populoso. No entanto, se for analisada a evolução populacional ocorrida entre o ano de 2001 e 2006 verifica-se que Mourão foi um dos concelhos que viu crescer a sua população, a par de Portel, Viana do Alentejo, Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas.

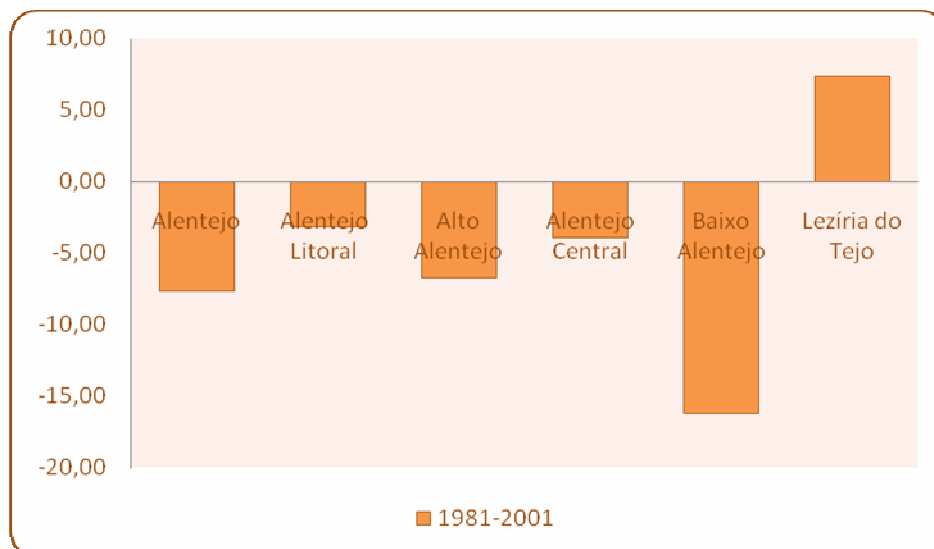
Tabela 1 – População residente nos concelhos que compõem a NUTS III Alentejo Central, incluindo o concelho de Mora

Concelho	2001	2005	2006
Alandroal	6.585	6.210	6.187
Arraiolos	7.616	7.334	7.317
Borba	7.782	7.517	7.483
Estremoz	15.672	14.936	14.811
Évora	56.519	55.507	55.420
Montemor-o-Novo	18.578	18.561	18.540
Mourão	3.230	3.359	3.370
Portel	7.109	7.097	7.117
Redondo	7.288	6.916	6.827
Reguengos de Monsaraz	11.382	11.499	11.554
Sousel	5.780	5.504	5.453
Vendas Novas	11.619	12.078	12.164
Viana do Alentejo	5.615	5.656	5.689
Vila Viçosa	8.871	8.722	8.708
Mora	5.788	5.418	5.348

Fonte: Recenseamento Geral da População e da Habitação; Anuário Estatístico Regional do Alentejo; País em números - INE

Os concelhos de Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas registaram, aliás, o maior aumento populacional do Alentejo Central. Esta dinâmica populacional encontra-se intimamente ligada à crescente dinâmica empresarial e económica destes dois municípios relacionada, no primeiro caso, com a grande afluência turística associada ao Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e à indústria dos vinhos e, no segundo caso, com a dinâmica industrial e logística e com a proximidade à Área Metropolitana de Lisboa.

Figura 7 – Taxa de crescimento efectivo nas NUTS III da Região Alentejo, 1981-2001



Fonte: Recenseamento Geral da População e da Habitação – INE

Relativamente à distribuição da população residente por sexo, em 2006, comprova-se a existência de uma fatia superior de mulheres em todas as NUTS III com excepção para o Alentejo Litoral, em que o número de homens é ligeiramente superior ao das mulheres. Em termos percentuais, a proporção de mulheres na estrutura populacional do Alentejo Central é de 51%.

Ainda a nível dos indicadores demográficos, a comparação da evolução da taxa de fecundidade no Continente e na região Alentejo atesta uma tendência de decréscimo gradual ao longo dos últimos 20 anos. Este é um fenómeno que se tem vindo a acentuar sobretudo nas últimas décadas e que é explicado quer pelo ingresso cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho, quer pela modificação das estruturas de nível familiar resultante das alterações nos padrões de povoamento e da consequente concentração da população nos centros urbanos em detrimento do meio rural.

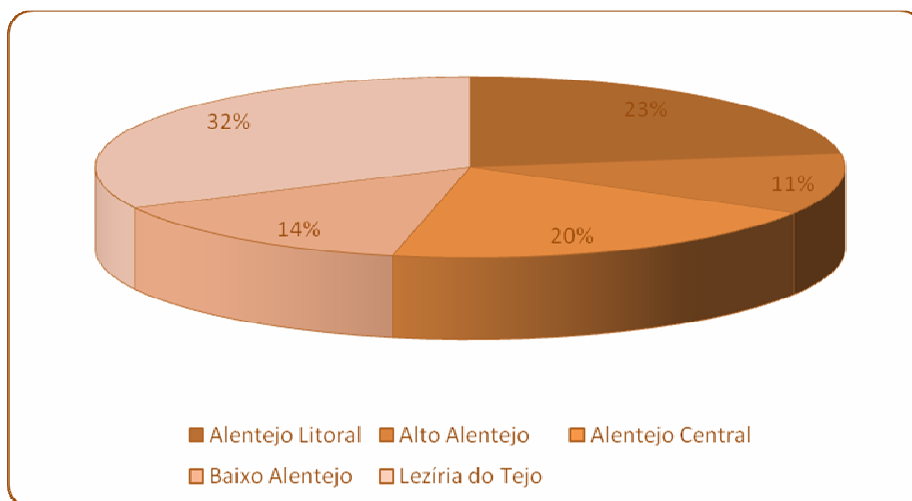
Fazendo uma comparação entre a região Alentejo e as NUTS III que o compõem, verifica-se que o Alentejo Central se destaca das outras NUTS III, apresentando uma taxa de fecundidade superior à média da região, com 38,8 ‰ contra os 38,0 ‰ do Alentejo.

Uma vez que o saldo natural da região Alentejo tem evoluído de forma negativa, com excepção da Lezíria do Tejo, os movimentos migratórios assumem importância no que diz respeito ao crescimento populacional da região e respectivas NUTS III, uma vez que minoram os efeitos associados ao decréscimo da fecundidade e possibilitam, nalguns casos, a existência de saldos de crescimento populacional positivos para as respectivas regiões.

Apesar de o Alentejo não ser a região de Portugal que importa mais população estrangeira, ainda assim esta apresenta alguma expressão que não deve ser menosprezada. O Alentejo Central

absorve cerca de 20% da população estrangeira que se fixa como residente no Alentejo, correspondendo em 2001 a cerca de 1% da população total da NUTS III (1.838 indivíduos).

Figura 8 – População estrangeira residente na Região Alentejo, por NUTS III, 2001

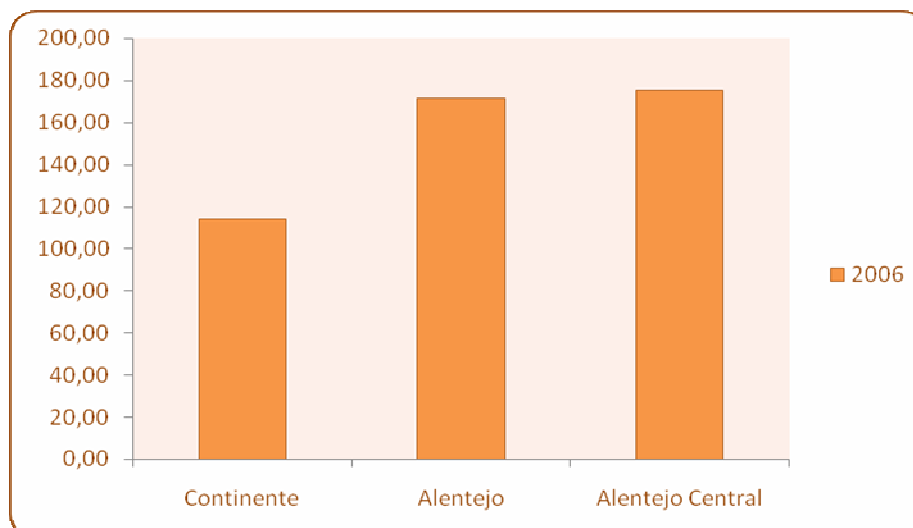


Fonte: Recenseamento Geral da População e da Habitação - INE

O envelhecimento populacional é uma realidade em Portugal e, de uma forma mais acentuada, em toda a região Alentejo. O Alentejo Central apresenta um índice de envelhecimento mesmo acima da média regional, sobretudo em função do acentuado declínio da taxa de fecundidade., o que não deixa de ser um factor negativo para o seu desenvolvimento.

Esta evolução desfavorável começou por ser um reflexo dos fenómenos migratórios, sendo hoje em dia resultado de factores endógenos, tais como o crescimento natural negativo e a incapacidade de atracção de população, tendência que está, no entanto, a sofrer uma inversão como já se referiu anteriormente, com a desaceleração do decréscimo populacional.

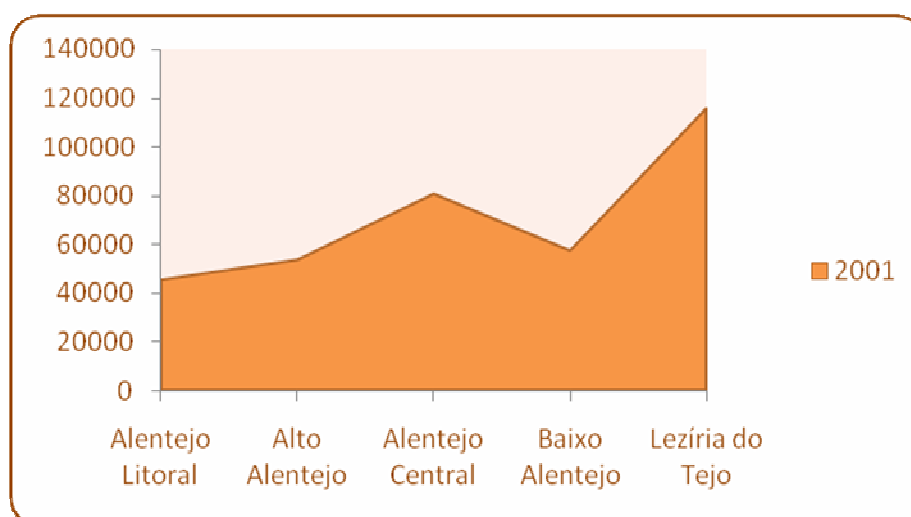
Figura 9 - Índice de envelhecimento populacional no Alentejo Central, 2006



Fonte: Recenseamento Geral da População e da Habitação - INE

O Alentejo Central é a NUTS III com mais população activa de toda a região, excluindo a Lezíria do Tejo, facto que poderá estar ligado à sua dinâmica económica e empresarial, à sua localização geo-estratégica, bem como à crescente tendência de entrada de mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, consequência do aumento de escolaridade desta população.

Figura 10 – População activa nas NUTS III da Região Alentejo, 2001



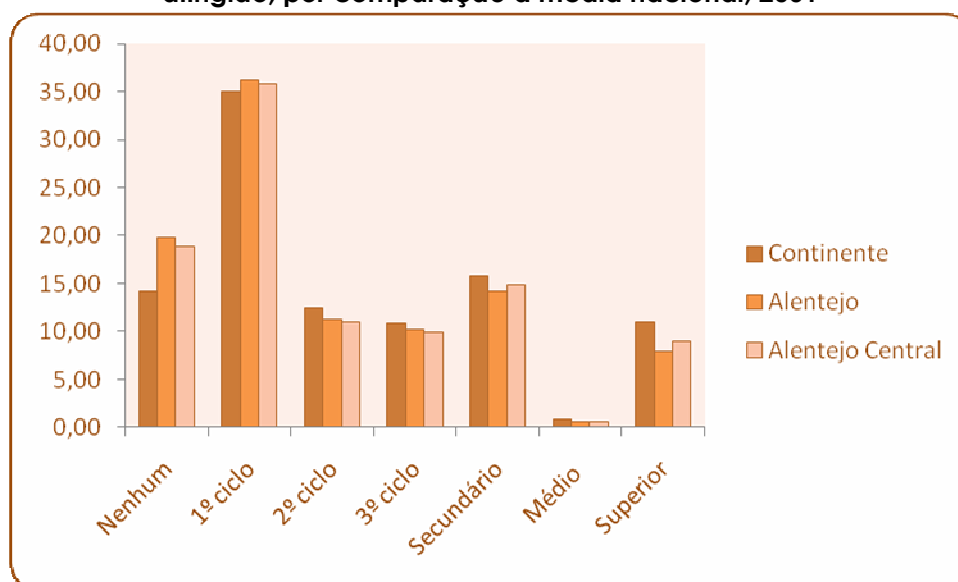
Fonte: Recenseamento Geral da População e da Habitação - INE

A taxa de actividade do Alentejo Central rondava, em 2001, valores na ordem dos 46,5%, uma média ligeiramente abaixo dos valores nacionais. No que respeita aos concelhos do Alentejo Central, os que apresentam valores acima da média sub-regional são Évora, Vendas Novas, Vila Viçosa e Borba, facto que estará relacionado com a dinâmica económica inerente a estes territórios. Évora é um centro urbano que concentra sobretudo serviços, Vendas Novas prima pela

indústria e pelas empresas ligadas aos sectores automóvel e da cortiça, e Borba e Vila Viçosa pela indústria ligada ao sector do mármore e, no caso de Borba, acumula com a área vitivinícola.

A análise do grau de instrução no Alentejo Central revela que o nível de instrução predominante é o 1º ciclo do Ensino Básico, abrangendo 35% da população total. É de destacar, igualmente, a percentagem de população que não adquiriu qualquer grau de ensino, que é, nesta sub-região, equivalente a 19% dos residentes. Por fim, destaque para a população que detém como grau de instrução o nível secundário e superior, representando cerca de 25% do total da população da NUTS III.

Figura 11 – População residente na NUTS III Alentejo Central segundo o nível de instrução atingido, por comparação à média nacional, 2001



Fonte: Recenseamento Geral da População e da Habitação - INE

Finalmente, em relação ao acesso e utilização generalizada de novas tecnologias, o Alentejo sobressai, em termos de agregados domésticos, como a região que apresenta resultados menos positivos em três indicadores ligados às TIC e à Sociedade da informação (posse de computador; ligação à Internet e ligação à Internet de banda larga), ou seja, é a região onde a percentagem de agregados domésticos com posse de computador e de ligação à Internet é mais baixa. Efectivamente, apenas em 35% dos agregados domésticos na Região Alentejo se verifica a existência de, pelo menos, um computador, sendo este valor ligeiramente mais baixo relativamente à ligação à Internet, em cerca de 27% dos agregados domésticos.

A análise ao nível individual revela, todavia, resultados divergentes dos acima apresentados. O Alentejo posiciona-se, desta feita, à frente do Algarve e do Norte na utilização de computador e de

Internet, onde cerca de 40% dos indivíduos residentes já recorrem, em diversos locais, à utilização das TIC.

Tabela 2 – Indicadores da Sociedade de Informação, por NUTS II, 2006

Unidade Territorial	Agregados domésticos (%)			Indivíduos (%)	
	Posse de computador	Ligação à Internet	Ligação à internet através de banda larga	Utilização de computador	Utilização de Internet
Continente	45,4	35,1	23,7	42,7	35,8
Norte	42,0	31,3	19,0	37,2	29,9
Centro	45,2	36,3	21,0	43,5	36,6
Lisboa	52,8	40,7	33,8	50,9	44,8
Alentejo	35,0	27,4	16,0	40,4	33,6
Algarve	41,7	34,3	21,8	37,2	29,4

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, INE

Em termos de nota explicativa, pode fazer-se aqui referência à estrutura da população portuguesa em termos de envelhecimento e iliteracia que, ao nível do Alentejo apresenta valores ainda mais preocupantes, o que justifica em parte os valores da tabela. Por outro lado, considerando que os dados de utilização de computador e de Internet não são muito díspares da realidade nacional, podem estes resultados estar relacionados com o poder de compra dos agregados domésticos da região Alentejo, cujo orçamento se demonstra insuficiente para a aquisição de computadores quando a sua utilização não está directamente relacionada com a dimensão profissional.

Ainda assim, dada a realidade existente a nível regional, a informação estatística revela alguma propensão dos indivíduos para a adesão à utilização das TIC's.

2.3. Competitividade económica e inovação

A competitividade é um conceito que integra diferentes dimensões de análise da esfera empresarial e das políticas públicas, ao nível regional, nacional e internacional, comportando em si mesmo um leque complexo de indicadores de suporte que dão resposta a cada uma destas vertentes.

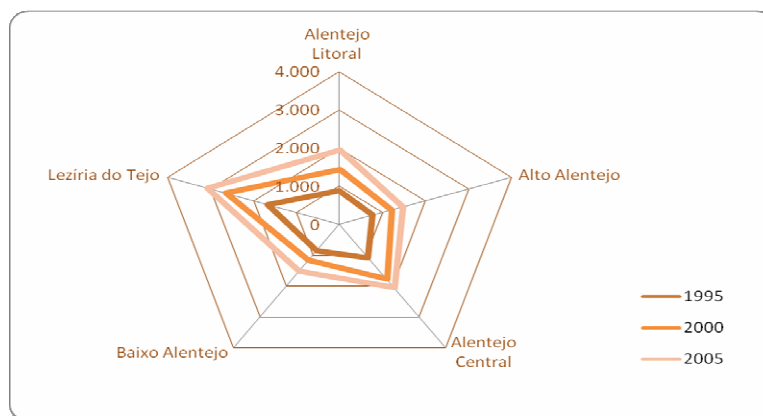
A análise da competitividade no Alentejo Central apoia-se num conjunto de indicadores de natureza macro e micro económica que possibilitam uma análise simultaneamente estrutural e conjuntural do grau de competitividade e inovação desta sub-região. Um desses indicadores-chave é o PIB que traduz a dinâmica económica global do território.

À semelhança do que acontece com o Alentejo, o Alentejo Central registou uma evolução positiva entre 1995 e 2005, período em que o seu Produto Interno Bruto praticamente duplicou, apresentando em 2005 valores superiores a 2.000 milhões de euros.

O Alentejo Central segue deste modo a tendência regional e nacional de crescimento do Produto Interno Bruto, sendo inclusivamente de todas as NUTS III do Alentejo, a sub-região que apresenta

o maior peso relativo no PIB, à excepção da Lezíria do Tejo, o que revela o papel desta região no reforço da competitividade económica da Região Alentejo.

Figura 12 – Distribuição do PIB regional, por NUTS III, em milhões de Euros

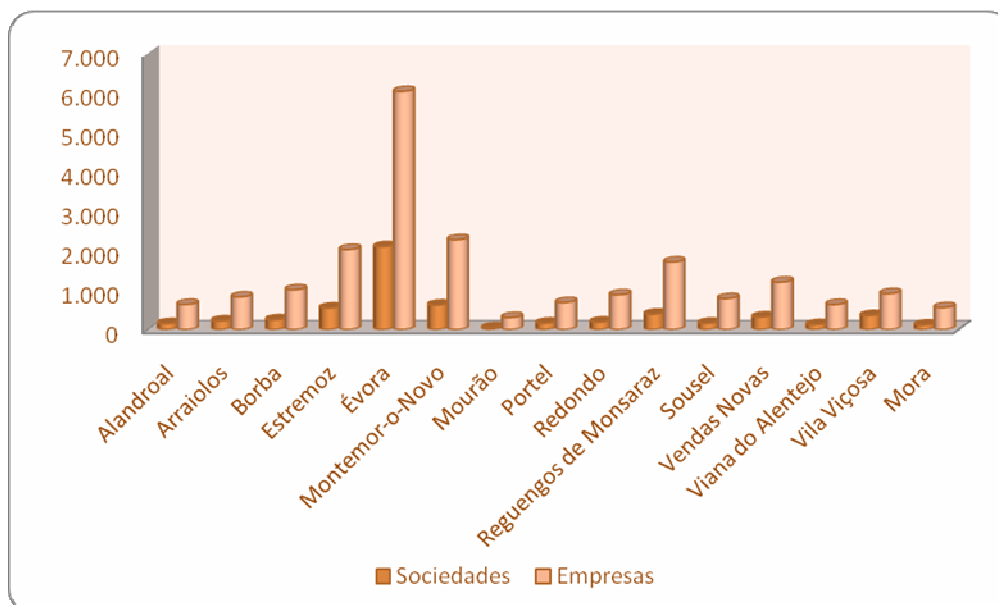


Fonte: Contas Regionais, INE

O Alentejo Central contribui de forma significativa para o conjunto de sociedades e de empresas em nome individual da Região Alentejo, quando comparado com as restantes unidades territoriais, constituindo-se, deste modo, como um dos territórios com maior capacidade empresarial.

Esta sub-região conta com cerca de 20.000 empresas e sociedades, o que corresponde a 23% do tecido empresarial regional. Esta malha empresarial é integrada, para além das empresas de micro e pequena dimensão, por um conjunto de empresas de grande dimensão no contexto regional, sendo de destacar como sectores mais dinâmicos a indústria automóvel, a indústria de componentes electrónicos, a cortiça e derivados, as rochas ornamentais e o sector agro-alimentar. Como sectores emergentes no Alentejo Central identificam-se as tecnologias de informação e comunicação (TIC) e a aeronáutica, que já apresentam projectos e empresas com dimensão significativa e elevados níveis de competitividade.

Figura 13 – N.º de Empresas e Sociedades existentes no Alentejo Central, por município da sede, 2006



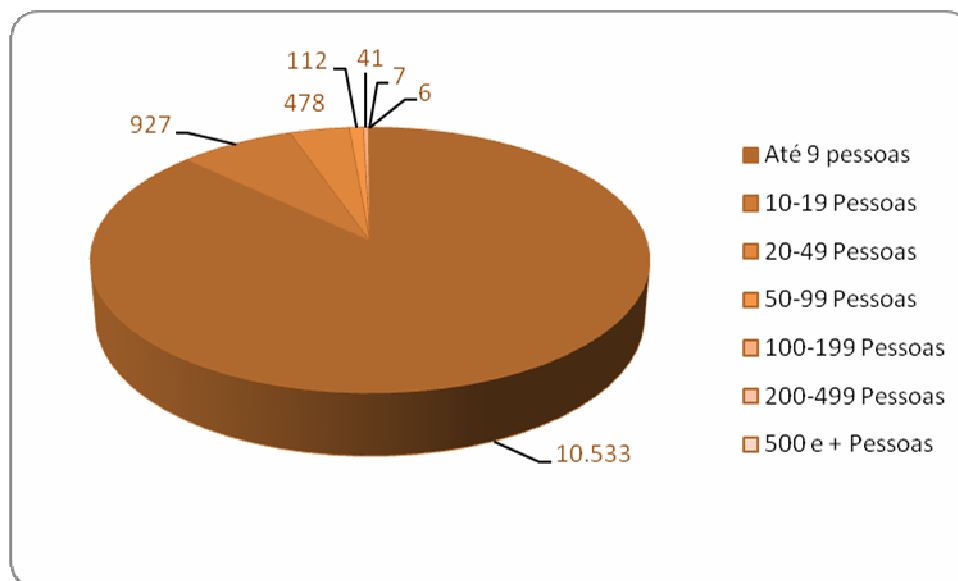
Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, INE

No que respeita à dimensão da malha empresarial concelhia, Évora, Estremoz, Montemor-o-Novo e Reguengos de Monsaraz destacam-se dos restantes concelhos pelo facto de apresentarem um maior número de empresas sedeadas, sendo que Évora lidera de forma isolada este ranking, com uma densidade empresarial que é 50% superior à dos restantes municípios em valores absolutos. A este facto parece estar associada a dimensão geográfica destes concelhos, o que induz à presença de maior número de empresas, assim como a dinâmica infundida por determinados sectores de actividade económica, sendo de destacar, entre outros, a indústria agro-alimentar.

A malha empresarial do Alentejo Central é constituída essencialmente por empresas de pequena e de muito pequena dimensão.

Estes dados demonstram que o tecido empresarial regional enferma de algumas fragilidades e ameaças, uma vez que as empresas de pequena dimensão, embora caracterizadas por uma grande agilidade e por uma rápida capacidade de redefinição das suas estratégias, enfrentam grandes dificuldades em vários domínios, como é o caso do acesso ao financiamento e da capacidade interna de desenvolvimento de actividades direccionadas para a internacionalização.

Figura 14 – Número de empresas não-agrícolas, por classes de dimensão empregadora, Região Alentejo, 2001

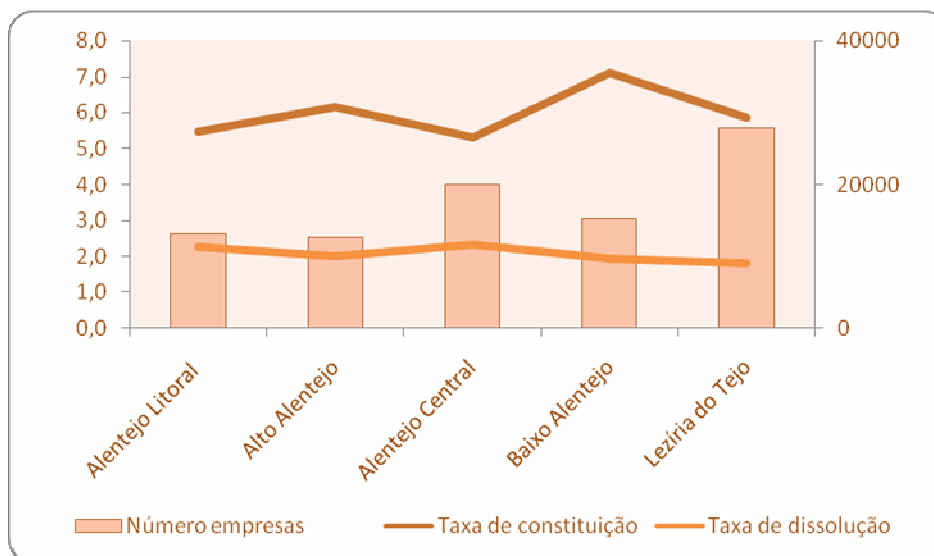


Fonte: Quadros de Pessoal, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Em termos evolutivos, a predominância de empresas de reduzida dimensão parece ser um factor de natureza estrutural que caracteriza o tecido empresarial do Alentejo Central. Efectivamente, a tendência evolutiva das empresas de cariz não agrícola baseia-se no incremento e reforço das micro empresas em detrimento de empresas de maior dimensão, sendo que a malha empresarial sub-regional tem vindo a sofrer um crescimento sustentado, factor que pode ser indicativo de dinâmica económica, ao revelar índices cada vez mais elevados de empreendedorismo e de criação e desenvolvimento empresarial.

As taxas de constituição e de dissolução de empresas possibilitam uma análise microeconómica da dinâmica empresarial de um determinado território. A nível regional, dois exemplos se destacam: por um lado, o Baixo Alentejo, onde a taxa de dissolução é uma das mais baixas entre as restantes NUTS III e a taxa de constituição é das mais elevadas, o que parece indiciar um crescimento moderado do tecido empresarial; no Alentejo Central, a tendência inverte-se, apresentando esta sub-região uma taxa de dissolução muito elevada e uma taxa de constituição relativamente baixa, o que poderá ser factor indicativo de que esta sub-região, embora possua um tecido empresarial mais forte e constituído por maior número de empresas, se encontra num processo de aumento e renovação empresarial mais lento.

Figura 15 – Número de empresas e taxa de constituição e dissolução, por NUTS III, em 2006



Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, INE

Da análise mais fina do tecido empresarial da região do Alentejo Central, ressaltam algumas dificuldades enfrentadas pelos empreendedores que resultam de factores de natureza estrutural como a baixa qualificação e envelhecimento dos recursos humanos, a dificuldade de articulação das estruturas de formação profissional com as empresas, a fragilidade do tecido empresarial (resultante essencialmente da pequena dimensão das empresas), a fraca capacidade e iniciativa empresarial e, por fim, a diminuta propensão para a internacionalização e inovação.

Essas falhas tendem a ser colmatadas, ainda que com limitações, por uma rede de instituições e associações que, a nível regional, prestam apoio a empreendedores e empresários no decurso da sua actividade. Entre essas entidades podem destacar-se efectivamente as Associações e Núcleos Empresariais, os Centros de Investigação (CEVALOR - Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais, ICAM - Instituto de Ciências Agrárias e Mediterrânicas, CEFAGE – Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia, CITI – Centro de Investigação em Tecnologias de Informação, Centro de Ecologia e Ambiente, etc), os Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico (GADE's, rede coordenada pela AMDE com apoio da ADRAL), a Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL) e a Universidade de Évora através da OTIC - Oficina de Transferência de Tecnologia e Conhecimento e do GAPI - Gabinete de Apoio à Promoção da Propriedade Industrial.

A história recente da Região Alentejo revela uma economia baseada predominantemente na agricultura, apresentando nos últimos anos uma evolução tendente à supremacia do sector terciário, relegando o sector primário para um plano inferior no conjunto dos três principais sectores de actividade. Globalmente, é o sector terciário que mais contribui para o valor acrescentado bruto (VAB) regional. Ainda assim, o sector primário continua a deter na Região Alentejo uma importância muito superior à média nacional, pelo que o padrão de especialização regional continua a ser globalmente marcado pela relevância da produção agrícola. Registam-se nos dias de hoje algumas mudanças substanciais como a diminuição do número de explorações (na sequência de um processo de concentração da propriedade) e a concretização de

investimentos geradores de importantes efeitos multiplicadores, tendo no Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva o seu melhor exemplo.

No Alentejo Central, a tendência é muito similar à da região onde se integra. O sector agrícola foi tradicionalmente aquele que mais população empregou, tendo-se constatado nos últimos anos uma inversão que tem levado a uma diminuição da importância do sector primário com um reforço, em paralelo, do sector terciário.

A nível da agricultura, destacam-se hoje em dia alguns segmentos que marcam pela diferença e que transmitem uma ideia de qualidade e de tradição. Estão nesta situação os sectores de transformação das carnes e do leite, de produção de azeites e vinhos, que têm primado pela qualidade e pela sua cada vez maior capacidade de projecção a nível nacional e internacional. Estes grandes sectores detêm uma mais-valia centrada essencialmente na área da produção, existindo já alguma experiência demonstrada e ligação às actividades de Investigação e Desenvolvimento, caracterizando-se pela introdução de tecnologia na produção e de saber fazer tradicional na área da transformação.

Estes sectores têm conseguido apostar na inovação, quer do produto, quer do processo, colocando-se-lhes hoje em dia alguns desafios e oportunidades que passam essencialmente pelo seu fortalecimento a nível de promoção e marketing, bem como de associativismo.

Na indústria, identificam-se novas tendências nos anos mais recentes, dando mostras de um maior dinamismo no sector. Entre os aspectos mais significativos, destacam-se a emergência de novos nichos de especialização produtiva e o aparecimento de investimentos potenciadores do aprofundamento de novas fileiras, como sejam a indústria de componentes para automóveis e a indústria de fabrico de componentes eléctricos/electrónicos. Também o sector agro-alimentar, com destaque para a produção dos vinhos alentejanos, tem possibilitado uma maior projecção nacional e internacional da Região Alentejo.

A nível do sector terciário, a Administração Pública tem um peso relativo superior no Alentejo comparativamente com os valores nacionais. Inclusive, em alguns concelhos, as autarquias surgem como os maiores empregadores, devido ao escasso dinamismo empresarial. A discrepância entre o panorama regional e nacional é mais visível nos serviços de maior valor acrescentado, como é o caso das actividades financeiras e dos serviços prestados às empresas: o peso relativo das actividades financeiras no VAB nacional é de 6,3%, ao passo que na região se cifra em 3,0%; as actividades imobiliárias e os serviços prestados às empresas representam apenas 6,8% do VAB regional (13,1% a nível nacional)². Estes números confirmam a reduzida “densidade empresarial” da região e a escassez de serviços de suporte ao desenvolvimento e inovação do tecido económico. Além do sector primário, o perfil de especialização produtiva do Alentejo estrutura-se em torno dos serviços de carácter não transaccionável (como educação,

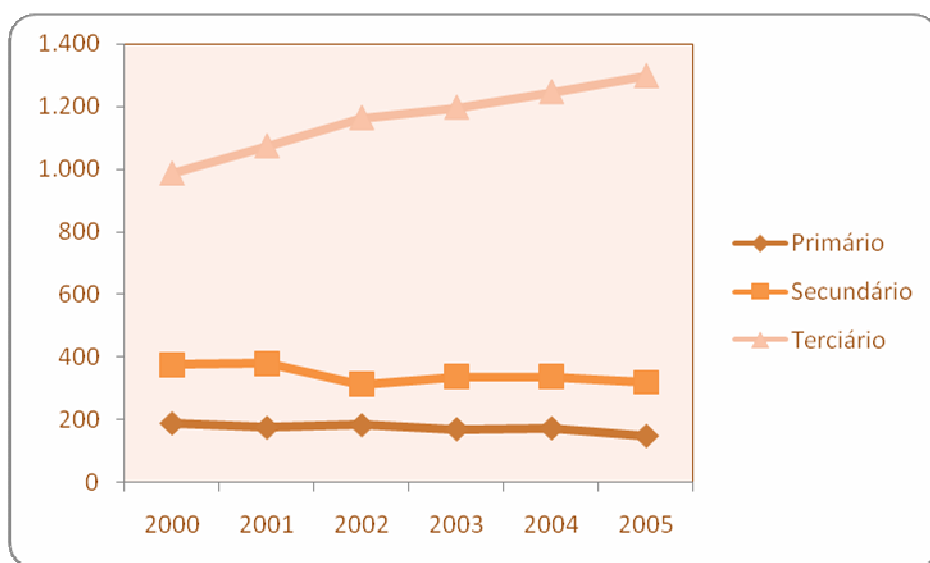
² Informação constante no Documento de Programação do Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013, produzido pela CCDDR Alentejo.

administração pública e acção social), evidenciando-se uma “sub-representação” dos serviços de apoio à actividade económica.

A leitura de alguns indicadores de natureza económica permite-nos confirmar as afirmações acima mencionadas.

O Alentejo Central apresenta um comportamento positivo a nível do VAB – Valor Acrescentado Bruto -, posicionando-se no segundo lugar no ranking das sub-regiões alentejanas.

Figura 16 – Evolução do VAB na NUTS III Alentejo Central segundo a classificação de actividades A3 (CAE-Rev.2) em Milhões de Euros



Fonte: Contas Regionais, INE

A evolução do VAB ao longo dos últimos anos destaca sobretudo a evolução relativa do sector dos serviços. Efectivamente, entre o ano 2000 e o ano 2005, o reforço do VAB associado ao sector terciário, concomitantemente com a paralisação e até decréscimo dos sectores primário e secundário, levam-nos a concluir que o sector dos serviços ocupa, cada vez mais, um papel preponderante no incremento da competitividade regional. O Alentejo Central segue a tendência verificada para o conjunto da Região Alentejo, em que o sector primário exerce um papel cada vez menos relevante a nível da economia desta sub-região. Quanto ao sector secundário, este tem vindo a sofrer das oscilações da envolvente económica que têm originado um decréscimo do sector industrial, assim como da sua dinâmica e importância no quadro económico global.

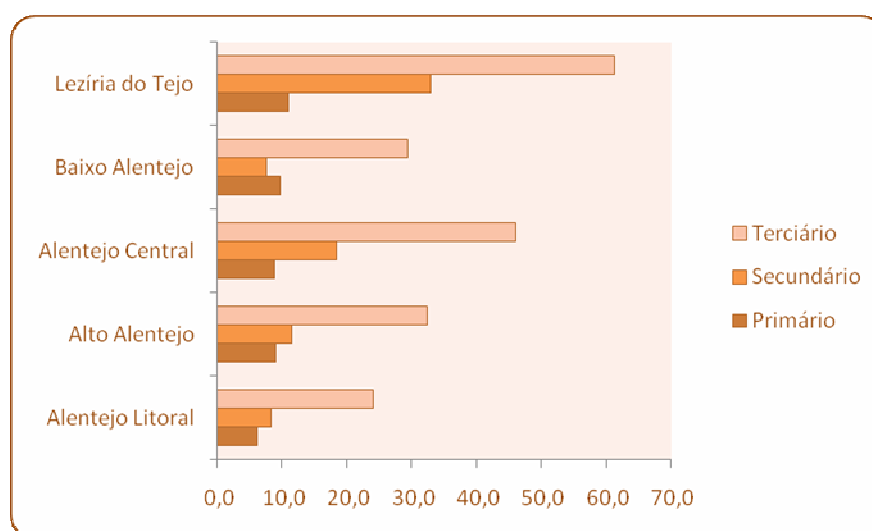
A análise da estrutura do emprego na Região Alentejo, por sub-regiões, corrobora estas afirmações. O Alentejo Central segue a tendência geral das outras NUTS III, embora o sector terciário se destaque mais fortemente nesta sub-região. Este facto poderá estar relacionado com o facto de em Évora se concentrarem as Direcções Regionais dos serviços centrais do Estado, que

empregam uma grande fatia da população. Exceptuando a Lezíria do Tejo, é no Alentejo Central que o sector terciário emprega mais população.

A indústria assume-se como o segundo grande empregador no Alentejo Central, largamente concentrada nos concelhos de Évora, Vendas Novas e nos municípios que configuram a zona dos mármore (Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal).

O sector primário deixou de ter, nas últimas décadas, a importância relativa que durante muitos anos caracterizou a Região Alentejo. Com efeito, apesar de empregar ainda alguma população, o sector primário enferma de algumas debilidades, constituindo-se cada vez mais como o sector que menos população residente emprega.

Figura 17 - Estrutura do emprego na Região Alentejo, por NUTS III, em 2005

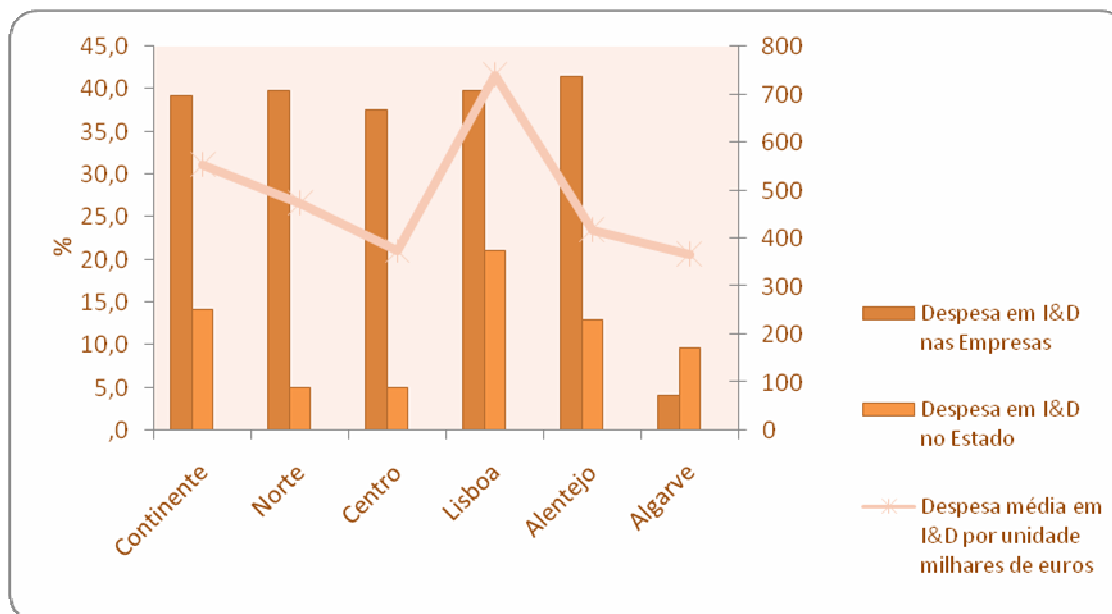


Fonte: Contas Regionais, INE

A avaliação da capacidade inovadora de uma região é uma dimensão chave de análise do seu potencial competitivo e de crescimento na economia global. Vários indicadores são usualmente considerados para medir essa capacidade, tanto no quadro da Sociedade de Informação como do desenvolvimento científico e tecnológico.

O Alentejo destaca-se cada vez mais no campo da I&D - Investigação e Desenvolvimento, revelando-se, em termos relativos, como a região líder em Portugal ao nível da despesa em I&D nas empresas, ultrapassando, desta forma, todas as regiões nacionais, conforme a figura abaixo.

Figura 18 – Indicadores de Investigação & Desenvolvimento, 2005



Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, INE

Já no que concerne aos valores referentes à despesa de I&D no Estado, estes apresentam-se ligeiramente abaixo da média nacional, mas ainda assim a Região Alentejo ocupa a segunda posição comparativamente às outras regiões, ultrapassando o Norte, o Centro e o Algarve.

Estes valores colocam a Região Alentejo numa posição vantajosa, sobretudo porque se trata de indicadores que revelam de que forma os territórios se adaptam à mudança e à inovação, assim como demonstram capacidade e flexibilidade face à articulação e ao estabelecimento de parcerias com outras entidades com o intuito de introduzir melhorias e inovações.

Por outro lado, o facto da I&D ser significativamente mais elevada a nível da esfera privada, significa um salto qualitativo e uma consciencialização fundamental rumo ao desenvolvimento, à inovação e eficiência.

A análise do grau de utilização das TIC e da aposta em factores de inovação por parte do tecido empresarial a nível sub-regional é possibilitada pelos resultados do Estudo “Inovação e TIC na Região Alentejo: Novos Perfis Profissionais”³.

A informação disponível permite revelar uma relativa banalização do uso das TIC pelas empresas do Alentejo. Com efeito, cerca de 80% das empresas possuía um ou mais computadores, no Alentejo em 2006, sendo esta percentagem mais ou menos homogénea quando se tem em conta os dados distribuídos pelas NUTS III.

É todavia na sub-região Alentejo Central que um maior número de microempresas faz recurso à utilização de computador, a julgar pelos dados retirados do estudo acima referido.

³ Este estudo foi promovido pela ADRAL, em parceria com a Universidade de Évora e o MONTE – ACE, tendo sido co-financiado pelo Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social. Os resultados obtidos resultam da aplicação de um inquérito por questionário a uma amostra de 1020 empresas sedeadas na Região Alentejo.

Ao nível das actividades de transporte, armazenagem, energia e água, extracção e serviços financeiros, constata-se que 100% das empresas sedeadas no Alentejo Central recorrem à utilização de computadores, sendo o alojamento e restauração o sector onde as empresas menos recorrem à utilização de computadores (47%), seguido do comércio por grosso e retalho (69%). Esta situação pode ter origem na reduzida dimensão das empresas em questão e também no baixo nível de instrução dos empresários, que origina baixos níveis de sensibilização e de consciencialização relativamente às TIC.

Com base no estudo referenciado, e tendo por base o conceito de inovação visto em sentido lato, o que significa sumariamente que as actividades de inovação incidem não só em melhorias nos serviços ou produtos, mas também sobre processos de produção e organização da empresa, cerca de 30% das empresas podem considerar-se inovadoras. A nível sub-regional, o Alentejo Central situa-se um pouco abaixo da média regional, apresentando-se como a terceira sub-região com maior número de empresas inovadoras.

Figura 19 - Percentagem de empresas inovadoras, segundo a NUTS III, 2007



Fonte: Estudo "Inovação e TIC nas Micro e PME's da Região Alentejo: Novos Perfis Profissionais", ADRAL

No que concerne às actividades ligadas à inovação empresarial e ao investimento das empresas em I&D, é nos sectores da prestação de serviços às empresas, indústria transformadora e transportes que maior número de empresas desenvolve actividades de cariz inovador.

A nível dos sectores de actividade em que as empresas apresentam maior intensidade no desenvolvimento de inovação, destacam-se no Alentejo Central as que trabalham nos sectores dos transportes, armazenamento e comunicações, sendo igualmente de destacar as empresas de prestação de serviços e outras empresas da indústria transformadora. Os sectores referidos experimentam rápidas mutações no seu mercado, pelo que exigem igualmente respostas mais céleres dos empresários. Estas necessidades de adaptação às condições do mercado levam-nos a apostar no desenvolvimento de actividades de inovação que apoiem processos de melhoria a

nível dos produtos e serviços prestados, assim como ao nível da resposta mais eficiente e eficaz às exigências dos seus clientes.

No mundo empresarial actual, caracterizado por rápidas mutações, e integrado num mercado cada vez mais global, a inovação demonstra ser cada vez mais a causa do sucesso de uma determinada empresa. Por esta razão, torna-se cada vez mais importante para os empresários a criação de factores de diferenciação da empresa face às restantes que operam no mercado, por forma a adquirir vantagens competitivas.

No entanto, nem todas as empresas apresentam capacidade imediata de inovação, por razões variadas que se prendem com a pequena dimensão das empresas, os custos associados, a dificuldade de estabelecimento de parcerias com entidades especializadas em actividades de I&D.

De destacar que, para as empresas sedeadas no Alentejo Central, os principais obstáculos à inovação estão essencialmente associados aos elevados custos, bem como à inexistência de fontes de financiamento adequadas à implementação deste tipo de acções, designadamente no caso de muito pequenas empresas.

Finalmente, continua a verificar-se na Região Alentejo a necessidade de modernização da Administração Pública, nos níveis regional e local, nomeadamente na sua relação com os cidadãos e as empresas, no intuito de aquela se tornar mais ágil, flexível e transparente. Trata-se ainda de um factor negativo de localização de actividades no Alentejo Central – ainda que a situação não seja diferente da maioria das regiões da Região e do País – que urge ultrapassar, de forma a que a Administração passe a ser uma externalidade positiva para as empresas e, assim, uma vantagem competitiva da sub-região.

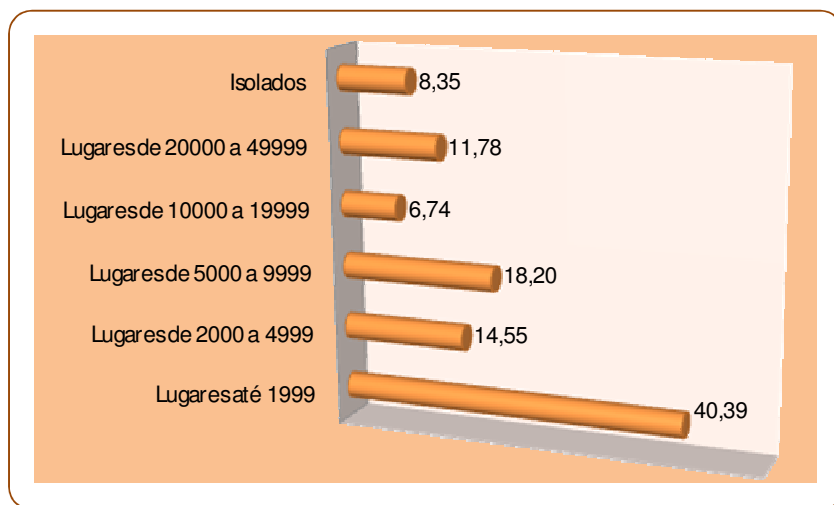
Este esforço de modernização da Administração deverá ser acompanhado pela adopção massiva das tecnologias de informação e comunicação, as quais permitem a desburocratização e simplificação de procedimentos, a criação de serviços on-line, a redução dos tempos de resposta, entre outros. A qualificação dos recursos humanos da Administração e a cooperação institucional (intra e inter-regional) são dois factores fundamentais no sucesso deste empreendimento.

2.4. Modelo territorial e coesão social

A NUTS III – Alentejo Central apresenta uma baixa densidade populacional e uma rede urbana algo desequilibrada e marcada pela existência de um reduzido número de pólos urbanos de média dimensão. Verifica-se também a desertificação continuada das zonas rurais com predominância de lugares de pequena dimensão, com grandes afastamentos em relação às sedes de concelho.

No Alentejo, em 2001, 8.35% da população era isolada. Sendo que não existia na Região nenhum lugar com mais de 50 000 habitantes, Évora, era o núcleo populacional de maior dimensão no conjunto da Região.

Figura 20- População Residente Segundo a Dimensão do Lugar, Alentejo, 2001



Fonte: Recenseamento Geral da População e da Habitação, INE

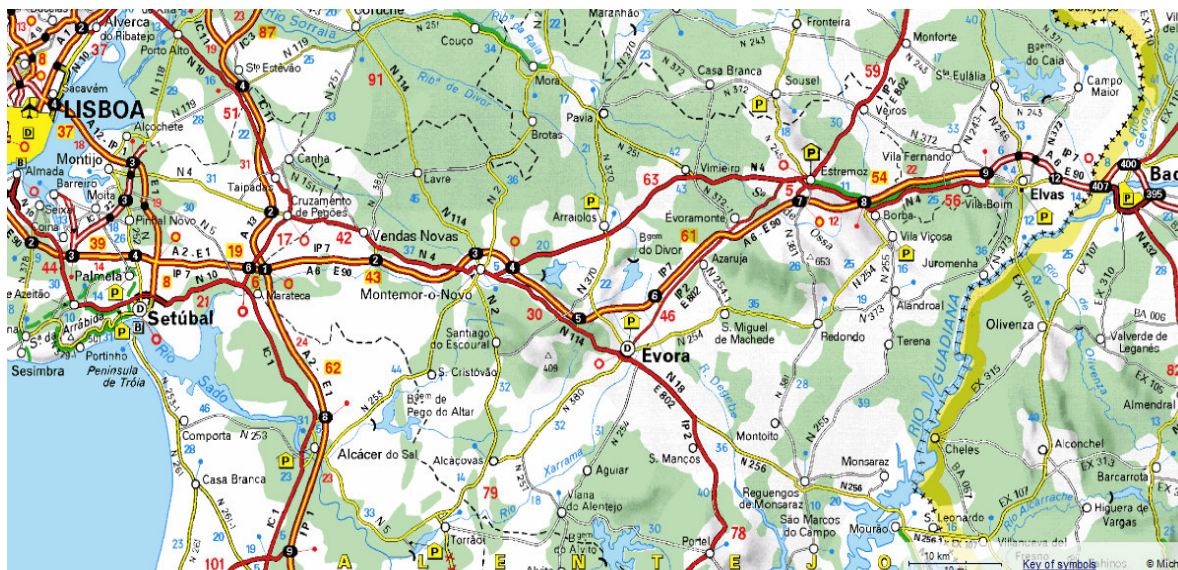
A fraca atracção de população jovem à sub-região traduz-se numa diminuição efectiva do número de fogos licenciados em construções novas, verificando-se nos últimos anos um fenómeno de decréscimo destas licenças. Analisando este indicador por município observa-se que as novas construções são sobretudo realizadas nos locais de maior dinâmica populacional, a saber, Évora, Vendas Novas e Montemor-o-Novo.

Para além disso, verificam-se nas cidades e nos pequenos aglomerados urbanos do Alentejo Central alguns desenvolvimentos em termos de recuperação e revitalização de espaços distintivos e degradados, com destaque para os centros históricos e para os projectos destinados à efectiva integração das cidades e outros aglomerados populacionais na região, reforçando a identidade e as inter-relações dos espaços urbanos e rurais.

Ainda assim, a proximidade à Área Metropolitana de Lisboa e a contiguidade espacial com Espanha dotam este território de vantagens locativas únicas no contexto da Região Alentejo, sendo que o Alentejo Central aparece cada vez mais inserido na área de influência directa da AML, daí retirando benefícios de carácter económico-social, mas também de proximidade aos equipamentos sociais e culturais existentes na capital.

Em termos de acessibilidades, regista-se uma razoável cobertura da região em termos da rede viária principal, nomeadamente no que respeita à ligação ao exterior e em particular, à Área Metropolitana de Lisboa e a Espanha. Já ao nível ferroviário existe um notório desajustamento e envelhecimento das linhas existentes.

Figura 21 – Alentejo Central – Rede Viária



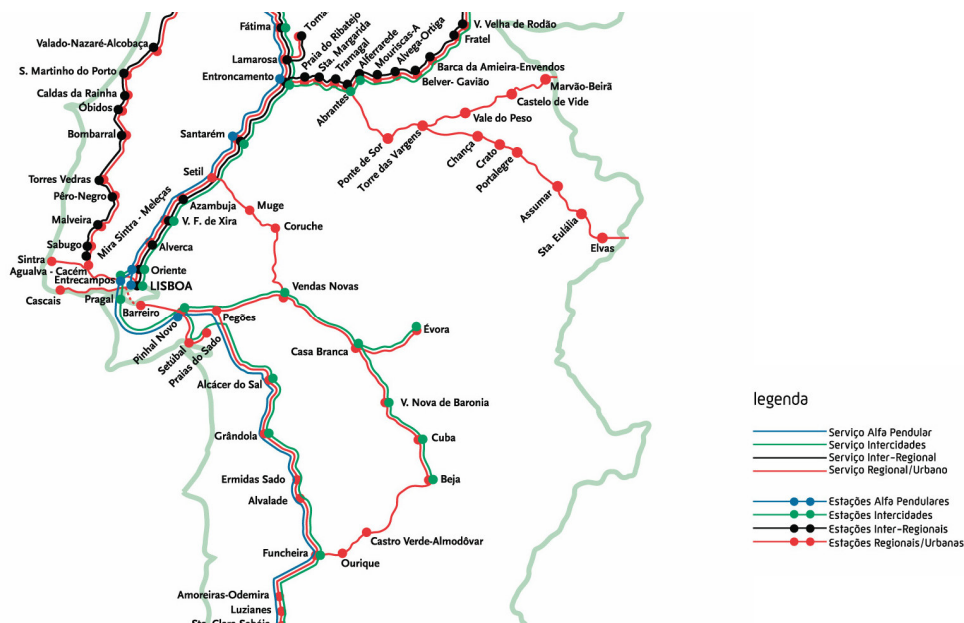
Fonte: www.viamichelin.com

Como se percebe da leitura da figura anterior, o Alentejo Central é servido pela Auto-estrada A6 (Lisboa, Badajoz), que permite ainda ligações à A2 assegurando desta forma uma rápida acessibilidade rodoviária a todo o litoral português. Em termos de Rede Principal, a sub-região conta ainda com duas ligações por Itinerário Principal, IP2 (Portelo-Faro) e IP7 (Lisboa-Caia) e com um Itinerário Complementar IC10 (Santarém-Montemor-o-Novo).

A rede de estradas nacionais encontra-se relativamente bem estruturada, muito embora ao nível municipal da rede secundária se detectem algumas deficiências, sobretudo no que diz respeito às condições de manutenção destas infra-estruturas.

Em termos de ligações ferroviárias, a sub-região aguarda com bastante expectativa a construção da Linha de Alta Velocidade que se prevê venha a contribuir de forma significativa para a melhoria das acessibilidades regionais à Europa. Actualmente, e no que se refere ao transporte de passageiros, a sub-região é servida apenas pelos serviços regionais e inter-cidades da CP - Comboios de Portugal. Estes serviços asseguram ligações a Lisboa e ao Algarve, mas não a Espanha. Esta ligação está apenas assegurada pela linha que provém do Norte Alentejano.

Figura 22 – Serviços Ferroviários de Passageiros, Alentejo Central, 2008



Fonte: www.cp.pt

Já em termos de transporte de cargas a estrutura ferroviária é um pouco mais eficiente, estando a ligação à Europa assegurada pela entrada em Badajoz, como se verifica na figura abaixo representada.

Figura 23- Serviços Ferroviários de Carga, Portugal, 2008



Fonte: www.cp.pt

Não existindo dados relativos ao número de passageiros transportados por via ferroviária, para o Alentejo Central, analisa-se a tendência registada para o conjunto da Região Alentejo, em 2005. Estes dados mostram que os fluxos mais importantes são os inter-regionais, tendência inversa à registada para o Continente. Este facto relaciona-se sobretudo com a inexistência de uma rede regional estruturada de forma a assegurar as ligações intra-regionais, nomeadamente entre os aglomerados urbanos de maior dimensão – onde se concentra o maior número de postos de trabalho - e as freguesias rurais.

Figura 24 - Passageiros Transportados por Região de Origem, 2005

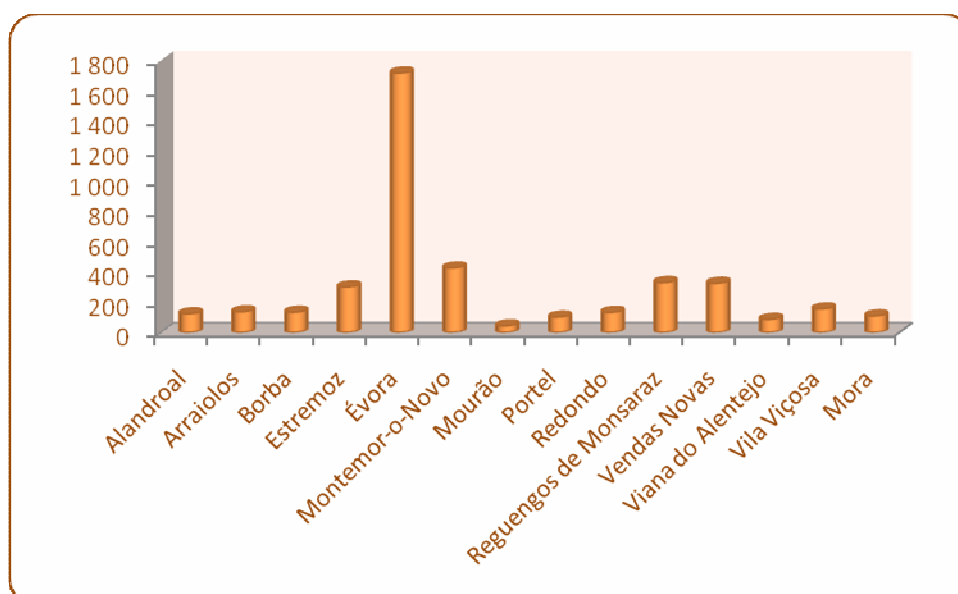
Passageiros Transportados	Unidade	Alentejo	Continente
Total	Milhares	656	128.749
Intra – Regional	Milhares	180	122.897
Inter - Regional	Milhares	476	5.852

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo

Assim, os movimentos pendulares da população da sub-região são sobretudo assegurados por via rodoviária, sendo o uso do transporte privado bastante significativo. Ainda assim, o número de automóveis vendidos na sub-região tem-se mantido estável no último quinquénio. Esta tendência contraria a tendência registada para a Região que revela um acréscimo significativo das vendas entre 2004 e 2005.

Como seria expectável, é no concelho de Évora que se vendia, em 2005, maior número de viaturas automóveis, não só porque este é o concelho com mais população mais também o que concentra maior número de empresas deste sector.

Figura 25 - Veículos Automóveis Vendidos, por Município



Fonte: Conservatórias do Registo Automóvel

Finalmente, em termos de acessibilidades e respectivas infra-estruturas, deve assinalar-se a existência do Aeródromo de Évora, não tanto pelo papel que desempenha em termos dos transporte de passageiros e/ou carga, mas antes pelo potencial de desenvolvimento que representa para o Alentejo Central.

Este potencial de desenvolvimento relaciona-se sobretudo com o cluster aeronáutico que se pretende incrementar e que encontra já eco na recém-criada Academia Aeronáutica de Évora que promove o treino de Pilotos de Linha Aérea de Avião segundo os mais exigentes requisitos JAR-FCL, que regulam toda a actividade aeronáutica nos países membros da JAA (Autoridade Aeronáutica na Europa).

Figura 26 – Aeródromos, Alentejo Central, 2008



Fonte: www.evora.net/aerodromoevora

Para além desse aeródromo existem ainda pequenas infra-estruturas privadas para aeronaves de turismo e recreio em Arraiolos, Mora e Montemor-o-Novo.

Uma das principais potencialidades do referido território reside na sua geo-localização e na rede de acessibilidades de que dispõe. O Alentejo Central constitui-se como “corredor” de ligação entre a Área Metropolitana de Lisboa, o Complexo de Sines e a Europa, por via rodoviária, sendo expectável que esta ligação seja também possível por via ferroviária a breve prazo.

Claramente associada à questão do potencial geo-estratégico do Alentejo Central e da sua rede de acessibilidades surgem os factores relacionados com a logística e as zonas e parques industriais.

Assiste-se a uma evolução positiva do conceito de Zona Industrial para Parque de Empresas numa perspectiva não só de coabitação, mas também de complementaridade e efeito sinérgico entre empresas industriais, empresas comerciais, ninhos de empresas e empresas de serviços diversos.

Isto implica também maiores exigências em termos de qualidade urbanística, mobiliário urbano e preocupações de natureza ambiental. Os parques e zonas industriais de hoje encontram-se em processo de transformação evidente para espaços qualificados onde é agradável estar e trabalhar com qualidade e que tendem a disponibilizar serviços às empresas neles instaladas.

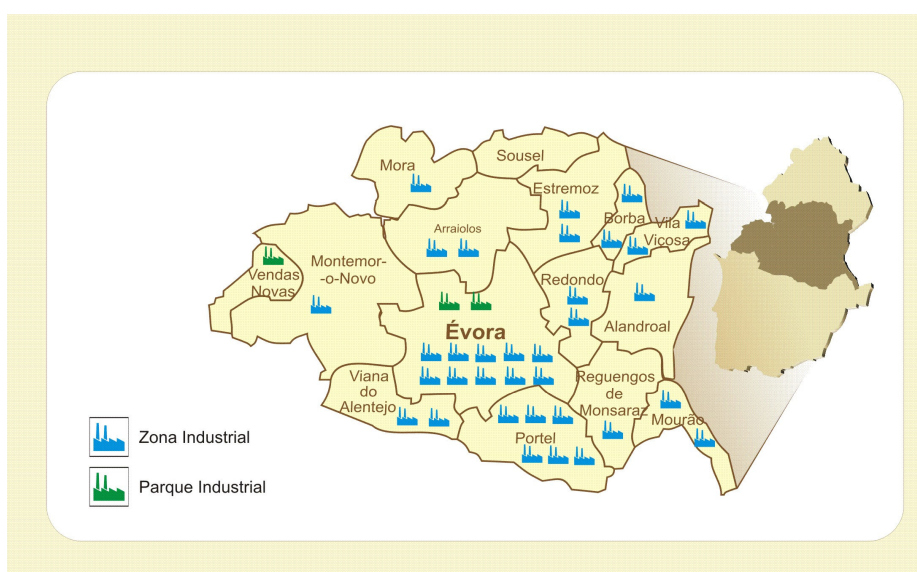
Por outro lado, parece cada vez mais óbvio para a generalidade dos municípios que este conjunto de infra-estruturas é fundamental para atrair novos investimentos, estimular o aparecimento de novas empresas e promover a deslocalização de empresas dos centros urbanos, por razões de ordenamento, ambientais ou de expansão física.

Em termos de políticas de incentivos, os instrumentos que mais frequentemente têm sido utilizados pelos municípios são o custo variável do terreno (geralmente em função do número de postos de trabalho a criar), as facilidades de pagamento, a realização das infra-estruturas (as zonas industriais estão geralmente infra-estruturadas quando os lotes são postos à venda), o apoio dos serviços técnicos da autarquia, apoio logístico e acompanhamento do processo burocrático e prioridade aos processos empresariais. No caso do Alentejo Central deve ainda referir-se que os municípios de Redondo, Montemor-o-Novo e Vendas Novas têm ainda vindo a conceder benefícios fiscais ao nível da isenção de derrama.

Tem-se assim verificado, nos últimos anos, a preocupação de consolidar estratégias que incluem não só a criação como a expansão de algumas zonas industriais bem como a remodelação dos espaços existentes, a melhoria dos acessos e das infra-estruturas envolventes destes PZI's, factores primordiais para a captação de investimento e para a instalação e empresas.

Neste sentido, o Alentejo Central apresenta uma razoável cobertura deste tipo de infra-estruturas.

Figura 27- Zonas e Parques Industriais, Alentejo Central, 2007



Fonte: Estudo de Caracterização das Zonas Industriais, ADRAL e AMDE

A esmagadora maioria destes PZI's é propriedade exclusiva das Câmaras Municipais, sendo estas que assumem a responsabilidade da sua gestão. Existem apenas 3 excepções a este panorama, sendo elas o Parque Industrial de Vendas Novas (sociedade de capitais mistos em que o município tem participação minoritária), o Núcleo Industrial da Azaruja (Évora), e o Mercado Abastecedor da Região de Évora. Contudo, no caso da Zona Industrial do Alto dos Bacêlos, da responsabilidade do Município de Borba, a autarquia encontra-se actualmente a despoletar o processo de constituição de uma entidade de capitais mistos que assegure a gestão desta zona industrial.

Segundo o “Estudo de Caracterização das Zonas Industriais”⁴, realizado pela ADRAL e AMDE, no âmbito do Projecto GADENET, muito embora estas zonas tenham vindo a revelar-se bastante atractivas do ponto de vista das empresas regionais, nem sempre se têm revelado eficazes na atracção de investimento externo.

Apenas os parques industriais de maiores dimensões, como é o caso do Parque Industrial de Vendas Novas possuem no seu interior empresas com investimentos de carácter nacional ou mesmo internacional. As zonas industriais têm sobretudo servido a implementação de novas empresas oriundas de investimento concelhio, e para a deslocalização de oficinas e afins das malhas urbanas. O nível de atractividade para outro tipo de investimento é ainda moderado em muitos dos municípios. Contudo, é notória a afirmação de estratégias de promoção das zonas industriais com vista à atracção de investimentos de carácter mais regional, ou mesmo nacional/internacional (por exemplo, a realização da FILDA em Vendas Novas e o protocolo de colaboração do município com a FERIA de Saragoça são instrumentos relevantes para a promoção do Parque Industrial de Vendas Novas).

Estas estratégias têm sido amplamente trabalhadas por alguns dos municípios, tendo por base a sua localização no eixo de ligação Lisboa-Madrid (Espanha), nos seus produtos de qualidade (artesanato, produtos agro-alimentares, etc.) e nas actividades de produção industrial existentes (rochas ornamentais, cortiça, etc.). Trata-se ainda de estratégias que reflectem uma visão de interacção com a restante região, onde há referência a infra-estruturas tais como Alqueva ou o TGV, consideradas pilares de desenvolvimento regional, mas também local e que, desta forma, beneficiam directa ou indirectamente muitos dos municípios, promovendo a coesão económica e social da região.

Nos últimos anos a referência à coesão económica e social das regiões aparece habitualmente associada à noção de convergência, no quadro europeu, e associada aos objectivos traçados de redução de desequilíbrios em termos de desenvolvimento económico, condições de vida e ambiente, etc.

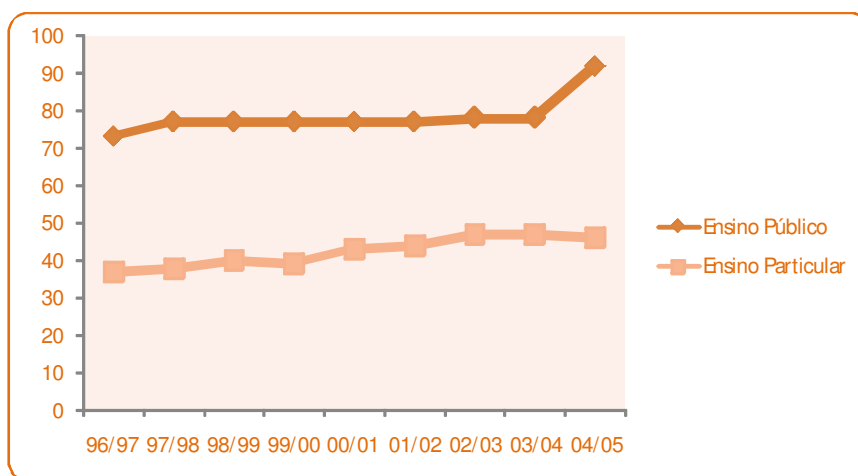
É neste contexto possível verificar um conjunto de indicadores relevantes para a qualidade de vida das populações e qualificação do território.

⁴ ADRAL e AMDE, Estudo de Caracterização das Zonas Industriais, 2008 (realizado no âmbito do projecto de dinamização da Rede de Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Distrito de Évora, co-financiado no quadro do Programa Operacional Regional do Alentejo)

Como é visível no gráfico abaixo, o número de estabelecimentos de ensino pré-escolar tem-se mantido relativamente estável a partir do ano lectivo de 1996/97, registando-se um pequeno acréscimo no ano de 2003-2004.

Verifica-se ainda um peso relativo significativo dos Estabelecimentos Particulares neste grau de ensino por comparação com os restantes. No ano lectivo de 2004/2005, 33% dos estabelecimentos de ensino pré-escolar eram de promoção privada, enquanto que esta proporção era de apenas 5, 9 e 7%, para os 1º, 2º e 3º ciclos.

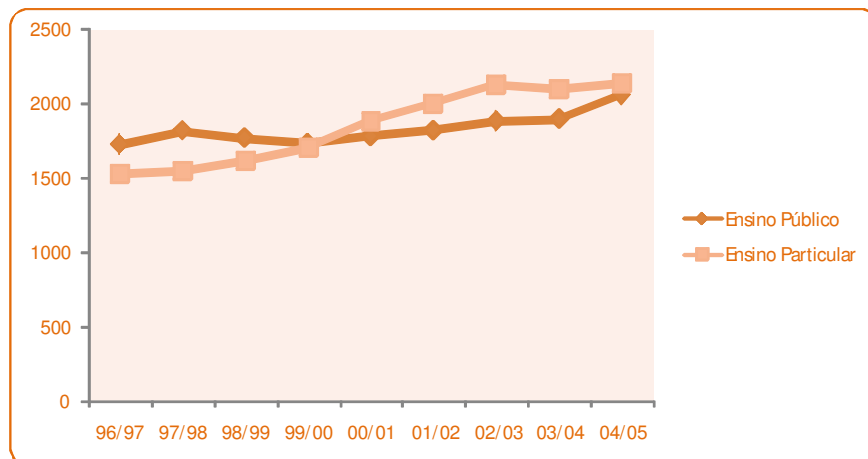
Figura 28 – N° de Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar, no Alentejo Central, 1996-2005



Fonte: Direcção Regional de Educação do Alentejo

Este peso relativo do ensino privado no pré-escolar é ainda mais significativo quando se analisa o número de alunos abrangido. Como se percebe da leitura do gráfico respectivo, o ensino privado no pré-escolar tem vindo a ganhar importância no período 1996/2005, sendo que no ano lectivo de 2004/2005, assegurava a ocupação de 51% das crianças abrangidas por este grau de ensino.

Figura 29 - N° de Alunos no Ensino Pré-Escolar, no Alentejo Central, 1996-2005



Fonte: Direcção Regional de Educação do Alentejo

Apesar de se considerar uma cobertura equilibrada no território dos estabelecimentos públicos, os horários disponibilizados inviabilizam o aumento da procura destes estabelecimentos por parte de pais trabalhadores.

Não obstante os esforços realizados pelo Ministério da Educação com o apoio dos municípios para assegurar um horário compatível com os horários de trabalho, através do Sistema de Prolongamento de Horário, a verdade é que na grande parte das vezes o período de funcionamento não é compatível com o período normal de trabalho.

Estes dados não abrangem contudo o grupo etário entre os 0 e os 3 anos, para o qual apenas existem equipamentos de promoção privada ainda que alguns possam ser subsidiados pelo Estado. Trata-se de um problema relevante já que as estatísticas existentes neste domínio apontam para uma cobertura de apenas 12,5% da população portuguesa neste estrato etário, sendo que o nosso país apresenta uma das mais elevadas taxas de mães trabalhadoras a tempo inteiro da Europa⁵.

Numa região em que os níveis de alfabetização deixam ainda alguma preocupação, mas não nos estratos etários mais baixos, a cobertura territorial dos estabelecimentos de ensino dedicados aos níveis do ensino obrigatório apresenta-se equilibrada, como se pode verificar na figura abaixo. Não obstante, continuam a detectar-se debilidades na rede escolar da sub-região Alentejo Central que indiciam a implementação de acções destinadas à reestruturação da rede escolar, com destaque para os estabelecimentos do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, baseadas na necessidade de dar resposta às rápidas mutações do sistema de ensino, bem como de dotar estes estabelecimentos de ensino de todas as condições que assegurem a qualidade e modernidade do ensino ministrado.

Figura 30 – Distribuição e Número dos Estabelecimentos de Ensino Obrigatório, 2005

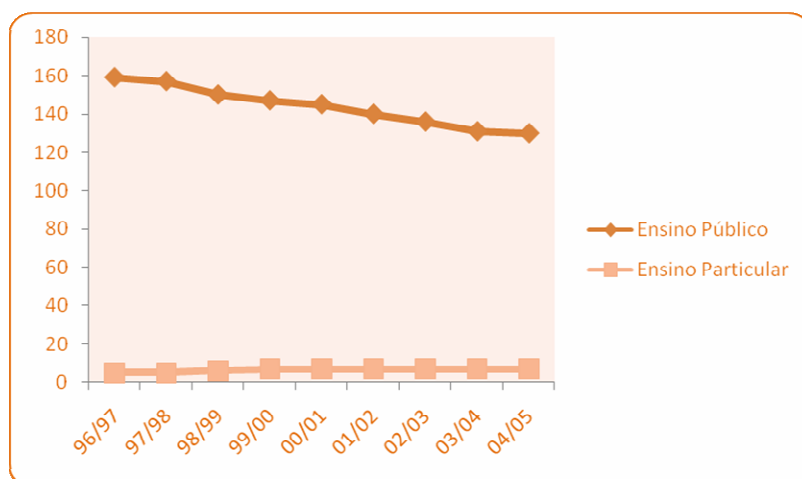


Fonte: www.drealentejo.pt

⁵ Estudo "Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Educação" – Relatório final, elaborado pelo Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais – Escola Superior de Educação de Lisboa

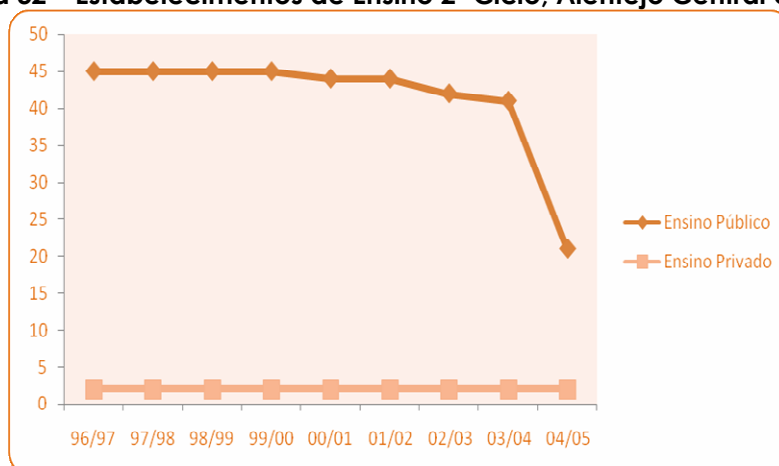
Uma análise da evolução do número de estabelecimentos permite perceber que este tem vindo a decrescer em todos os níveis de ensino considerados com excepção do 3º ciclo, que apresentam um ligeiro acréscimo no ano lectivo de 2004/2005.

Figura 31 – Estabelecimentos de Ensino 1º Ciclo, Alentejo Central e Mora



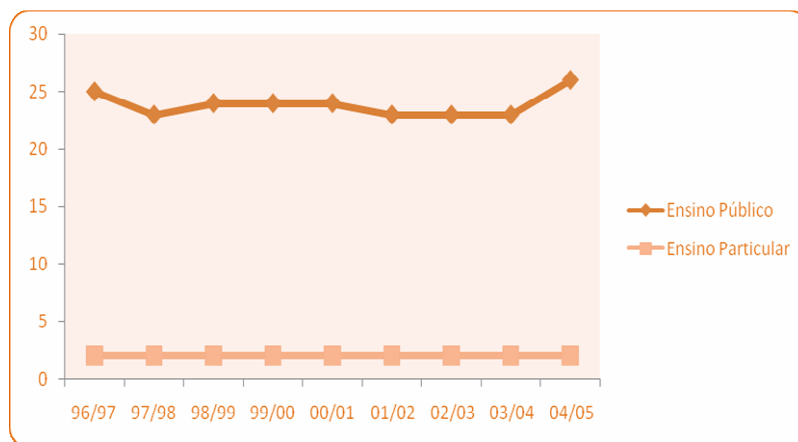
Fonte: www.drealentejo.pt

Figura 32 – Estabelecimentos de Ensino 2º Ciclo, Alentejo Central e Mora



Fonte: www.drealentejo.pt

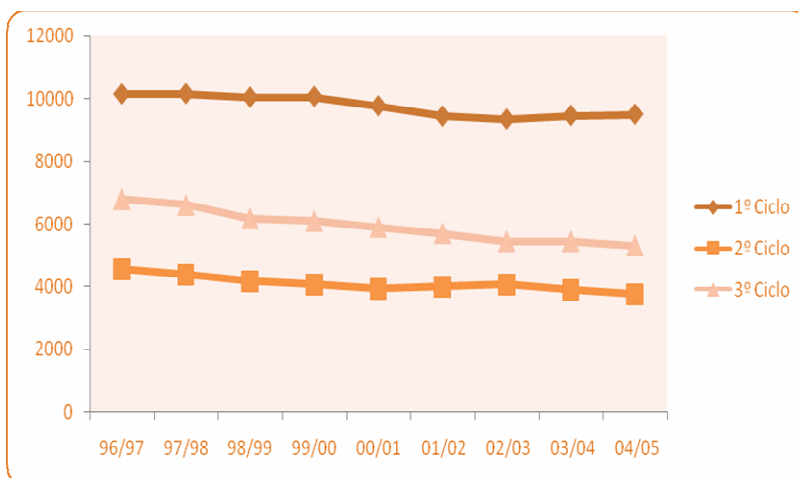
Figura 33 - Estabelecimentos de Ensino 3º Ciclo, Alentejo Central e Mora



Fonte: www.drealentejo.pt

Este decréscimo aparece relacionado com a diminuição do número de alunos inscritos nestes níveis, em particular nos concelhos de Évora, Montemor-o-Novo e Borba.

Figura 34- Alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino, Alentejo Central e Mora



Fonte: www.drealentejo.pt

No que diz respeito ao ensino secundário e profissional, regista-se a concentração deste tipo de equipamentos nas sedes de concelho. Ainda assim verifica-se uma razoável cobertura da sub-região.

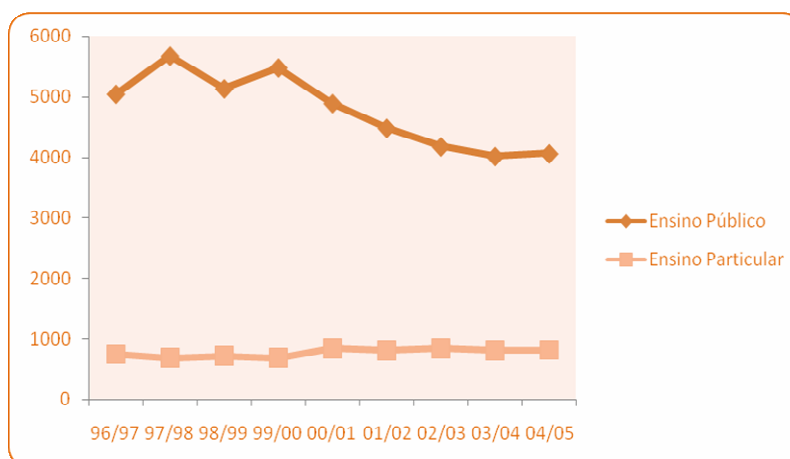
Figura 35 – Estabelecimentos de Ensino Secundário, Profissional, Tecnológico e de Ensino Superior, Alentejo Central, 2005



Fonte: www.drealentejo.pt

Por outro lado, encontra-se relativamente generalizado o acesso à educação secundária, sendo que o decréscimo registado no número de alunos a frequentar este grau de ensino prende-se mais com as dinâmicas demográficas que com os fenómenos de abandono escolar.

Figura 36 – Número de alunos inscritos no Ensino Secundário, Alentejo Central e Mora



Fonte: www.drealentejo.pt

Deve-se ainda assim constatar uma forte concentração dos alunos nos cursos gerais, em detrimento do ensino profissional e tecnológico.

Este factor advém da recente evolução do ensino profissional em Portugal, mas relaciona-se sobretudo com os valores culturais dominantes que tendem a valorizar fortemente a cultura

académica em detrimento dos saberes técnicos e profissionais. Esta cultura induz por isso uma valorização das vias orientadas para a continuação dos estudos em detrimento da construção de planos de desenvolvimento pessoal mais orientados para o mercado de trabalho regional.

Assim, e relativamente ao ensino profissional deve referir-se que em 2005 eram apenas duas as escolas profissionais a operar na sub-região: a EPRAL – Escola Profissional da Região Alentejo e o INETESE – Associação para o Ensino e Formação. A EPRAL promove formação profissional em áreas diversas do Turismo às TIC, actuando nos concelhos de Évora, Estremoz e Vila Viçosa. O INETESE tem actividade exclusivamente vocacionada para o sector segurador, realizando actividade apenas em Évora.

No concelho de Borba, existe ainda a ETP – Escola Tecnológica da Pedra Natural, que promove formação tecnológica vocacionada para o sector da pedra natural, sector com efectiva implantação na sub-região.

De referir ainda a existência nesta sub-região de pólos em regime de aprendizagem (profissional/educação nível II e III) IEFP/MTSS e Centros de Formação Protocolares CGTP-IN/IEFP, nomeadamente em Évora e Vendas Novas.

Em termos de equipamentos de educação superior releva por fim a Universidade de Évora, única instituição deste grau de ensino na sub-região.

No que se refere aos equipamentos de saúde considera-se que o Alentejo Central dispõe de uma rede de cuidados relativamente bem estruturada. A sub-região dispõe de uma rede de cuidados primários suportada pela existência de centros de saúde em todos os concelhos, apoiados por extensões nos principais aglomerados urbanos, conforme figura abaixo apresentada.

Figura 37 – Rede de Equipamentos de Saúde, Alentejo Central e Mora, 2008



Fonte: www.arsalentejo.min-saude.pt

O concelho de Évora dispõe de um Hospital Distrital Central dotado das principais valências e ainda de um hospital privado – o Hospital da Misericórdia de Évora, com atendimento médico permanente e diversas especialidades incluindo cirurgia geral. O concelho de Montemor-o-Novo dispõe também do Hospital S. João de Deus, especializado em ortopedia.

Em termos de recursos humanos afectos aos cuidados de saúde verifica-se que a sub-região dispõe de indicadores claramente mais favoráveis que o conjunto da Região Alentejo, mas ainda algo inferiores aos considerados para o conjunto do País.

Assim, no território aqui considerado existiam, em 2005, 2,1 médicos por 1000 habitantes (este valor era de 1,9 para o conjunto do Alentejo mas de 3,4 para o País) e de 4,3 enfermeiros (3,6 no Alentejo e 4,6 no Continente).

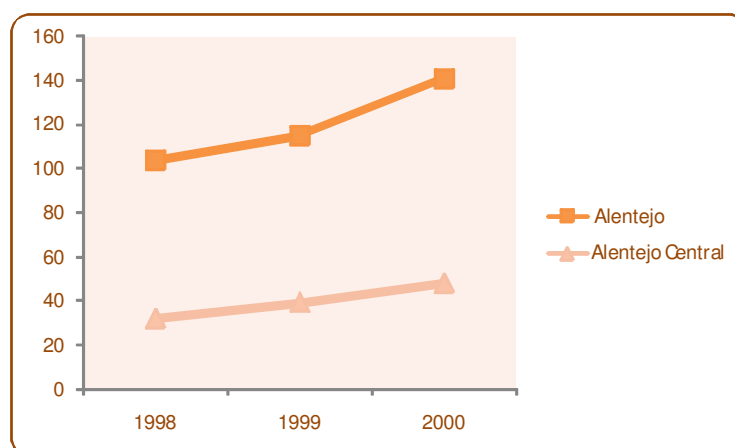
Estes indicadores resultam de uma melhoria significativa registada na última década, mas escondem algumas disparidades intra-regionais. Por exemplo, ao passo que o concelho de Évora dispunha, em 2005 de 4,7 médicos por 1 000 habitantes, este valor era de apenas de 0,4 para o concelho de Portel e de 0,5 para Arraiolos.

Esta realidade traduz a especialização funcional e a qualificação da estrutura de serviços do concelho de Évora e o seu efeito polarizador no sistema urbano do Alentejo Central, não só em termos da presença de equipamentos mas consequentemente na capacidade de atracção de população.

Tendo em conta a estrutura da população do território em referência, caracterizada pelo envelhecimento populacional, mas também pelo aumento da esperança de vida, ganham especial relevo as estruturas de suporte às patologias geriátricas, bem como os equipamentos disponíveis para apoio aos idosos.

Os últimos dados disponíveis reportam-se ao período entre 1998 e 2000, traduzindo ainda assim a duplicação do número de centros de dia e lares de idosos existentes no Alentejo Central.

Figura 38 - Centros de dia/Lares de idosos



Fonte: Anuário Estatístico Regional do Alentejo – INE

Estes dados deixam ainda de fora todos os equipamentos de iniciativa privada, que empiricamente revelam uma significativa importância relativa.

Em termos de equipamentos de saúde pode pois concluir-se por uma especialização funcional importante do concelho de Évora, muito embora se considere que a generalidade do território detém as necessárias estruturas de cuidados de saúde básicos.

Relativamente a infra-estruturas e equipamentos sociais associados à cultura, verifica-se uma fraca cobertura da sub-região, em 2005, existindo mesmo concelhos em que a única infra-estrutura detectada é a que se refere a galerias de arte, como Portel e Alandroal. Também relativamente a este item se revela a especialização funcional do concelho de Évora face à restante sub-região.

Figura 39 – Outros Equipamentos Sociais e Culturais, Alentejo Central e Mora, 2005



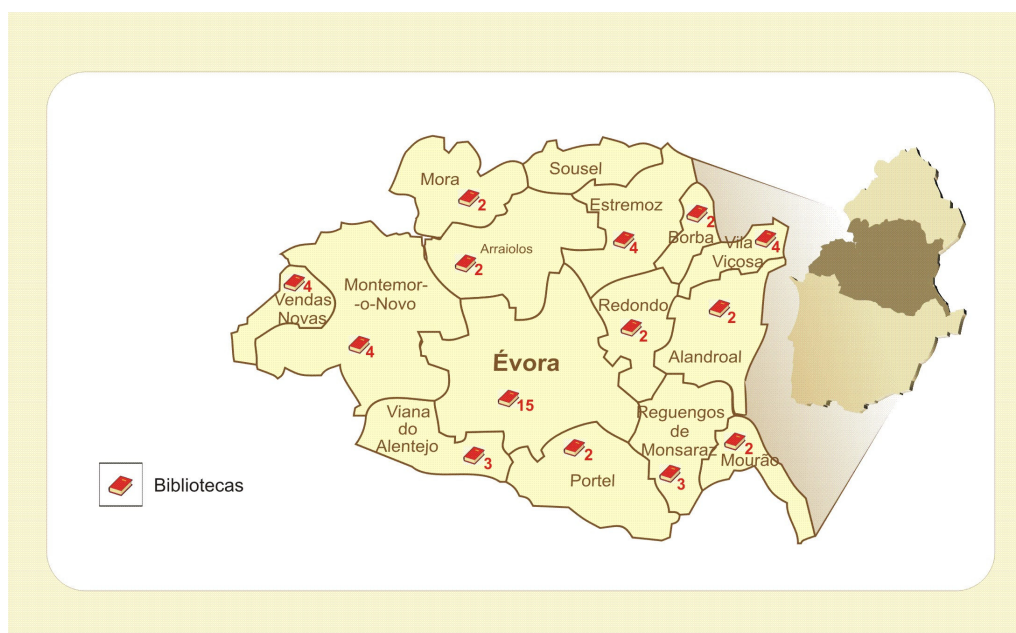
Fonte: INE, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio

Os equipamentos de natureza social e cultural complementam o vasto e rico património natural e cultural que o Alentejo Central detém e que se constitui em pólo de verdadeira atracção turística, designadamente Évora que é cidade património mundial da UNESCO mas também Vila Viçosa, Estremoz, Arraiolos e outros agregados urbanos e rurais com magnífico acervo patrimonial quer material quer imaterial. Esta forte identidade cultural justifica a aposta na preservação e conservação dos inúmeros bens que a constituem, bem como torna clara a necessidade de implementação de projectos que dotem este património cultural com características únicas e diferenciadoras no quadro regional e nacional.

A análise da existência e distribuição de bibliotecas permite constatar um equilíbrio na rede sub-regional, sendo de destacar uma maior concentração destes equipamentos de cariz cultural no concelho de Évora que, também a este nível, se caracteriza como pólo de dinamização cultural. Algumas destas infra-estruturas realçam pela necessidade de reestruturação e revitalização de espaços e do próprio espólio, dada a sua antiguidade.

O mapa seguinte indica a rede de bibliotecas da sub-região, incluindo bibliotecas escolares.

Figura 40 – Rede de Bibliotecas, Alentejo Central e Mora, 2003



Fonte: INE, País em Números

Outro dos indicadores a ter em consideração na análise da coesão social do Alentejo Central centra-se nos equipamentos e infra-estruturas de natureza desportiva. No que respeita a este indicador, e face à ausência de informação estatística de nível municipal, apresenta-se a informação disponibilizada pelos próprios municípios. Nestes concelhos, a rede de equipamentos desportivos é bastante diversificada, potenciando a prática de actividades desportivas multifacetadas por parte da população residente. Denota-se igualmente uma preocupação dos municípios com a criação de equipamentos desportivos também nas freguesias rurais, com o intuito de possibilitar o acesso de todos à prática desportiva.

Figura 41 – Rede de Equipamentos Desportivos, Alentejo Central e Mora, 2005



Fonte: Ficha de Identificação de Infra-estruturas, Municípios do Alentejo Central

Em resumo, no que se refere aos indicadores de coesão social, constata-se que a sub-região em análise revela uma situação relativa ligeiramente desfavorável em relação ao País, mas claramente favorável no contexto da Região Alentejo. Ainda assim, será sempre de ter em conta as disparidades inter-regionais, particularmente no que aos indicadores de saúde diz respeito.

A principal característica a ter em conta quando se analisa o modelo territorial do Alentejo Central é efectivamente a polarização em torno de Évora e a sua especialização funcional. Existem ainda importantes dinâmicas nos aglomerados de Vendas Novas e Montemor-o-Novo, por via do efeito estruturante das acessibilidades existentes.

2.5. Ambiente e qualidade de vida

A Região Alentejo detém um rico património natural e cultural, caracterizado por paisagens com identidade própria, traduzidas em sistemas de exploração adaptados às condições edafo-climáticas e consideradas sustentáveis do ponto de vista ambiental e socio-económico. Exemplo paradigmático dessas paisagens é o montado, que se constitui como um dos elementos importantes da paisagem europeia, de maior biodiversidade, e em particular, um espaço emblemático dos sistemas naturais e culturais mediterrânicos. O coberto autóctone de sobro e azinho continua a ocupar um lugar proeminente no território regional, pese embora haver sinais de regressão, quer devido aos incêndios, quer a patologias que têm assolado o montado.

No seio dos recursos naturais de maior valia, destaque para os biótopos de interesse florístico e faunístico correspondentes respectivamente a aproximadamente 7,5% e 30,7% do território regional, e ainda importantes valores enquadrados na Rede Natura 2000, nomeadamente zonas de protecção especial para a conservação das aves selvagens.

Apesar do potencial endógeno destes territórios, tem-se assistido a um processo de despovoamento intenso nas áreas rurais, contribuindo para o agravamento do contraste urbano/rural. Este fenómeno, além de pôr em risco o desaparecimento dos aglomerados de menor dimensão por falta de atractividade, causa igualmente o abandono rural e a consequente perda de carácter e identidade da paisagem.

A implementação de investimentos estruturantes, de que o Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva é o exemplo mais expressivo, constitui uma oportunidade de inversão desta tendência, pela potenciação de um conjunto de actividades económicas, tais como, a fileira agro-alimentar, as energias renováveis, o turismo, o ambiente, entre outras.

Importa sublinhar que o sistema global de rega de Alqueva irá beneficiar uma área de cerca de 110.000 hectares no término da sua execução. Após a construção das barragens de Alqueva e Pedrógão, encontram-se em fase de implementação os perímetros de rega primária e secundária do empreendimento que irão favorecer o sector agrícola da maior parte da Região; o Alentejo Central que irá particularmente beneficiar deste grande empreendimento sobretudo no que respeita à melhoria da qualidade do abastecimento de água às suas populações e ao desenvolvimento de actividades turísticas associadas à albufeira de Alqueva.

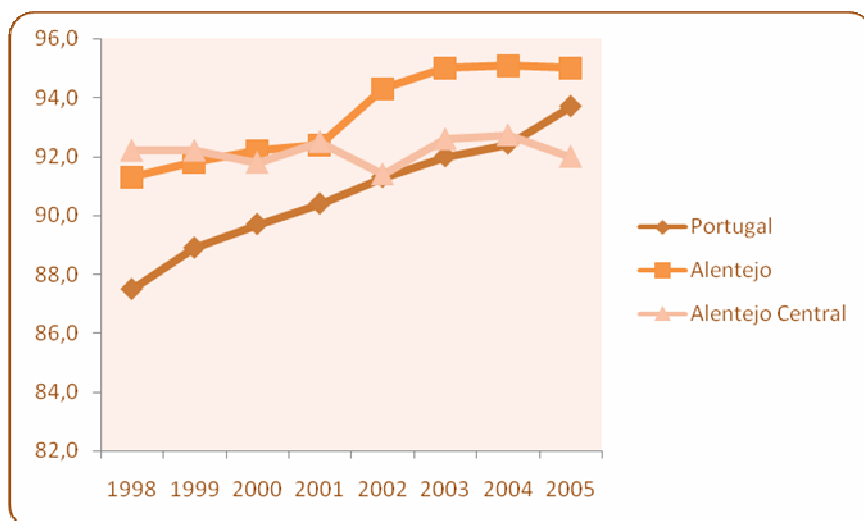
A análise estatística do abastecimento de água domiciliário, permite observar que em termos de cobertura populacional, o Alentejo apresenta valores muito superiores aos do território nacional. Numa perspectiva global desde 2001 que em Portugal mais de 90% da população tinha abastecimento de água domiciliário, sendo que o Alentejo Central sempre apresentou valores superiores aos nacionais até 2002, significando que, em média, 95% da população regional se encontrava servida por sistemas de abastecimento de água domiciliário. O Alentejo Central apresenta tendencialmente valores superiores aos verificados em Portugal, factores indicativos de que esta sub-região apresenta um nível de coesão social superior à realidade nacional.

Estes valores podem explicar-se pelo esforço significativo das instituições locais e regionais na senda da criação de melhores condições de qualidade de vida na Região Alentejo, apoiada em factores como a densidade populacional e as acessibilidades que, neste território, se constituem como factores diferenciadores a nível da qualidade de vida dos cidadãos. Por esta razão, o Alentejo Central classifica-se como um espaço que prima pela qualidade de vida, traduzida nas condições essenciais como o abastecimento de água domiciliário e o sistema de drenagem e tratamento de esgotos.

O Alentejo Central é servido essencialmente por dois grandes sistemas em alta: o sistema intermunicipal gerido pela Águas do Centro Alentejo e que abrange seis municípios da sub-região e o sistema intermunicipal gerido pela AMAMB que agrupa outros cinco municípios.

Viana do Alentejo e Portel estão fora destes dois sistemas visto que optaram neste domínio por se agregarem aos municípios do Baixo Alentejo, estando integrados nos sistemas intermunicipais de Cuba e Vidigueira.

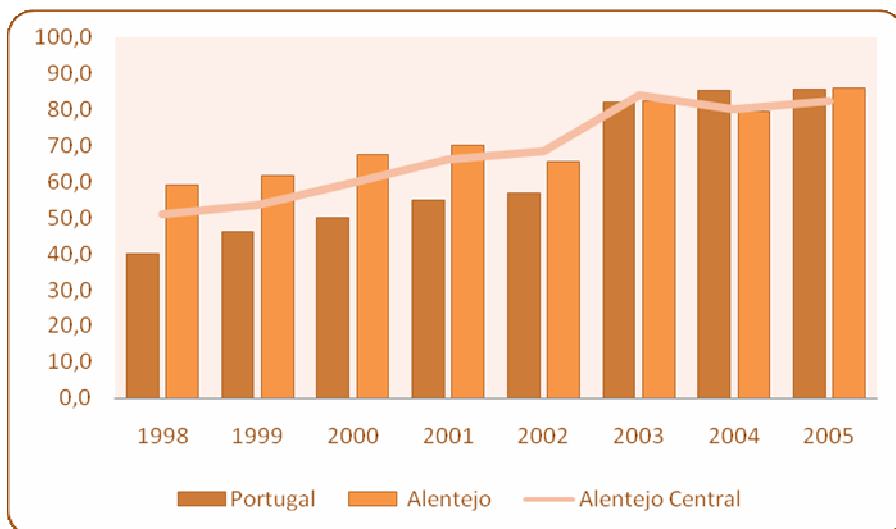
Figura 42 - Quota da população residente servida por abastecimento de água domiciliário



Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, INE

No que se refere aos sistemas de tratamento de águas residuais tanto o Alentejo, como o Alentejo Central, apresentam uma tendência similar ao Continente, caracterizada por um crescimento contínuo e sustentado da quota de população abrangida por estes sistemas, sendo a nível nacional que se verificou um acréscimo mais significativo das condições relacionadas com a proporção de população servida por sistemas de tratamento de águas residuais.

Figura 43 - População residente servida por sistemas de tratamento de águas residuais

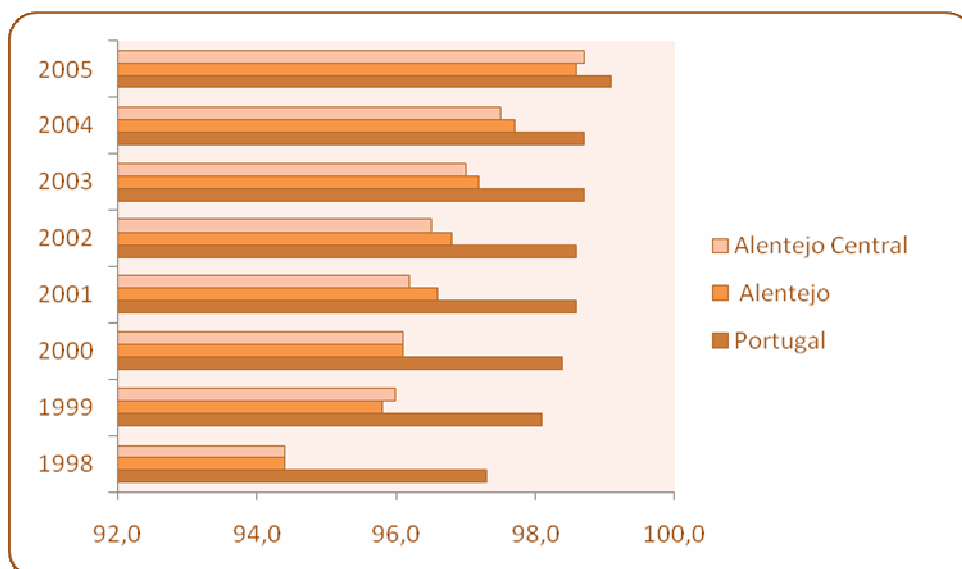


Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, INE

No que diz respeito à recolha e tratamento de lixo urbano, o sistema de resíduos sólidos gerido pela GESAMB, empresa intermunicipal, abrange 12 municípios da sub-região e constitui a trave mestre de organização da recepção, transporte, tratamento e valorização dos resíduos urbanos.

A figura seguinte revela neste domínio uma evolução positiva constante em todo o período de análise. Observando esta evolução constata-se que tanto o Alentejo como o Alentejo Central evoluíram muito mais rapidamente que o país, tendo chegado em 2005 a valores muito próximos, rondando os 99%, o que representa valores extraordinariamente positivos. O fenómeno de recolha e reciclagem de resíduos foi algo tardio no Alentejo Central, sobretudo nalguns concelhos, pelo que só nos últimos anos este indicador foi possível a aproximação à média nacional encontrando-se, encontrando-se hoje em dia numa posição muito próxima do Continente relativamente à quota de população servida pelos sistemas de recolha e reciclagem de resíduos.

Figura 44 - População servida com sistemas de recolha e reciclagem de resíduos

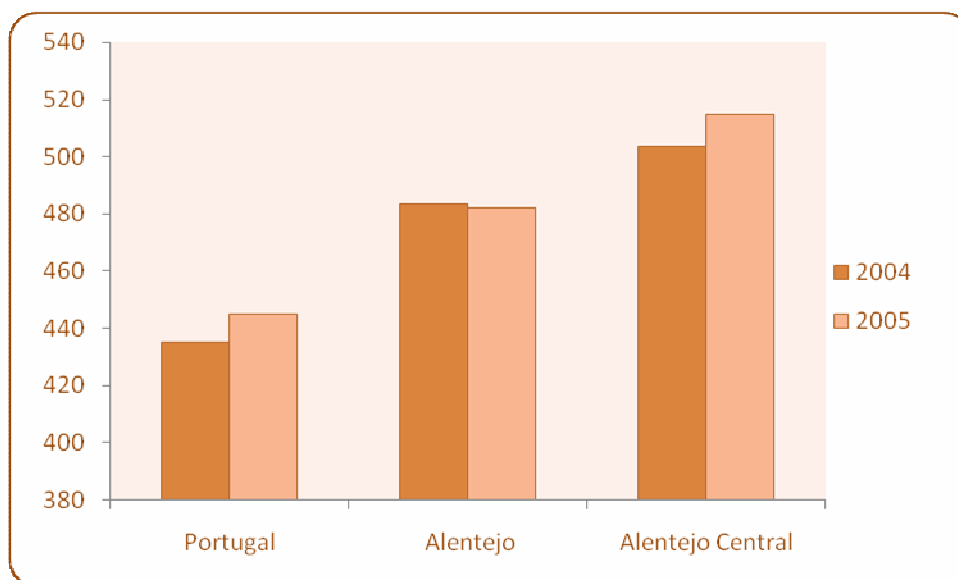


Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, INE

Tomando os anos de 2004 e 2005 como referência para análise da recolha de resíduos urbanos por habitante, pode-se constatar que apesar de no Alentejo não se ter registado qualquer evolução, no Alentejo Central registou-se uma evolução positiva tendo-se passado a recolher mais 11kg de resíduos por cada habitante, seguindo assim a tendência nacional que passou a recolher mais 10kg de resíduos por habitante.

Por outro lado, esta sub-região destaca-se a nível regional e nacional pela excelente taxa de resíduos recolhidos por habitante, comprovando a grande aposta das entidades municipais e supra-municipais neste sector, revelando igualmente uma elevada cobertura dos sistemas de recolha de resíduos pela rede urbana.

Figura 45 - Resíduos Urbanos Recolhidos por Habitante (Kg./Hab.)



Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, INE

Em Portugal a despesa efectuada no sector do ambiente tem sido sempre crescente ao longo dos anos, tendo estabilizado em 2004/2005 cerca dos 600 milhões de euros, facto que revela o interesse e preocupação das autarquias locais com estas questões, cada vez mais prementes nos dias que correm. O Alentejo e Alentejo Central apresentam uma evolução deste indicador um pouco similar. O Alentejo Central apresenta uma despesa em ambiente em 2005 de cerca de 12 milhões de euros. Numa análise relativa destes valores constata-se que a despesa em ambiente do Alentejo é cerca de 9% da despesa nacional e que a do Alentejo Central é cerca de 2% da despesa nacional e cerca de 22% da despesa da região Alentejo.

O sector ambiental é um dos que carece de atenção, quer no país, quer na região Alentejo porque sendo o nosso país um destino turístico privilegiado, é necessário estar posicionado num elevado nível “verde”, sendo este nível “verde” espelhado em aspectos como a reciclagem, a qualidade e eficiência dos abastecimentos domésticos, as infra-estruturas de saneamento e recolha de resíduos, a forma de produção energética, a preservação dos recursos naturais e, sobretudo, a consciencialização dos cidadãos e das empresas, cabendo aos organismos de governo a todos os níveis a regulamentação adequada e direccionada de apoio a estas iniciativas.

A nível ambiental, as entidades locais como as autarquias têm vindo a promover alguns projectos e iniciativas complementares à recolha e reciclagem de resíduos. Exemplos destas iniciativas são as “ecopistas”, vias de comunicação autónomas, reservadas às deslocações não motorizadas, realizadas num quadro de desenvolvimento integrado, que valoriza o meio ambiente e a qualidade de vida, que cumpra as suficientes condições de forma a garantir uma utilização em convivência e segurança por parte de todos os utentes, independentemente da capacidade física dos mesmos. Por norma são construídas sobre caminhos, canais, e vias ferroviárias abandonadas e constituem um suporte privilegiado para o desenvolvimento das Vias Verdes.

Atentando agora na venda de combustíveis para consumo, com dados relativos a 2005, a nível nacional, é o gasóleo rodoviário o registo mais significativo, facto que revela uma dependência muito forte, também sentida a nível regional e sub-regional, dos combustíveis fósseis derivados do petróleo.

Não obstante esta manifesta dependência, o país e a Região Alentejo têm vindo a apostar cada vez mais na implementação de projectos e iniciativas destinados a promover a produção de energia de forma sustentável, através das chamadas energias renováveis ou alternativas. Projectos pontuais têm vindo a aparecer na região Alentejo, com destaque para o Baixo Alentejo (energia foto voltaica) e para o Alentejo Litoral (energia eólica), sendo que no Alentejo Central está a ser criado um parque experimental para a promoção e dinamização das energias renováveis. Este é um sector ainda emergente na Região Alentejo, mas com enorme potencial de desenvolvimento, considerando as grandes directrizes nacionais e europeias em matéria de protecção do meio ambiente.

3. Análise SWOT

Neste capítulo procede-se à sistematização de um conjunto de características e tendências pesadas de desenvolvimento do Alentejo Central, identificando pontos fortes e oportunidades que tornam esta sub-região um território único a nível regional e nacional. Verifica-se, com efeito, uma recuperação a nível da dinâmica populacional, assim como o aproveitamento de oportunidades destinadas ao incremento da competitividade económica e da coesão social, ao mesmo tempo que se preservam padrões elevados de qualidade ambiental.

Por outro lado, a identificação de pontos fracos e ameaças ao desenvolvimento sub-regional é igualmente importante para a proposição, definição e implementação de estratégias e respostas integradas direccionadas para superar debilidades e incrementar a qualidade de vida da sua população.

É através do diagnóstico dos factores que condicionam, em certa medida, o desenvolvimento desta região e dos diferentes municípios que a compõem, que se torna possível a definição de novas parcerias, o fortalecimento de redes territoriais, assim como a implementação de projectos e medidas orientados para a promoção do desenvolvimento regional integrado e sustentável.

A análise SWOT aqui apresentada foi estruturada tendo em conta as quatro áreas de organização da caracterização, a saber:

- a) População e Recursos Humanos – O Alentejo Central destaca-se por registar uma evolução populacional ligeiramente positiva na última década, resultado

fundamentalmente da imigração, mas continua a apresentar algumas debilidades de natureza estrutural como a baixa densidade demográfica, o envelhecimento demográfico e as baixas qualificações escolares.

- b) **Competitividade Económica e Inovação** – O Alentejo Central apresenta alguma dinâmica empresarial face à restante região, complementada por factores endógenos como a existência de infra-estruturas de localização empresarial, entidades de suporte ao tecido empresarial, iniciativas de promoção da inovação e do empreendedorismo. No entanto, continua a enfermar de algumas características estruturais como a micro dimensão das suas empresas, a fraca cooperação empresarial e a estruturação em rede das infra-estruturas e serviços de apoio às empresas. Com efeito, são de destacar ainda algumas debilidades no apoio ao tecido empresarial, sobretudo em áreas como as TIC, a inovação, a transferência de tecnologia e a própria internacionalização. Estas debilidades resultam simultaneamente da estrutura da malha empresarial e da dificuldade de articulação das entidades que prestam apoio com os empresários da região.
- c) **Modelo Territorial e Coesão Social** – A sub-região caracteriza-se por uma localização geoestratégica na periferia da Área Metropolitana de Lisboa e no corredor de ligação a Espanha e a Madrid, destacando-se por uma rede de equipamentos de coesão social equilibrada e diversificada. Não obstante, continuam a detectar-se necessidades essenciais ao nível da integração em rede destas infra-estruturas e equipamentos, bem como da revitalização e da recuperação de alguns deles, nomeadamente em sectores estratégicos como a educação e a acção social.
- d) **Ambiente e Qualidade de Vida** – O Alentejo Central tem vindo a recuperar o atraso considerável no que respeita à reciclagem e reutilização dos resíduos sólidos urbanos, destacando-se do contexto nacional nos indicadores de abastecimento pública de água e de saneamento básico. Todavia, é fundamental dar resposta às fragilidades verificadas e que se pautam pela necessidade de integração das infra-estruturas, equipamentos e serviços de abastecimento e saneamento de água.

3.1. Pontos fortes e pontos fracos

Domínios de intervenção	Pontos Fortes	Pontos Fracos
População e Recursos Humanos	- Evolução populacional positiva na última década em alguns dos principais centros urbanos, nomeadamente Évora e Vendas Novas; - Movimentos de procura das áreas rurais e das cidades médias como espaços de residência por parte de	- Baixa densidade demográfica; - Duplo envelhecimento demográfico; - Elevada taxa de desemprego e de desemprego de longa duração; - Elevada percentagem da população com baixo grau de

	faixas da população das grandes concentrações urbanas; • Registo de um saldo migratório positivo em muitos concelhos da sub-região na última década.	escolaridade e elevada iliteracia; • Fraqueza na estrutura do emprego (predominância do sector terciário e da Administração Pública como grande empregador).
Competitividade Económica e Inovação	• Projectão de produções regionais com bons níveis de competitividade comercial e de qualidade (produtos tradicionais e agro-alimentares); • Significativo capital de conhecimento tecnológico nas indústrias extractivas (rochas ornamentais); • Existência de organizações aglutinadoras de interface; • Existência de instituições de apoio técnico-empresarial; • Existência de infra-estruturas de apoio à atracção e instalação empresarial • Existência de redes informais de cooperação empresarial; • Dinâmica da rede dos Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico das Autarquias; • Articulação entre o meio científico e as empresas através da dinamização da OTIC da Universidade de Évora; • Existência de centros científicos e tecnológicos; • Implementação de projectos digitais integrados no âmbito do Évora Distrito Digital. • Existência de um vasto património histórico com forte atractividade turística, factor de dinamização económica local	• Deficiente qualidade das infra-estruturas de localização empresarial; • Fragilidade do tecido empresarial sub-regional e diminuta propensão para a inovação e a internacionalização; • Fraco posicionamento das empresas regionais nos circuitos de comercialização; • Tecido empresarial fragmentado e com uma elevada taxa de presença de microempresas; • Fraca dinamização na cooperação empresarial; • Inexistência de centros de Apoio às Micro empresas e incubadoras; • Fraca integração e ausência de uma rede de parques empresariais; • Fraca articulação entre os centros de investigação e as necessidades da região e das empresas; • Fraca articulação entre os centros científicos e inexistência de centros em fileiras tradicionais como por exemplo, a Cortiça; • Necessidade de apostar na modernização dos serviços da Administração Local.
Modelo Territorial e Coesão Social	• Elevada acessibilidade rodoviária à Área Metropolitana de Lisboa e a Espanha; • Estrutura urbana equilibrada e consolidada; • Boa cobertura de infra-estruturas urbanas básicas; • Boa cobertura sub-regional por unidades de ensino básico, secundário, profissionalizante e superior. • Forte identidade cultural que se	• Rede Ferroviária desarticulada e insuficiente na cobertura do território; • Reduzido número de centros urbanos de média dimensão; • Recuperação e revitalização de espaços urbanos; • Carências ao nível das infra-estruturas de saúde e de apoio à infância e à terceira idade; • Ineficiente rede de equipamentos de protecção e inclusão social

	reflecte nos bens patrimoniais de natureza tangível e intangível; • Rede equilibrada de equipamentos desportivos de proximidade; • Existência de um vasto património arquitectónico de qualidade	• Deficiente qualidade de unidades de cuidados de saúde primários e hospitalares. • Necessidade de qualificação e de reconversão da rede escolar com destaque para o pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico; • Fraca dinamização e articulação entre os diferentes equipamentos culturais; • Acentuadas assimetrias sub-regionais quanto ao acesso e fruição das artes; • Fraca dinamização integrada dos equipamentos desportivos de proximidade • Inexistência de um sistema de fruição patrimonial; • Fraca articulação dos modos e meios de transporte entre o meio urbano e o meio rural.
Ambiente e Qualidade de Vida	• As quotas de população servidas por sistemas de saneamento básico são manifestamente superiores às médias nacionais; • Recursos minerais e geológicos com elevado potencial; • Disponibilidade de recursos energéticos renováveis (eólica, solar e biomassa); • Elevados padrões de qualidade ambiental. • Boas infra-estruturas e equipamentos de recolha e reciclagem de resíduos.	• Degradações pontuais causadas pela actividade de natureza extractiva; • Os níveis de recolha e reciclagem de resíduos mantêm-se ainda abaixo da média nacional; • Necessidade de integrar as infra-estruturas, equipamentos e serviços de abastecimento e saneamento de água e de recolha e reciclagem de resíduos.

3.2. Oportunidades e ameaças

Domínios de intervenção	Oportunidades	Ameaças
População e Recursos Humanos	• Índice de rejuvenescimento da população activa ocorrido na última década; • Taxas positivas de atracção demográfica em alguns concelhos, graças nomeadamente a fenómenos de imigração.	• Manutenção do risco de redução populacional; • Continuação da desertificação do meio rural;
Competitividade	• Oportunidades económicas	• A sub-região continua a manter

de Económica e Inovação	geradas pelo Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva; • Projectos de investimento estrangeiro no sector das TIC e inovação; • Implementação do Plano Regional de Inovação do Alentejo; • Expansão do mercado das rochas ornamentais bem como o alargamento às actividades transformadoras; • Múltiplos investimentos na área do Turismo de qualidade (resorts); • Novas oportunidades de negócio e de dinamismo empresarial resultantes da localização de infra-estruturas de logística e Aeroporto em zonas limite ao Alentejo Central; • Atração de novas empresas de forte componente tecnológica fruto da oferta de serviços integrados de banda larga; • Boas oportunidades de financiamento de novos projectos e ideias através de um vasto leque de apoios e incentivos disponibilizados no âmbito do QREN; • Desenvolvimento de projectos estruturantes de modernização da Administração Local; • Desenvolvimento de parcerias intermunicipais para a revitalização e recuperação urbana; • Reforço da cooperação transfronteiriça com a Extremadura espanhola	baixos níveis de desenvolvimento económico no quadro europeu; • Perda de competitividade das produções tradicionais (rochas ornamentais, produtos agro-alimentares).
Modelo Territorial e Coesão Social	• Reforço da mobilidade inter municipal; • Implementação e participação em redes de cidades; • Melhoria significativa dos serviços colectivos de transporte com ligação à AML; • Localização charneira com boas acessibilidades a Espanha e ao futuro aeroporto de Lisboa; • Localização de uma estação de TGV nesta sub-região e integração na rede europeia de Alta Velocidade; • Criação de uma rede comunitária em banda larga do	• Fraca resposta às necessidades de serviços de apoio às populações idosas; • Tendência crescente e predomínio da utilização do automóvel como meio de transporte nas deslocações diárias; • Abandono de infra-estruturas e troços da rede ferroviária regional.

	Distrito de Évora.	
Ambiente e Qualidade de Vida	• Aproveitamento de troços abandonados de ferrovia e de caminhos rurais públicos para a criação de ecopistas intermunicipais; • Condições favoráveis ao desenvolvimento de projectos de energias renováveis/alternativas; • Disponibilidade de instrumentos de planeamento e ordenamento do território nacionais e regionais; • Recuperação Ambiental das zonas mineiras com fins múltiplos.	• Quadro regulamentar ambiental e do ordenamento do território demasiado restritivo para o investimento; • Elevados custos das intervenções ambientais e agravamento dos respectivos impactes.

4. Estratégia de Desenvolvimento

4.1. Objectivos

A definição de uma Estratégia de Desenvolvimento, em que os elementos do crescimento económico, da coesão social e da protecção ambiental se reforcem mutuamente, tem que partir de uma cuidadosa avaliação dos pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades com que a economia e a sociedade do Alentejo Central se irão deparar.

Para além disso, essa estratégia de desenvolvimento terá de se situar na trajectória mais ampla de desenvolvimento do país., e ter em linha de conta os objectivos estratégicos que se encontram definidos para a actuação das políticas públicas em Portugal, nomeadamente as constantes da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), do Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE) e, em particular, do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

Por esta razão, a Estratégia de Desenvolvimento do Alentejo Central toma naturalmente em devida consideração as orientações definidas pelo Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, o qual preconiza um conjunto de opções estratégicas territoriais para o Alentejo relevantes para a definição da estratégia sub-regional, designadamente:

- Consolidar o corredor Lisboa-Évora-Badajoz e infra-estruturar os corredores Algarve-Beja-Évora-Portalegre-Castelo Branco e Sines-Évora-Elvas/Badajoz, como elementos estruturantes de um sistema urbano regional policêntrico;

- Robustecer a centralidade de Évora e dos restantes pólos de nível superior estruturantes do sistema urbano da Região, reforçando a dimensão, especialização funcional e a complementaridade entre os vários centros;
- Valorizar e integrar os centros urbanos de menores dimensões, em particular as sedes de concelhos que asseguram funções fundamentais de integração dos espaços rurais e centralidades potenciais localizadas em pontos-chave das novas acessibilidades, desenvolvendo uma rede de pólos com qualidade residencial e dotados de serviços estruturantes do povoamento rural;
- Promover o eixo Vendas Novas-Montemor-Évora como um espaço de desconcentração industrial e logística da Área Metropolitana de Lisboa;
- Incentivar o desenvolvimento das indústrias extractivas regionais e a gestão sustentável do seu ciclo de vida, em particular no domínio dos mármore, potenciando a sua recuperação e o seu melhor aproveitamento no quadro das novas tendências de longo prazo dos respectivos mercados à escala global;
- Assumir o papel estratégico da agricultura e apoiar os processos da sua transformação no contexto do desenvolvimento programado para a Região;
- Incentivar e acompanhar o desenvolvimento sustentável das actividades turísticas de modo a compatibilizar a protecção e valorização do património natural com a afirmação de uma fileira de produtos turísticos diferenciados que aproveitem em pleno as especificidades e a qualidade ambiental, paisagística, patrimonial e cultural dos vários espaços do Alentejo;
- Desenvolver uma estratégia de resposta integrada a situações de risco nos vários espaços do Alentejo, e em particular face às secas e tendo em conta as diversas capacidades de armazenamento estratégico de água;
- Recuperar as áreas mineiras abandonadas e valorizá-las do ponto de vista ambiental, lúdico e cultural/educativo.

Para além disso, o PNPOT aponta para a necessidade de aumentar os recursos regionais de investigação e desenvolvimento tecnológico, apostar na cooperação transfronteiriça e, na área do desenvolvimento industrial, identifica as potencialidades do sector aeronáutico.

No quadro dos trabalhos em curso relativos à elaboração do Plano Regional do Ordenamento do Território do Alentejo, haverá igualmente que realçar a análise relativa ao modelo urbano da sub-região, nos seguintes termos:

“O sub-sistema urbano do Alentejo Central evidencia uma forte amarração, estruturada por Évora e ainda por Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Estremoz e Reguengos de Monsaraz. O corredor urbano-logístico desenhado por Lisboa, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Évora, Estremoz, Elvas e Badajoz é evidenciado pela atractividade empresarial e residencial deste eixo, proporcionada

pelas infra-estruturas de acessibilidade, logística e de conhecimento existentes ou a polarizar. A localização do aeroporto em Alcochete reforça o posicionamento estratégico dos centros urbanos localizados nas proximidades, com destaque para Vendas Novas e Montemor-o-Novo, tanto para a atractividade residencial como para a localização de novas actividades económicas. Em termos de coesão social, a estrutura urbana e de equipamentos existente garante uma qualidade de serviços e a equidade territorial no acesso ao comércio e serviços. Merece ainda referência neste sub-sistema, o eixo urbano-industrial de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, fortemente especializado no sector industrial das pedras naturais. A qualidade patrimonial e cultural, com destaque para Évora, Elvas, Estremoz, Montemor-o-Novo, Arraiolos e Vila Viçosa, reforça a identidade e a imagem urbana desta região.”

Para além disso, a estratégia de desenvolvimento participada e consensualmente elaborada para o Alentejo por forma a suportar os instrumentos de política a financiar pelos Fundos Estruturais da União Europeia no novo período de programação financeira 2007-13, designada por “Alentejo 2015”, aponta para três eixos estratégicos de desenvolvimento:

- Desenvolvimento empresarial, criação de riqueza e emprego
- Abertura da economia, sociedade e território ao exterior
- Melhoria global da qualidade urbana, rural e ambiental

São naturalmente estes três eixos que enformam o Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-13, o qual constituirá um instrumento privilegiado do financiamento da estratégia de desenvolvimento do Alentejo Central.

Tendo em conta estes elementos de enquadramento estratégico para a Região Alentejo bem como a análise e diagnóstico da sub-região apresentada nos capítulos 2 e 3, é definido como grande objectivo para o Alentejo Central no horizonte 2015 o seguinte:

Reforçar a competitividade e atractividade do Alentejo Central, apostando na sua nova centralidade, incentivando a inovação e o desenvolvimento sustentável dos seus recursos e assegurando qualidade de vida e coesão social

Tal objectivo agrupa e sintetiza os principais pontos fracos da sub-região (insuficiente competitividade no mercado global; limitada capacidade empreendedora e de inovação; falta de atractividade para assegurar massas críticas e recursos humanos qualificados), alguns pontos em que é privilegiada (qualidade de vida, coesão social) e as novas oportunidades de desenvolvimento (centralidade resultante dos novos e futuros eixos de comunicação, de referência europeia, cooperação transfronteiriça).

A capacidade de atracção para o Alentejo Central de agentes geradores de riqueza é porventura a sua aposta mais imediata tendo em conta os novos factores de localização que a beneficiam, mas

também o envelhecimento da população e a escassa dotação de recursos directamente mobilizáveis para um processo de diversificação e inovação económicas. O processo de desenvolvimento do Alentejo Central ainda que naturalmente assente nos seus recursos humanos e materiais endógenos tem que fazer apelo a agentes de mudança e a capitais exógenos para dar o salto qualitativo necessário à criação de um ciclo virtuoso e sustentável de desenvolvimento no mercado global.

A atractividade aparece assim como uma condição do reforço da competitividade da sub-região e implica um conjunto integrado de actuações ao nível das condições de acolhimento das empresas, da redução dos seus custos de contexto e da capacidade de inter-acção com os centros produtores de conhecimento, ao mesmo tempo que o reforço da qualificação e competências dos recursos humanos e a promoção da qualidade de vida (bom ambiente urbano e rural; atracção de novas residências) têm que ser garantidos.

Assim sendo a atractividade e a competitividade estão intimamente ligadas no processo de desenvolvimento do Alentejo Central e traduzem-se em múltiplas vertentes de actuação:

- a promoção de um maior dinamismo e inovação empresariais, com o reforço da abertura ao exterior e a inserção em redes de cooperação internacionais, visando renovar as actividades económicas tradicionais e diversificar o padrão de especialização da sub-região;
- a aposta em recursos humanos mais qualificados e com capacidade de adaptação a um Mundo em permanente mutação;
- o reforço da capacidade de produção de conhecimento comercializável nas entidades do sistema científico regional e nas próprias empresas, bem como o estabelecimento de interfaces para facilitar a endogeneização pelo tecido empresarial dos resultados da investigação regional;
- a consecução de um espaço territorialmente ordenado, com uma rede urbana devidamente estruturada, e dotado de bons equipamentos e infra-estruturas capazes de viabilizar um processo de desenvolvimento muito dependente das comunicações e da qualidade de vida;
- a preservação e valorização dos recursos naturais e ambientais, enquanto vectores essenciais da qualidade de vida das populações e da promoção do crescimento, quer ao nível da actividade agrícola quer ao nível do sector do turismo;
- a viabilização de uma administração pública, tanto central como local, mais eficiente, enquadradora e facilitadora do desenvolvimento económico e social, capaz designadamente de minorar os actuais custos de contexto para os agentes económicos.

A nível do desenvolvimento económico há pois que intervir em três níveis complementares:

- no interior da empresa;

- na envolvente económica, financeira e infra-estrutural da actividade empresarial;
- na redução dos custos de contexto

As actuações no quadro da empresa assumem naturalmente a forma de incentivos ao investimento empresarial, tanto corpóreo como incorpóreo e visam estimular as unidades produtivas a inovarem em produtos e processos, a apostarem nos factores imateriais de competitividade e a inter-agirem cada vez mais com a Universidade de Évora e com os centros de investigação e de intermediação tecnológica. Só num contexto de maior abertura à inovação é possível responder aos desafios da globalização e concorrer no mercado internacional; e a globalização obriga a competir localmente antes mesmo de pensar global e a subir na cadeia de valor das fileiras em que as empresas se situam. Por outro lado, há também que apostar em instrumentos de apoio financeiro para atrair novas empresas estruturantes para o Alentejo Central: o investimento qualificado de outras regiões ou países poderá e deverá constituir uma alavanca para o processo de renovação económica da sub-região e conduzir a novos comportamentos empresariais mais abertos ao risco e ao exterior.

Paralelamente, há no caso do Alentejo Central que promover novas empresas de valor acrescentado baseado nos seus recursos naturais ou em novos nichos de mercado – designadamente em ligação com as actividades de investigação na Região – através do fomento do empreendedorismo e do suporte directo a novas actividades empresariais qualificadas.

No contexto da envolvente empresarial e em complemento dos sistemas de incentivos tradicionais há que estimular e promover o financiamento de iniciativas de maior risco e com probabilidades de sucesso, através da criação de formas de engenharia financeira em que o capital de risco tenha um lugar primordial; a tradicional aversão ao risco das instituições financeiras portuguesas tem por vezes constituído um travão ao desenvolvimento de ideias inovadoras sob a forma de iniciativas empresariais e essa situação tem que ser invertida para surgirem novas empresas de base tecnológica na sub-região.

A envolvente económica das empresas tem também que ser apoiada pelos poderes públicos nas suas várias vertentes:

- a constituição de uma rede formal ou informal de infra-estruturas de acolhimento de empresas com os equipamentos físicos e as valências de serviços necessárias a uma empresa competitiva; trata-se sobretudo de promover o upgrade de um conjunto articulado e estruturado de parques empresariais com novas formas de gestão, preferencialmente condominial;
- o apoio a instituições de interesse público que prestem serviços às empresas, tanto ao nível da informação especializada como da internacionalização, do apoio ao estabelecimento de redes de cooperação ou da transferência de tecnologia;
- a criação de incubadoras de empresas que acolham projectos novos sobretudo, de empreendedores qualificados; trata-se de equipamentos que podem beneficiar de uma

localização próxima de outras empresas (parques de acolhimento) ou de centros de investigação.

Finalmente nesta área há que há reorganizar, modernizar e estimular a Administração Pública Central, Regional e Local com intervenção na sub-região por forma a adaptá-la às necessidades das populações e empresas dos novos tempos e a criar um novo espírito de serviço público e de atendimento muito mais virado para a resolução de problemas e disponibilização de serviços ágeis e de qualidade, promovedores da produtividade, do que para a obstaculização da iniciativa individual, nomeadamente de natureza empresarial. Há nesse contexto que apostar decisivamente nas novas tecnologias de informação e comunicação, em paralelo com reorganização de serviços, motivação e formação dos agentes públicos.

O acréscimo de competitividade das empresas regionais não é também possível sem uma melhoria significativa das qualificações e competências dos recursos humanos tanto actuais como os que vierem a ser atraídos pelas excelentes condições de vida do Alentejo Central.

É indispensável atingir nos próximos anos um patamar mais elevado de qualificações que permita não só reforçar a capacidade de produção de conhecimento – tanto na universidade e laboratórios de Estado como nas empresas - mas igualmente favoreça o empreendedorismo, facilite a adaptação tecnológica da mão de obra activa regional, viabilize níveis mais elevados de qualidade nos produtos e serviços prestados e garanta uma aproximação substancial dos níveis de educação regionais das médias europeias.

Para o efeito, devem ser conjugadas de forma activa dois tipos de actuação, um centrado na antecipação de respostas (sobretudo em matéria de fixação de competências técnicas) orientadas para melhorar a capacidade competitiva das empresas e das organizações e outro visando responder a problemas que persistem e têm expressão regional, como sejam a qualificação dos activos empregados de mais baixas qualificações e o reconhecimento e certificação de competências não formais e informais.

Face às dificuldades existentes – que urge ultrapassar por forma a dotar a estratégia de intervenção de condições de operacionalização – há que garantir uma adequada mobilização de recursos e uma capacitação de entidades (regionais e supra-regionais, a envolver em parcerias), de modo a melhorar, em termos de eficácia e eficiência, as respectivas “performances” de actuação no sistema regional de emprego.

A atractividade da sub-região depende não só dos seus recursos humanos e da sua capacidade empresarial e de inovação mas igualmente de um modelo territorial competitivo, devidamente estruturado e que potencie as especializações funcionais de cada agregado urbano, explorando as respectivas complementaridades.

Um tal modelo integra necessariamente uma boa articulação económica entre as cidades e as zonas rurais, boas acessibilidades intra e inter-regionais e uma afectação espacial de infra-estruturas que promova o desenvolvimento regional e favoreça a actividade económica. O Plano Regional de Ordenamento do Território actualmente em elaboração será neste contexto um

instrumento chave para a concretização de um modelo territorial equilibrado e competitivo, “arrumando” melhor as actividades no território do Alentejo Central.

As acessibilidades essenciais implantadas ou a concretizar nos próximos anos – caso do comboio de alta velocidade – irão ser um factor crucial de desenvolvimento da sub-região pela nova centralidade concedida a Évora e pela garantia de atractividade que daí decorre. As grandes vias de comunicação são um factor importantíssimo de localização de actividades, sobretudo quando de trata de uma sub-região que borda a Área Metropolitana de Lisboa, fica muito próxima do principal aeroporto nacional e a pouca distância de uma das principais fronteiras terrestres com Espanha.

Face a esta situação há que tirar partido das oportunidades que se abrem para a sub-região e fazer beneficiar o conjunto do território da sub-região dessas vantagens competitivas; nesse contexto haverá que completar/modernizar as articulações viárias intra-regionais de forma a melhorar os acessos aos novos eixos internacionais.

A principal carência detectada no território em matéria de acessibilidades diz respeito à ferrovia: o desequilíbrio inter-modal em favor do automóvel, com todos os efeitos negativos sobre o ambiente, é gritante, tanto pela ausência de boas conexões a nível regional como mesmo inter-regional ou internacional. A próxima paragem do comboio de alta velocidade em Évora apenas em parte melhorará a situação – face ao seu traçado e às suas características próprias, de longo curso -, mantendo-se uma situação que não é favorável à Região e que é contrária a todo o esforço que está a ser feito a nível europeu nesse domínio.

A debilidade e, em muitos casos, a ausência, de um sistema de transportes públicos rodoviários, acentua ainda mais a preponderância do automóvel como única solução de mobilidade com todos os inconvenientes resultantes.

Em relação à repartição territorial das infra-estruturas e equipamentos sociais ela é globalmente equilibrada ainda que falte completar algumas redes, como na educação (nomeadamente com base nas cartas educativas), na saúde e no apoio social. Importa neste contexto referir que o Alentejo é a região mais envelhecida do País e que o número de idosos não pára de aumentar, obrigando a respostas adequadas que garantam a coesão social.

O Alentejo é também a região com maior peso do sector agrícola, obrigando a olhar com especial atenção para a articulação económica entre as cidades e os campos. É essencial continuar a criar condições para a manutenção do modelo económico e social alentejano, o que significa estimular novas formas de cooperação entre zonas urbanas e rurais não só ao nível do escoamento de produtos mas também, por exemplo, no que respeita às actividades de lazer e à ocupação agrícola a tempo parcial. Esta questão é particularmente importante na sub-região do Alentejo Central onde a par do maior centro urbano da Região existem outras áreas urbanas de segundo nível e nas zonas rurais se desenvolvem actividades modernas e competitivas (vitivinicultura, por exemplo).

A atractividade da sub-região está, finalmente, estreitamente associada à sua capacidade para manter um ambiente saudável onde é agradável viver, com altos padrões ambientais tanto nas áreas urbanas como nas zonas rurais, designadamente nas zonas naturais sensíveis que são um património rico e a valorizar. Trata-se cada vez mais de condições determinantes na localização de pessoas e de actividades económicas e, partindo a sub-região de uma situação privilegiada nesse domínio, convém preservá-la e criar condições de sustentação.

Mais uma vez, e apesar dos bons níveis de cobertura existentes, haverá ainda que fazer um esforço no completamento e/ou racionalização de infra-estruturas, equipamentos e serviços de abastecimento e saneamento de água e de recolha, tratamento e valorização de resíduos sólidos, acompanhado de uma maior utilização de energias alternativas renováveis e da promoção da eficiência energética.

Haverá também que dar particular atenção aos locais protegidos integrados na Rede Natura 2000 e ao Grande Lago gerado pelo Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva que cria novas condições de desenvolvimento turístico para a sub-região – e especificamente para a sua vertente sueste – mas implica igualmente cuidados redobrados para manter os níveis de qualidade e equilíbrio ambientais das águas e suas margens. A prevenção de riscos, em particular de incêndio nos meses de estio, é igualmente uma área a privilegiar.

A estratégia assim enunciada conduz, portanto, a quatro objectivos específicos que correspondem, por seu lado, aos quatro eixos estratégicos que deverão nortear as políticas públicas na sub-região nos próximos 7 anos:

- **Promover um ambiente empresarial competitivo e inovador, aberto ao exterior**
- **Adaptar e valorizar conhecimentos e competências**
- **Qualificar o ambiente e potenciar o espaço rural**
- **Assegurar um modelo territorial e social coeso**

4.2. Eixos estratégicos prioritários

4.2.1. Promover um ambiente empresarial competitivo e inovador, aberto ao exterior

A competitividade económica baseada na inovação e no conhecimento e tendo como referência o mercado global terá que constituir cada vez mais o pilar do desenvolvimento do Alentejo Central. Numa economia cada vez mais globalizada, não é possível falar de desenvolvimento sustentável sem criar riqueza e esta só é possível a partir de um ambiente empresarial competitivo, diferenciador, inovador e aberto ao exterior.

É hoje reconhecido que é indispensável inovar, incentivar à mudança nas organizações e empresas para atingir vantagem competitiva. Não basta ter uma boa ideia, um bom produto, património, acessibilidades; é crucial que a estes esteja associada uma estratégia de gestão, de marketing e comunicação.

Se, por um lado, as empresas são consideradas como as protagonistas centrais do processo de inovação, os poderes públicos podem e devem actuar no sentido de criar um ambiente favorável ao desenvolvimento de empresas competitivas; tal pode ser feito tanto incentivando as empresas a apostar nos factores dinâmicos de competitividade como, por uma via indirecta, providenciando infra-estruturas, equipamentos e serviços que facilitem o acesso à informação e aos resultados da investigação.

A estratégia que nesta matéria será implementada no Alentejo Central não pode deixar de ter como referência as opções estratégicas definidas pelo PROT Alentejo para o conjunto da Região:

- Constituir uma Rede Regional de Parques Empresariais, dotados de qualificadas condições de acolhimento e desenvolvimento empresarial, em estreita articulação com as instituições do Sistema Regional de Conhecimento-Tecnologia-Inovação, contribuindo para a ampliação e diversificação da Base Económica Regional.
- Potenciar a abertura da Região ao exterior, tirando partido do seu posicionamento geográfico privilegiado no contexto nacional e ibérico, reforçando a conectividade internacional dos diversos modos de transporte e promovendo a competitividade e afirmação externa das infra-estruturas portuárias ferroviárias e de logística regional.
- Reforçar e desenvolver de forma sustentada e mais competitiva os sectores tradicionais estratégicos – agro-alimentar, pecuária, vitivinicultura, cortiça e rochas ornamentais - ampliando e qualificando as respectivas cadeias de valor e consolidar o desenvolvimento das actividades estratégicas emergentes ou em fase de consolidação – aeronáutica, automóvel, energias renováveis, tecnologias de informação e comunicação e turismo - diversificando e qualificando a base económica e afirmando novos sectores de especialização regional.
- Desenvolver o modelo de produção agro-florestal com base nas fileiras estratégicas regionais, garantindo a utilização racional dos recursos disponíveis e promovendo a diversificação das produções e a multi-funcionalidade da exploração agrícola.
- Aumentar a atractividade das zonas rurais, com base na multi-funcionalidade do espaço rural através de uma dinamização integrada dos sectores que podem contribuir para a revitalização económica, para a valorização e sustentabilidade ambiental, e para uma melhoria global da qualidade de vida.
- Consolidar o Alentejo como destino turístico, associado a uma oferta selectiva e ajustada com as características ambientais, naturais e patrimoniais, desenvolvendo uma fileira de produtos turísticos de elevada qualidade e identidade.

- Promover a constituição de um Sistema Regional de Conhecimento-Tecnologia-Inovação ajustado ao perfil produtivo regional e fomentador dos níveis de competitividade do sector empresarial, particularmente, do conjunto dos sectores estratégicos regionais (tradicionais e emergentes) respondendo, assim, aos desafios decorrentes da diversificação e modernização da base económica regional .

Partindo destas opções estratégicas a nível da Região, delineou-se uma estratégia de intervenção assente na competitividade e inovação através da identificação dos aspectos chaves e áreas prioritárias que conduzam à criação de um ambiente empresarial favorável.

Pretende-se assim contribuir para sensibilizar, orientar e demonstrar a importância que conceitos como a mudança, o desafio, a gestão estratégica e a inovação têm no desenvolvimento económico e social de um território. Para o efeito, há que fomentar um espírito mais empreendedor e desenvolver competências específicas que potenciam um comportamento mais pró-activo e que induzam novas atitudes e transformem os territórios em espaços mais competitivos.

O salto para novos patamares de competitividade empresarial na sub-região deve pois contar com o estímulo e apoio do Estado nas seguintes áreas:

- apoio directo ao investimento inovador nas empresas;
- estímulo à investigação de bens e serviços comercializáveis por parte dos centros produtores de conhecimento da Região, articulando melhor as respectivas actividades com as necessidades do tecido empresarial envolvente;
- criação de uma rede de áreas de acolhimento empresarial e de logística dispondo de um conjunto de serviços comuns que crie externalidades;
- criação de condições envolventes com particular relevo para os factores imateriais da competitividade de natureza colectiva, que se materializem no fornecimento de bens públicos, visando a obtenção de ganhos sociais e a indução de efeitos de arrastamento na economia;
- melhoria do acesso ao mercado de capitais;
- generalização do acesso às TIC e às redes de comunicação em banda larga e da economia digital;
- modernização e aumento da eficiência dos serviços públicos

A) Apoio directo ao investimento inovador nas empresas

No que respeita ao apoio directo ao investimento nas empresas há que estimular:

- o empreendedorismo designadamente o de cariz tecnológico de forma a atrair para o sector empresarial novos empresários com projectos inovadores e vontade de arriscar;

- o reforço da investigação nas empresas e da interacção empresas – centros produtores de conhecimento, por forma a que os resultados da investigação sejam mais facilmente endogeneizados pelas empresas e contribuam para o reforço da competitividade empresarial através da criação de novos produtos ou da utilização de novos materiais ou processos de produção;
- a aposta nos factores dinâmicos de competitividade, essencialmente de natureza imaterial mas que conduzem a saltos qualitativos na empresa e a adaptam aos desafios da globalização;
- o apoio à integração em redes nacionais e internacionais de empresas, ao associativismo empresarial que criam escala e favorecem novas oportunidades de negócio;
- o apoio a investimentos produtivos em bens e serviços inovadores, sobretudo os que incidam sobre novas actividades - aeronáutica, automóvel, energias renováveis, tecnologias de informação e comunicação e turismo - novos nichos de mercado ou utilizem recursos endógenos;
- a atracção de investimento estrangeiro estruturante, ou seja, aquele que traga novos recursos humanos e materiais para a sub-região, estimule novos comportamentos empresariais e densifique a malha de relações económicas inter-empresas;
- o estímulo à estruturação de clusters de empresas com base no tecido actual existente na Região e no potencial de crescimento de algumas fileiras estratégicas: agro-alimentar, pecuária, viticultura, cortiça e rochas ornamentais, turismo;
- apoio específico às micro e pequenas empresas da sub-região que, tal como ficou claro no diagnóstico, têm dificuldades próprias que importa superar.

Dado que o Alentejo é uma região de Convergência no quadro da política de Coesão da União Europeia e que por essa razão a política de Concorrência europeia aceita tectos de intensidade de auxílio às empresas a níveis ainda elevados há que jogar nesse instrumento para reforçar a atractividade da sub-região para o investimento e para acelerar a sua renovação económica. De notar neste contexto que duas das regiões limítrofes do Alentejo – Lisboa e Algarve – já estão confrontadas com regimes de auxílio às empresas menos favoráveis – ou seja, as taxas de incentivo ao investimento são menores, para as mesmas tipologias de despesas de investimento – o que deve ser devidamente aproveitado para atrair capitais para a Região.

Importa assim que os sistemas de incentivos criados e a criar no Continente português tenham em conta as especificidades da sub-região do Alentejo Central e sejam geridos de forma a proporcionar o desenvolvimento empresarial que se pretende. A região tem um conjunto de características próprias que exige uma aplicação adaptada dos sistemas de incentivos à sua realidade, ultrapassando as carências do seu tecido empresarial e apostando em sectores estratégicos tradicionais e emergentes.

B) Estímulo à investigação em bens e serviços comercializáveis

A Universidade de Évora tem cada vez mais de se assumir como um dos pilares em que deve assentar o reforço da competitividade da Região: o seu papel na investigação ligada aos recursos naturais regionais – no sentido da criação de novos produtos ou processos -, na transferência de saber para as empresas – através do seu envolvimento nas interfaces investigação-empresa -, na promoção do espírito empreendedor e de novas empresas – designadamente através de spin-offs a partir da própria Universidade e seus investigadores, é crucial para criar uma economia baseada no conhecimento e na inovação.

Há, assim, que fomentar as inter-relações entre os três pilares do desenvolvimento regional – empresas, universidade e autarquias -, encontrando linhas de trabalho e de cooperação comuns; os exemplos vindos de outras regiões que souberam dar o salto em pouco tempo – o caso de Tampere na Finlândia é por demais conhecido – mostram à evidência que a estreita colaboração entre os três tipos de agentes e a consensualização de linhas de acção entre si são a chave do sucesso.

Importa que cada vez mais a Universidade oriente as suas actividades para as necessidades das empresas e da criação de riqueza; importa que as empresas saibam o que se faz na Universidade e o possam influenciar através da procura de serviços; importa que as autarquias enquanto entidades públicas com responsabilidades no desenvolvimento dos seus territórios promovam essa cooperação mas também a estimulem canalizando recursos e encomendando projectos de investigação nas áreas com potencial de crescimento.

Há também neste contexto que realçar a indispensabilidade da Universidade na criação de qualquer pólo tecnológico ou parque empresarial com cariz tecnológico; sem a vontade e participação activa da Universidade não é possível obter as sinergias que estão na base do sucesso de tais espaços, onde a proximidade física entre a ciência e a economia e a permanente inter-acção entre ambas cria, explora e aplica novas ideias.

Importa, aliás, nesse sentido consolidar a massa crítica, proporcionada pela Universidade, criando as condições em Évora para a criação de um pólo tecnológico na área das tecnologias da informação e comunicação.

A integração em redes internacionais de conhecimento (para ganhar escala e colaborar em projectos de excelência) e a participação em consórcios de investigação aplicada com empresas (com vista à produção de conhecimento comercializável conducente à inovação) são instrumentos a privilegiar visto que há ainda um longo caminho a percorrer para se atingirem patamares de regiões mais desenvolvidas.

C) Rede de áreas de acolhimento empresarial

Esta prioridade corporiza uma preocupação comum a todos os municípios envolvidos, nomeadamente pela real necessidade de criar condições para a fixação e dinamização das empresas concelhias e abertura ao exterior. É vital a dinamização de uma rede de Áreas de Acolhimento Empresarial e logístico que vise a criação, requalificação e reconversão de áreas de acolhimento empresarial, elevando a sua qualidade, racionalizando e dando coerência à rede regional e local deste tipo de espaços, bem como o apoio à gestão destas plataformas, nomeadamente no que respeita à oferta de serviços partilhados e, ainda, a promoção do empreendedorismo local.

A visão estratégica veiculada por este documento no que respeita às áreas de acolhimento empresarial e logístico assenta em intervenções que visem dar resposta aos desafios colocados à região em resultado das expectativas criadas com projectos de cariz nacional e internacional que terão impacto na região e em particular no Alentejo Central.

Ainda nesse contexto e considerando o diagnóstico de necessidades efectuado, deverá ser dada prioridade ao projecto de um parque de ciência e tecnologia articulado com o pólo tecnológico e a uma rede de centros de incubação como aposta no fomento ao empreendedorismo tecnológico.

Deste modo, as linhas de acção centram-se nas seguintes tipologias de actuação:

a) Áreas de Acolhimento Empresarial envolvendo infra-estruturas físicas de expansão, qualificação e reconversão de áreas existentes, incluindo, nomeadamente, edifícios e instalações, infra-estruturas físicas de uso colectivo e serviços partilhados visando a capacitação e o reforço do potencial humano e a disponibilização de uma oferta de serviços optimizados às entidades utilizadoras deste tipo de infra-estruturas, bem como projectos de melhoria da capacidade de gestão das respectivas entidades gestoras;

No caso do parque de ciência e tecnologia, haverá naturalmente que considerar igualmente as infra-estruturas e equipamentos de base tecnológica a integrar o parque;

b) Rede Logística de 2.º nível: Implementação ou reordenamento de áreas de actividade logística de 2º nível (não inseridas na rede nacional logística), envolvendo infra-estruturas físicas de criação, expansão, qualificação e reconversão de da rede logística de 2º nível, a qual, em consonância com os trabalhos do PROT, deverá situar-se no corredor Vendas Novas – Évora – Zona dos Mármore;

c) Incubação de Empresas envolvendo a criação, consolidação, expansão ou requalificação de edifícios e instalações específicas de uso comum para acolhimento de novas empresas, prioritariamente de base tecnológica, e ainda laboratórios assim como infra-estruturas físicas de uso colectivo e serviços comuns.

D) Factores imateriais da competitividade de natureza colectiva

Os actores públicos, designadamente a Administração Central e Local, deverão promover uma série de acções colectivas que visam melhorar a envolvente empresarial da sub-região, dando escala e divulgando a imagem regional no exterior, ao mesmo tempo que devem assumir um papel pró-activo na criação de condições imateriais para o surgimento de comportamentos inovadores de forma generalizada. Trata-se de uma missão que compete ao Estado e que sendo complementar das referidas anteriormente assume uma importância primordial na criação de uma massa crítica de empresários com um novo espírito e novas ambições, capazes de catapultarem o Alentejo Central para um novo patamar competitivo.

A criação de redes promovidas pelos municípios da sub-região no sentido de agregar produtores para garantir dimensão e qualidade aos produtos regionais é um primeiro passo e uma aposta positiva a desenvolver, na sequência da instituição da rede de produtos agro-alimentares com nome protegido, Rota dos Sabores; esta rede envolve já 9 municípios do Alentejo Central (Évora, Sousel, Estremoz, Borba, Redondo, Vila Viçosa, Reguengos de Monsaraz e Mourão), e estabelece uma cooperação com os produtores no sentido de promover e incentivar a comercialização dos recursos endógenos de elevada qualidade e identidade cultural.

Também a Rede de GADE – Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Distrito de Évora, liderada pela AMDE, que traduz um novo envolvimento dos municípios no apoio ao empresário e na captação de investimento para o Alentejo Central, terá que ser alargada a novos serviços e melhor articulada.

As principais linhas de acção para o Alentejo Central, neste contexto, centram-se nas seguintes actuações:

- a) Promoção e divulgação internacional da imagem da sub-região e dos seus sectores e actividades com relevância para a economia nacional;
- b) Informação, observação e vigilância prospectiva e estratégica, incluindo ferramentas de diagnóstico e de avaliação de empresas;
- c) Criação e dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores;
- d) Sensibilização para factores críticos da competitividade e para o espírito empresarial;
- e) Identificação de novos mercados, tecnologias e oportunidades de inovação;
- f) Animação, coordenação e gestão de parcerias entre empresas e com outras entidades nacionais e internacionais, privilegiando naturalmente a vizinha Espanha.

E) Melhoria do acesso ao mercado de capitais

A facilitação do acesso ao mercado de capitais, à semelhança do que acontece com o FAME – Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, criando novos mecanismos e instrumentos que proporcionem capitais de risco e outras formas de financiamento da empresa com condições mais

favoráveis e permitindo ao mesmo tempo transferência de saber fazer na área da gestão, é outro factor crucial para o desenvolvimento das empresas.

Esta situação é particularmente relevante no caso de empresas novas e com projectos de risco, onde a banca é tradicionalmente relutante em conceder financiamentos.

Também as micro e pequenas empresas têm muitas vezes dificuldade em aceder ao mercado financeiro tradicional face à ausência de activos mobilizáveis como garantia de empréstimos e à falta de empenhamento da banca em concretizar tais financiamentos.

Assim sendo, é uma prioridade para o desenvolvimento do Alentejo Central a constituição de instrumentos de engenharia financeira apoiados financeiramente por recursos públicos – de forma a minorar o risco dos investidores privados naqueles fundos – designadamente nas áreas do capital de risco e da garantia mútua.

F) Generalização do acesso à banda larga e da economia digital

Esta prioridade corresponde a uma das apostas da região Alentejo nos últimos anos e em especial no Alentejo Central através da execução dos projectos de cariz digital nomeadamente, “Évora Distrito Digital” e “Rede comunitária em banda Larga do Distrito de Évora”.

A estratégia da sub-região neste âmbito centra-se nas orientações comunitárias e nacionais, nomeadamente no que se refere ao desenvolvimento de acções de promoção das TIC e das suas potencialidades e na modernização da Administração pública.

O objectivo desta intervenção é, consequentemente, criar condições para a generalização do acesso à INTERNET, designadamente nas empresas, e para a produção de conteúdos on-line por forma a permitir a prossecução dos objectivos definidos no âmbito das políticas públicas nacionais para as áreas da Sociedade da Informação e do Conhecimento contribuindo para a competitividade e afirmação da sub-região..

As principais linhas de actuação a desenvolver na área da economia digital são:

- a) Sensibilização, massificação e dinamização da utilização da Internet em Banda Larga em espaços de acesso públicos que reúnam as condições para o efeito;
- b) Desenvolvimento de conteúdos e aplicações dirigidos ao melhoramento de processos e eficiência interna.
- c) Promoção e desenvolvimento do e-commerce;
- d) Dinamização de novos serviços de carácter comunitário com base nas TIC;
- e) Criação e digitalização de conteúdos temáticos e desenvolvimento de conteúdos e aplicações científicas, educativas e culturais;

- f) Expansão da Banda Larga para áreas onde o “mercado” não encontre condições operacionais de disponibilização destes serviços;

Complementarmente, torna-se imperioso criar mais condições para o acesso generalizado da Internet e seus conteúdos à escola e ao espaço residencial em geral, com repercussões óbvias na actividade empresarial..

G) Modernização e aumento da eficiência dos serviços públicos

Esta prioridade tem como objectivo minimizar os “custos públicos de contexto”, ou seja, visa ultrapassar os bloqueios à actividade empresarial que derivam da burocracia, desarticulação e ineficiência de alguns serviços públicos.

Trata-se de uma área que constitui uma das principais prioridades em matéria de opções estratégicas a nível nacional (PNACE e Plano Tecnológico, SIMPLEX) na medida em que é um forte elemento constrangedor à criação de uma envolvente favorável à competitividade.

Pretende reforçar a modernização e eficiência da Administração Pública, apoiar o *e-government*, de forma a simplificar e melhorar todos os procedimentos ligados à actividade económica e investimento. Considera fundamental apoiar o acesso electrónico das instituições, dos empresários e potenciais investidores a toda a informação de natureza pública relevante para o desenvolvimento das suas actividades.

As principais linhas de acção para o Alentejo Central, neste contexto, centram-se nas seguintes actuações:

- a) Prosseguimento da informatização de toda a informação com interesse para a actividade económica e investimento (como sejam zonamentos industriais, terrenos, loteamentos, instrumentos financeiros, nacionais e comunitários de apoio à actividade económica, normas e procedimentos, entre outras);
- b) Qualificação e simplificação do atendimento dos serviços públicos aos cidadãos e às empresas, designadamente através de lojas do cidadão, de centros de criação de empresas na hora e de balcões únicos;
- c) Disponibilização às empresas e aos cidadãos on line de informação e de serviços com recurso a tecnologias multi-canal para comunicação e atendimento;
- d) Avaliação da satisfação dos utentes, monitorização dos níveis de serviço alcançados e certificação de qualidade dos organismos públicos;
- e) Racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública Central e Local;
- f) Desenvolvimento de infra-estruturas em rede ou que assegurem a interoperabilidade dos serviços na Administração Pública e de soluções de comunicação integradas entre os serviços públicos.

4.2.2. Adoptar e valorizar conhecimentos e competências

Uma política activa de adaptação e valorização dos conhecimentos e competências dos recursos humanos constitui parte integrante e crucial da estratégia de desenvolvimento do Alentejo Central porquanto:

- deve promover a elevação dos níveis de habilitação e de qualificação de jovens e adultos, favorecendo a empregabilidade e a adequação das qualificações às necessidades de desenvolvimento, de aumento da produtividade e de coesão social; a educação e a formação profissionalizante assumem papel fundamental na produção e disseminação de competências adaptadas às exigências de modernização das empresas, contribuindo assim para o reforço da sua competitividade;
- deve apoiar a formação associada a processos de modernização das organizações, dirigida para a promoção da capacidade de inovação, gestão e modernização produtiva das empresas e outras entidades, com impacto directo na sua competitividade e dos territórios em que se inserem;
- deve promover a orientação da formação superior em áreas técnicas e tecnológicas que facilitem a sustentabilidade dos sectores emergentes da economia;
- deve ajudar a superar o atraso científico e tecnológico da sub-região, através da formação avançada, favorecendo a sua plena inserção em redes de produção e troca de conhecimento e a transferência deste para as empresas regionais;
- deve estimular o empreendedorismo e a transição para a vida activa, favorecendo o nível, a qualidade e a mobilidade do emprego, designadamente através do incentivo ao espírito empresarial, à integração de desempregados no mercado de trabalho e à plena tomada em consideração das aptidões e necessidades formativas do território;
- deve promover o desenvolvimento social, designadamente através de iniciativas integradas de desenvolvimento social de base local e da promoção da empregabilidade e do acesso ao trabalho de grupos desfavorecidos, contribuindo assim para uma maior integração e coesão social do Alentejo Central;
- deve, finalmente, promover activamente a igualdade de género.

A elevação dos níveis de qualificação dos jovens implica respostas ao nível do sistema formal de educação que permitam designadamente reduzir o insucesso escolar e fundamentalmente a saída precoce do sistema de ensino; complementarmente, há que valorizar a oferta de cursos profissionalizantes que sejam atractivos para os jovens que não queiram prosseguir os seus

estudos para níveis superiores de ensino, apostando na qualificação como factor relevante para a inserção no mercado do trabalho. A Iniciativa Novas Oportunidades e o processo de dupla certificação que lhe está inerente afigura-se neste contexto um instrumento importante a ser aplicado na sub-região.

Assim e com vista a reforçar a empregabilidade dos jovens, assumem-se como objectivos nesta área os seguintes:

- combater o insucesso e o abandono escolar precoce e prevenir a entrada de jovens com baixas qualificações no mercado do trabalho;
- promover o nível secundário como patamar mínimo de qualificação para os jovens;
- promover ofertas de formação de dupla certificação;
- valorizar o ensino pós-secundário não superior.

Por outro lado, o aumento da qualificação média dos activos do Alentejo Central só poderá ser alcançada se em simultâneo com a intervenção na base da pirâmide se fizer um esforço significativo de qualificação dos adultos que entraram no mercado de trabalho sem terem completado o 9º ou 12º ano de escolaridade.

Trata-se aqui de apostar no conceito de aprendizagem ao longo da vida, proporcionando a esses activos competências críticas para a cidadania, actividade económica e adaptação à mudança. Reforçar-se-á assim a sua empregabilidade mas também a auto-estima, ao mesmo tempo que se criam condições para um reingresso em processos de aprendizagem de carácter formal.

O sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências assume-se como um instrumento essencial neste contexto, ao estimular e apoiar a procura de certificação e de novas oportunidades de formação, permitindo um reconhecimento pelos sistemas de educação e de formação, das competências adquiridas pelos adultos ao longo do seu percurso pessoal e profissional.

O objectivo será portanto aqui elevar os níveis de qualificação de empregados e desempregados, tendo como referencial o nível secundário, através da diversificação e adaptação das oportunidades de aprendizagem e da expansão e consolidação do sistema de certificação e validação de competências.

No contexto da valorização dos recursos humanos no Alentejo Central estas duas vertentes de actuação pública constituem de facto a base da alteração do paradigma actual assente em qualificações médias muito baixas, ainda por cima com uma população envelhecida e menos propensa à adaptação à mudança. Trata-se de um dos factores menos favoráveis a um processo de desenvolvimento competitivo e inovador e que importa alterar, alcançando as qualificações mínimas indispensáveis para permitir a adaptabilidade e mobilidade da mão de obra.

Para além destas actuações generalizadas importa manter o esforço público e o apoio às empresas no sentido de garantir uma formação contínua aos activos empregados,

designadamente nas pequenas, médias e micro empresas para melhorar o desempenho e a competitividade dessas unidades produtivas.

Dada a importância da produção de conhecimento e sua integração no processo produtivo para a competitividade no espaço global, a política de qualificação de recursos humanos tem naturalmente que incidir igualmente sobre a formação avançada, de forma a garantir um processo de investigação sustentado na sub-região e a sua integração em redes nacionais e internacionais designadamente quando seja necessário adquirir massas críticas.

A Universidade de Évora, como centro nuclear da produção de conhecimento na sub-região e mesmo no conjunto do Alentejo, deve assim ser apoiada, sobretudo no que respeita a áreas de investigação ligadas aos recursos endógenos regionais ou às áreas económicas identificadas como emergentes; é da maior importância que a Universidade contribua mais fortemente para o progresso económico regional, designadamente através do conhecimento comercializável e da transferência desse conhecimento para as empresas por forma a ser endogeneizado e transformado em inovação geradora de maior valor acrescentado e de reforçada competitividade empresarial.

Há assim que apoiar o aumento do número de doutorados e pós-graduados e de investigadores na região, dado a fraca percentagem de emprego científico no Alentejo Central, handicap relevante para o novo paradigma de desenvolvimento que se pretende, assente nas tecnologias de informação e comunicação e na inovação de produtos e processos nas empresas.

Na área do empreendedorismo e da transição para a vida activa importa não só promover um ensino que estimule o gosto pelo risco e pela iniciativa mas igualmente proporcionar apoios técnicos e financeiros para a criação de novas empresas, designadamente de base tecnológica, e generalizar o sistema de estágios profissionais, visando criar condições adequadas à promoção da empregabilidade de desempregados e de jovens à procura do primeiro emprego.

Finalmente, torna-se indispensável promover a inserção social dos grupos sociais vulneráveis ou desfavorecidos sendo necessário encontrar respostas adequadas para tais situações. Os territórios mais deprimidos e envelhecidos têm naturalmente que merecer uma atenção especial, designadamente através da aplicação de contratos locais de desenvolvimento social que articulem de uma forma integrada as várias vertentes sociais do desenvolvimento (emprego, formação, qualificação, apoio social) e com a plena participação das populações locais.

De forma transversal a todo este processo de qualificação dos recursos humanos e de valorização e adaptação de competências, há que apostar nas áreas, sectores e tipos de qualificações que mais se adaptem ao processo de desenvolvimento que se pretende para o Alentejo Central. Trata-se aqui de uma questão especialmente sensível para os actores públicos do sistema de formação profissional visto que por vezes a matriz territorial (e suas potencialidades e necessidades) não está suficientemente presente nas opções de política e nos cursos e acções promovidas.

De acordo com o Plano Orientador da Formação para a Região do Alentejo (PEOFRA) existe um conjunto de áreas que apresentam dificuldades de recrutamento (por exemplo, agricultura e

pecuária, construção civil, turismo, hotelaria e restauração, ambiente e gestão urbana, serviços de apoio às empresas, distribuição e logística), outras em que a oferta de mão de obra carece de um reforço de competências (correspondem sobretudo a segmentos específicos das áreas anteriores em que as competências existentes estão desfasadas das necessidades actuais), e, finalmente, aquelas que correspondem a perfis/competências estratégicas que importa estimular.

Em relação a esta última vertente, importa evidenciar três tipos de necessidades que exigem respostas adequadas:

- Necessidades em matérias de competências mais próximas da inovação, cuja satisfação deve ser encontrada no seio das Unidades de I&D da Região/extra-regionais ou, ainda, a partir de protocolos que facilitem uma articulação eficaz e eficiente dos Centros de Formação no acesso a novos conhecimentos. Estão neste caso os resultados da investigação/experimentação sobre produtos e solos agrícolas, energias renováveis e conservação de energia, novos materiais e técnicas construtivas, etc);
- Necessidades de competências de natureza transversal que devem estar presentes em diversas áreas de actividade e perfis profissionais. São disto exemplo as competências em matéria de gestão empresarial, de línguas estrangeiras, de técnicas de vendas, de informação de mercados, de consultoria jurídica e fiscal ou em energia e ambiente;
- Necessidades em competências sectoriais específicas com respostas a articular em contextos de actividade e de investigação/experimentação. São exemplos desta tipologia, áreas de actividade/competências como a topografia, SIG e GPS (conhecimentos necessários à identificação, marcação e optimização de percursos turísticos), a preservação e vigilância de incêndios florestais, a gestão e conservação de recursos naturais e a renovação de actividades da economia rural com potencial de mercado.

Em resumo e utilizando a estruturação estratégica das acções a desenvolver na área da formação profissional adoptada pelo PEOFRA, estas podem-se organizar em quatro tipologias distintas:

A) Formação ligada à actividade económica

Esta tipologia contempla as modalidades de qualificação e reconversão, abrangendo profissionais actuais e futuros dos respectivos sectores e deve conter prioritariamente as áreas de formação de competências seguintes:

- funções técnicas (de gestão, execução e manutenção) no âmbito das profissões do complexo de actividades do turismo e do lazer, abrangendo formações transversais (conhecimentos linguísticos e de história e identidade local) e formações ligadas aos segmentos em emergência (turismo da natureza e radical, golfe e turismo urbano e cultural);

- funções técnicas (de gestão, exploração e comercialização) das actividades agrícolas, florestais e pecuárias, abrangendo, nomeadamente as áreas do regadio/culturas de primores, a vinha, o montado, o olival e a agricultura e pecuária biológicas;
- funções técnicas (de gestão e execução) da fileira de actividades da construção/reabilitação urbano-patrimonial;
- funções técnicas (de gestão, concepção, execução e manutenção, incluindo qualidade e certificação) das actividades agro-transformadoras que incluem a transformação de produções agrícolas e pecuárias;
- funções técnicas (de gestão, concepção e manutenção, incluindo qualidade) das actividades de produção industrial e dos ramos-âncora das plataformas logísticas;
- funções técnicas (de concepção, gestão e execução) das actividades da organização dos circuitos de comercialização e do comércio externo;
- funções associadas no fomento e consolidação da iniciativa empresarial com acções orientadas para as especificidades das micro e pequenas empresas, abrangendo funções administrativas e financeiras, funções comerciais e gestão dos recursos humanos; deve contemplar igualmente a concepção e organização de produtos formativos dirigidos à actualização regular de competências dos empresários em áreas de desenvolvimento estratégico das empresas.

B) Formação ligada à qualificação das organizações da Administração Pública Regional

Em articulação com entidades formadoras especializadas (INA e CEFA), e outras entidades acreditadas a desenvolver oferta formativa neste domínio, deverão ser estimuladas duas componentes essenciais que respondem à procura da generalidade dos agentes de administração do Estado:

- formação para recrutamento ligada ao rejuvenescimento dos quadros, sobretudo das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, ministrada a bacharéis e licenciados, futuros quadros médios e superiores das organizações públicas regionais;
- formação de qualificação, aperfeiçoamento e reconversão *do pessoal ao serviço* ligada à implementação de processos de modernização dos serviços públicos e que deve abranger: competências normativas; competências técnicas específicas (planeamento, programação física e financeira, e gestão); competências técnicas de execução, manutenção e conservação nos diversos domínios da actividade reguladora e de fiscalização destes serviços.

C) Formação ligada ao desenvolvimento de projectos sociais e iniciativas empresariais de base local

Tomando por referência as áreas novas emergentes com expressão a nível rural e dos aglomerados urbanos de pequena e média dimensão (renovação urbana e ambiental,

desenvolvimento local, serviços de proximidade, acção sócio-local, ...), entende-se indispensável qualificar competências diversificadas destinadas a:

- conceber e realizar projectos de desenvolvimento ligados a saídas profissionais;
- construir bolsas de formadores com competências adequadas às características e requisitos técnicos daquelas áreas para prestarem um serviço de tipo ambulatório junto dos beneficiários potenciais;
- contribuir para consolidar novas oportunidades de emprego em áreas complementares das especializações regionais;
- criar capacidades de gestão e de execução técnica em redes de equipamentos sociais destinadas a apoiar idosos e grupos em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho;
- desenvolver capacidades indispensáveis para a profissionalização e adequado enquadramento de trabalho dos agentes das organizações da economia social.

D) Qualificar as entidades formadoras

A capacidade formativa disponível na Região carece de acções de qualificação estrutural de modo a melhorar as suas *performances*, a responder a novas solicitações de mercado e a poder desenvolver iniciativas conjuntas com outras entidades.

Paralelamente, importa sensibilizar as entidades acreditadas sedeadas na Região para a necessidade de fixar recursos que permitam ampliar os domínios de acreditação dessas entidades, a montante e a jusante do ciclo formativo.

4.2.3. Qualificar o ambiente e potenciar o espaço rural

As orientações da política de coesão europeia determinam como meta para o período de programação 2007-2013 o desígnio de “tornar a Europa e as suas regiões espaços mais atractivos para investir e para trabalhar”, incluindo como preocupações fundamentais “reforçar as sinergias entre a protecção ambiental e o crescimento” e “enfrentar a utilização intensiva das fontes de energia tradicionais”. Por outro lado, compromissos internacionais como o Protocolo de Quioto, a evolução mundial dos mercados energéticos e a emergência de acontecimentos potencialmente

relacionados com as alterações climáticas, colocam o desenvolvimento sustentável como uma prioridade central a nível europeu e nacional.

Neste contexto, a principal finalidade a atingir no quadro do *Eixo 3 – Qualificar o Ambiente e Potenciar o Espaço Rural* traduz-se na implementação de acções destinadas à preservação e valorização dos recursos naturais e ambientais enquanto vectores essenciais da qualidade de vida das populações e da promoção do crescimento, quer ao nível da actividade agrícola quer ao nível do sector do turismo.

Por conseguinte, a estratégia para o Alentejo Central deverá incluir, em matéria de preservação do ambiente, um conjunto de preocupações focalizadas em aspectos como a gestão dos recursos hídricos, a prevenção da poluição, a requalificação patrimonial e ambiental, passando ainda por áreas como a implementação das Agendas 21 Locais e a prevenção e a regeneração de áreas extractivas degradadas. Por outro lado, são de destacar áreas como a gestão de resíduos, a prevenção de riscos naturais e o abastecimento de água e o saneamento básico “em baixa”.

A nível da potenciação do espaço rural, e porque ambas as áreas estão intimamente relacionadas, pretende-se alcançar objectivos como o incremento da competitividade dos sectores agrícola e florestal, o ordenamento do espaço rural, a gestão sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida e a diversificação económica das áreas rurais.

Estas duas áreas de intervenção, o ambiente e o meio rural, apresentam-se de forma complementar nos instrumentos de programação do período 2007-2013. Assim sendo, se a qualificação ambiental pode encontrar-se nos regulamentos do Programa Operacional da Região Alentejo, regulados pelo FEDER, as questões de potenciação do mundo rural são fundamentalmente abordadas no Programa de Desenvolvimento Rural, que é financiado pelo FEADER.

A qualificação do ambiente é, efectivamente, uma das prioridades para o Alentejo Central. No sentido de dar resposta às directrizes comunitárias e nacionais, torna-se cada vez mais premente a conservação de uma região caracterizada por um meio envolvente saudável, com altos padrões ambientais tanto nas áreas urbanas como nas zonas rurais, designadamente nas zonas naturais sensíveis que são um património rico e a valorizar.

Deste modo, apesar dos bons níveis de cobertura e de protecção ambiental existentes, importa apostar na complementaridade e/ou racionalização de infra-estruturas, equipamentos e serviços de protecção e valorização ambiental, gestão de recursos hídricos, recuperação e revitalização de áreas mineiras abandonadas, abastecimento e saneamento de água e de recolha, tratamento e valorização de resíduos sólidos, acompanhado de uma maior utilização de energias alternativas renováveis e da promoção da eficiência energética.

A estratégia para o Alentejo Central no que respeita à qualificação e protecção ambiental estrutura-se, consequentemente, em torno de 6 prioridades fundamentais:

- Gestão dos recursos hídricos;

- Prevenção e gestão de riscos naturais;
- Tratamento e valorização de resíduos;
- Recuperação e valorização de zonas extractivas;
- Conservação da natureza e promoção da biodiversidade;
- Valorização económica do espaço rural.

Para cada uma destas prioridades é de seguida definida uma estratégia de actuação específica que inclui as respectivas linhas de acção em termos de investimento para o Alentejo Central.

A) Gestão dos recursos hídricos

A gestão dos recursos hídricos constitui-se como elemento essencial no desenvolvimento económico e social do Alentejo Central, que se caracteriza por condições climáticas e geográficas muito particulares, sendo de destacar nomeadamente os fenómenos como a ocorrência de longos períodos de escassez de água.

A gestão dos recursos hídricos neste domínio estratégico está intimamente associada à intervenção a nível dos sistemas públicos de abastecimento de água às populações e dos sistemas de saneamento e de tratamento das águas residuais. Neste sentido, torna-se essencial a aposta na promoção de acções destinadas ao uso eficiente da água, o que se traduz na redução das perdas nas redes públicas de abastecimento, bem como em actividades destinadas à minimização dos riscos ambientais e tecnológicos.

As principais linhas de acção estratégicas para o Alentejo Central centram-se nas seguintes actuações:

- a) Sensibilização ambiental destinada à promoção do uso eficiente da água;
- b) Completamento de redes de abastecimento de água em “vertente em baixa - modelo não verticalizado”, com destaque para condutas de abastecimento, estações elevatórias, equipamentos, reservatórios e acessibilidades e sistemas de gestão (ferramentas SIG, telegestão);
- c) Completamento de redes de drenagem de águas residuais em “vertente em baixa – modelo não verticalizado”, apostando em infra-estruturas como colectores de saneamento, equipamentos, estações elevatórias e acessibilidades, sistemas de gestão.

B) Prevenção e gestão de riscos naturais

O conjunto de características geográficas e endógenas do Alentejo Central tornam a região fortemente vulnerável a alterações climáticas. Por isso, devem ser perspectivadas medidas de prevenção e de minimização dos efeitos dessas variações, mediante uma abordagem simultaneamente pró-activa e reactiva perante os riscos naturais e tecnológicos que se perspectivam para a sub-região.

Assim sendo, a estratégia delineada passará pela elaboração de estudos, inventariação e cartografia das zonas de risco, à escala adequada ao planeamento de emergência, assim como pela aposta na criação de planos de emergência de protecção civil adequados às necessidades dos concelhos do Alentejo Central, passando igualmente pelo desenvolvimento de acções de divulgação e sensibilização direccionadas para o domínio da protecção civil.

Por outro lado, considerando o diagnóstico de necessidades efectuado, é dada prioridade a projectos de equipamentos dos agentes de protecção civil, rede de Centros Municipais de Protecção Civil e respectivos sistemas de gestão, bem como à sua dotação das TIC, contribuindo para o sistema de informação de protecção civil.

Nesta prioridade, as linhas de acção são simultaneamente de natureza material e imaterial, dado encontrarmo-nos perante uma área pouco explorada a nível da sub-região, o que justifica o diagnóstico, o planeamento de acções e a definição de uma estratégia de prevenção prospectiva, assim como a implementação de um conjunto significativo de acções de natureza material.

Deste modo, as linhas de acção centram-se nas seguintes tipologias de actuação:

- a) Levantamento, caracterização e diagnóstico de prevenção e minimização dos riscos naturais e tecnológicos da sub-região (avaliação da susceptibilidade, perigosidade, vulnerabilidade e risco dos factores naturais);
- b) Criação de instrumentos de âmbito municipal e intermunicipal, destinados a suprir as lacunas existentes na área da protecção civil e a identificar de forma sistemática os diferentes riscos do território;
- c) Criação e revisão de planos de emergência de âmbito municipal;
- d) Divulgação e sensibilização no domínio da protecção civil, de âmbito municipal e intermunicipal, com o intuito de melhorar o grau de conhecimento e de preparação da população no que respeita aos riscos a que está exposta.
- e) Criação, remodelação e ampliação da rede de Centros Municipais de Protecção Civil e respectivos sistemas de gestão;
- f) Aquisição de equipamentos operacionais de protecção civil, para os corpos de bombeiros e serviços de protecção civil municipal e de veículos para operações de socorro;
- g) Reforço da arquitectura e desenvolvimento do sistema de informação de protecção civil nacional, incluindo as vertentes de comunicações, alerta, monitorização e localização, ao nível da sub-região.

C) Tratamento e valorização de resíduos

Esta prioridade corporiza uma preocupação cada vez mais premente nos dias que correm, nomeadamente a separação, recolha e valorização de resíduos sólidos, dando resposta a metas comunitárias e nacionais como o incremento dos níveis de reciclagem, tratamento e valorização de resíduos. Por outro lado, uma das prioridades para a sub-região Alentejo Central passa pela

garantia da gestão adequada dos resíduos urbanos com custos aceitáveis. Torna-se igualmente premente, para além da recolha e reciclagem dos resíduos sólidos urbanos, que a sub-região passe a apostar em diferentes níveis de reutilização dos resíduos, como é o caso de soluções para a gestão dos resíduos industriais e outros, como os veículos em fim de vida, equipamentos eléctricos e electrónicos, óleos e pneus usados, resíduos de construção e demolição, entre outros.

A visão estratégica veiculada por este documento no que respeita à reciclagem e reutilização de resíduos visa, portanto, a intensificação da redução, reciclagem e reutilização de resíduos sólidos urbanos através da prevenção da sua produção, da optimização das redes de recolha selectiva, dos sistemas de tratamento e valorização e da melhoria do comportamento ambiental dos cidadãos.

Neste quadro, as linhas de actuação propostas para o Alentejo Central pautam-se pelas seguintes operações, consagradas nos planos de acção dos sistemas de resíduos, de acordo com a estratégia nacional determinada pelo PERSU II:

- a) Optimização das redes existentes de recolha selectiva, possibilitando a diversificação de modos de recolha e fluxos de resíduos recolhidos selectivamente, a melhoria da gestão de resíduos perigosos e a instalação de sistemas de informação associados às redes de recolha;
- b) Racionalização das unidades de triagem existentes por forma a aumentar a sua eficácia;
- c) Implantação de unidades de valorização energética;
- d) Demonstração de boas práticas visando melhorar a gestão, impulsionar o mercado de resíduos, promover a redução da produção de resíduos sólidos urbanos e a separação de resíduos na origem;
- e) Sensibilização de vários segmentos de público (doméstico, escolas, comércio, associações empresariais, etc.), de iniciativa municipal e intermunicipal, visando melhorar o comportamento ambiental dos cidadãos e das empresas, divulgando informação sobre a sociedade da reciclagem e os novos padrões de consumo.

D) Recuperação e valorização de zonas extractivas

Esta prioridade encerra uma preocupação com grande relevância para o Alentejo Central: a reabilitação e valorização de áreas extractivas. A estratégia da sub-região neste âmbito centra-se nas orientações comunitárias e nacionais, nomeadamente no que se refere ao desenvolvimento de acções correctivas das numerosas situações de explorações abandonadas e não reabilitadas, visando simultaneamente a melhoria do desempenho ambiental da indústria extractiva.

Os objectivos desta intervenção são, consequentemente, a valorização ambiental e socio-económica do território, proporcionando melhores condições para o uso futuro do solo, designadamente através da reabilitação de locais contaminados e de zonas mineiras ou de extracção de massas minerais, onde estejam em risco quer o meio ambiente, quer a segurança e a saúde das populações.

As linhas de actuação planeadas para a área da recuperação das zonas mineiras abandonadas e degradadas são as seguintes:

- a) Redução e eliminação dos focos de contaminação em áreas degradadas afectas à indústria extractiva ou em sítios e solos contaminados;
- b) Prevenção de práticas nocivas do ambiente em áreas degradadas afectas à indústria extractiva ou em sítios e solos contaminados;
- c) Requalificação ou regeneração de áreas degradadas afectas à indústria extractiva, sítios e solos contaminados e locais de deposição indevida de resíduos não urbanos ou equiparados a urbanos;
- d) Monitorização da contaminação em sítios e solos contaminados.

E) Conservação da natureza e promoção da biodiversidade

A conservação da natureza e a promoção da biodiversidade é uma temática de crescente relevância na agenda europeia. O Alentejo tem actualmente cerca de 25% do seu território proposto para integrar a Rede Natura 2000, o que demonstra a importância desta temática para a região. Esta prioridade visa a realização de diferentes objectivos: concretizar uma “gestão activa” das áreas classificadas; promover a conservação e reabilitação ecológica da rede hidrográfica (em especial, nos troços com maior importância ambiental); e criar um sistema de fruição pública/turística das áreas classificadas.

No quadro desta prioridade dá-se então destaque a duas áreas essenciais: por um lado, a valorização e a qualificação ambiental e, por outro lado, a gestão activa dos espaços protegidos e classificados.

Na primeira área, o foco é colocado no desenvolvimento de uma sociedade sustentável e no cumprimento dos normativos ambientais, implicando por um lado uma monitorização permanente e, por outro, a promoção de novas actividades associadas aos valores ambientais e à sua implementação estimulando novas soluções e boas práticas ambientais. A sensibilização para os valores ambientais enquadra-se nesta preocupação, sendo de relevar a existência na sub-região do Fluvial de Mora, equipamento de dimensão regional e mesmo nacional cujo desenvolvimento importa apoiar.

Já no que concerne à gestão de espaços protegidos e classificados, o objectivo central relaciona-se com a conservação e valorização da natureza e da biodiversidade nas áreas classificadas e com a implementação de acções de conservação ou recuperação de espécies e habitats de espécies prioritárias, e de habitats prioritários, e/ou com estatuto de conservação desfavorável.

No quadro da área prioritária destinada à valorização e qualificação ambiental, as principais linhas de actuação incluem as seguintes intervenções:

- a) Preparação e implementação das Agendas 21 Locais;
- b) Requalificação ambiental e reabilitação do património natural;

- c) Implementação e optimização de sistemas e redes de informação e monitorização ambiental, designadamente dos recursos hídricos;
- d) Educação ambiental e projectos demonstrativos e acções de informação e sensibilização para uso eficiente de energia e da água e utilização de energias renováveis;
- e) Construção, ampliação ou reabilitação das unidades laboratoriais e centros de aquisição e processamento de dados nos domínios da água, ar, ruído, solos e aquisição de equipamentos necessários ao cabal desempenho das suas funções;
- f) Elaboração de planos de gestão de bacias hidrográficas e de planos de ordenamento de albufeiras de águas públicas;
- g) Melhoria da gestão dos recursos hídricos, protecção de origens de água e promoção da reutilização de águas residuais tratadas;
- h) Conservação e reabilitação da rede hidrográfica, incluindo limpeza e desassoreamento de linhas de água, zonas ribeirinhas e das zonas húmidas;
- i) Valorização de albufeiras, incluindo sinalização e infra-estruturas de apoio.

Já no que respeita às acções de gestão dos espaços protegidos, as prioridades direccionam-se para as seguintes acções:

- Intervenção em habitats e espécies nomeadamente recuperação de espécies particularmente ameaçadas, de habitats e ecossistemas degradados, com estatuto de protecção e conservação e/ou reintrodução de espécies particularmente ameaçadas,;
- Sensibilização e envolvimento dos cidadãos para os valores de conservação;
- Apoio à visita, designadamente disponibilização de caminhos e rotas temáticas, sinalização, infra-estruturas de informação e interpretação, centros de serviço ao visitante, etc

F) Valorização económica do espaço rural

No Alentejo Central, à semelhança da região Alentejo, o sector agrícola detém um importante papel no conjunto da actividade económica, pelo que continua a ser essencial a criação de condições para estimular novas formas de cooperação entre zonas urbanas e rurais não só ao nível do escoamento de produtos mas também, por exemplo, no que respeita às actividades de lazer e à ocupação agrícola a tempo parcial. Esta questão é preponderante na sub-região do Alentejo Central onde, a par do maior centro urbano, existem outras áreas urbanas de segundo nível e nas zonas rurais se desenvolvem actividades modernas e competitivas como é o caso da vitivinicultura.

A nível da valorização económica do espaço rural é fundamental a aposta em três vectores fundamentais: económico - produção de bens de mercado; ambiental - gestão de recursos e territórios; e social - integração de actividades e rendimentos.

Por esta razão, os objectivos estratégicos a atingir com a prioridade destinada à valorização económica do espaço rural pautam-se pelos seguintes princípios:

- Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal;
- Ordenamento do espaço rural e Gestão sustentável dos recursos naturais;
- Melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia nas zonas rurais;
- Promoção da produção de energia eléctrica renovável como forma de tornar a região auto-sustentável em termos de energia e contribuindo para a diminuição dos gases com efeito de estufa;
- Reforço da coesão territorial e social;
- Promoção da eficácia da intervenção das entidades públicas, privadas e associativas na gestão sectorial e do território rural.

Estes objectivos estratégicos traduzem-se em linhas de actuação estratégicas que passamos seguidamente a discriminar.

Especificamente a nível da valorização e potenciação económica do espaço rural, as linhas de actuação que se propõem no quadro desta prioridade são as seguintes:

Prioridade	Linha de acção
<i>Ordenamento do espaço rural e gestão sustentável dos recursos naturais</i>	➔ Reordenamento dos espaços florestais na perspectiva da gestão integrada dos territórios ➔ Promoção e valorização de serviços ambientais e práticas agrícolas sustentáveis ➔ Incentivo às iniciativas integradas economia/ambiente ➔ Optimização da Gestão dos Recursos Naturais
<i>Melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia nas zonas rurais</i>	➔ Implementação de serviços básicos para a economia e populações rurais ➔ Valorização do património rural ➔ Apoio à criação e desenvolvimento de micro-empresas ➔ Apoio à diversificação para actividades económicas complementares à agricultura ➔ Apoio à criação de unidades produtoras de energia a partir de fontes renováveis;
<i>Reforço da coesão territorial e social</i>	➔ Intervenção pública na dinamização de projectos locais em territórios sem sustentabilidade social
<i>Promoção da eficácia da intervenção das entidades públicas, privadas e</i>	➔ Qualificação dos agentes de desenvolvimento rural ➔ Aumento dos níveis de participação e responsabilização

<i>associativas na gestão sectorial e do território rural</i>	dos agentes na concepção e gestão das políticas → Reorientação da intervenção das entidades para a satisfação do utilizador → Potenciar a integração das novas tecnologias na acessibilidade, produção e gestão do conhecimento.
---	---

Verifica-se a nível das acções de potenciação do mundo rural uma multi-variedade de intervenções que podem ser levadas a cabo. Na presente estratégia, as áreas de actuação referidas podem ser complementares às acções previstas para as questões ambientais, dando um maior enfoque a questões como as populações e a vertente económica do território.

4.2.4. Assegurar um modelo territorial e social coeso

A capacidade do Alentejo Central em reforçar a sua competitividade e atractividade estará intimamente associada à sua capacidade de promoção de um modelo de organização territorial sustentável, equilibrado e coeso. Este modelo deverá traduzir um espaço territorialmente ordenado, com uma rede urbana devidamente estruturada e dotado de equipamentos e infra-estruturas capazes de viabilizar um processo de desenvolvimento muito dependente das comunicações e da qualidade de vida.

A promoção da coesão territorial e social do Alentejo Central passará pois por um reforço do carácter policêntrico do sistema urbano, que conjugue pólos territoriais especializados (estruturadores da coesão e competitividade) com uma rede de acessibilidades organizada em torno de uma mobilidade sustentável.

A articulação e o funcionamento em rede dos agregados urbanos da sub-região em determinados domínios de complementaridade ou de património comum, promovendo e especialização de funcionalidades e a cooperação em parceria parece um instrumento relevante para a consecução de um modelo equilibrado e coeso.

Nesse sentido, é de prosseguir os esforços já iniciados de implementação de duas redes de cidades e aglomerados urbanos com o intuito de promover o espírito de parceria e a implementação de acções conjuntas por parte dos municípios envolvidos, a saber:

- O “Corredor Azul - Rede Urbana para a Inovação e Competitividade”, por um lado, integra um conjunto de onze cidades e aglomerados urbanos, sete deles localizados no Alentejo Central (Arraiolos, Borba, Elvas, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Santiago do Cacém, Santo André, Sines, Vendas Novas e Vila Viçosa). Esta rede tem por objectivo estimular a cooperação e a parceria com as cidades e aglomerados que a integram e com os restantes parceiros regionais, potenciando uma melhoria colectiva, transformando-a num pólo de atracção de investimento e pessoas, num território que se destaca pela excelência. O caminho é inovar, desenvolver, mudar, aceitar desafios, criar novas competências, qualificar, integrar a mudança e eleger um território de excelência.
- A rede “Terras do Sol”, por outro, envolve uma parceria de 5 municípios do Alentejo Central (Alandroal, Mourão, Portel, Redondo e Reguengos de Monsaraz) e centra-se na criação de uma estratégia turística concertada para o território, potenciando uma oferta turística diferenciada, baseada em serviços de qualidade, inovadora nas ofertas e nos mercados e sustentada nos factores de competitividade endógena.

Para além disso, o Alentejo Central caracteriza-se por um território com baixas densidades populacionais, associadas a fracos graus de urbanização. No quadro de uma economia rural em vias de terciarização, será fundamental reequacionar o papel dos pequenos centros nos territórios rurais mais frágeis, por forma a garantir o acesso equitativo aos serviços para os que neles habitam e trabalham. Neste sentido, os pequenos centros urbanos, sedes de concelho ou não, são fundamentais para a afirmação das relações urbano-rurais e para o fortalecimento do sistema urbano numa lógica de reforço das relações de proximidade.

Um modelo territorial coeso assegurará necessariamente uma boa articulação económica entre as cidades e as zonas rurais, boas acessibilidades intra e inter regionais e uma afectação espacial de infra-estruturas que promova o desenvolvimento regional e favoreça a actividade económica.

O Alentejo Central apresenta, em termos gerais, uma boa cobertura ao nível dos equipamentos sociais e culturais; dos equipamentos e serviços de abastecimento e saneamento de água e de recolha e reciclagem de resíduos sólidos. Em termos de acessibilidades, regista-se igualmente uma boa cobertura ao nível da rede viária principal. Não estão, no entanto, garantidas as condições de equidade no acesso aos serviços e equipamentos por parte das populações do Alentejo Central e não está assegurada a complementaridade funcional entre os diversos centros urbanos e rurais, pelo que o próximo período de programação de fundos estruturais se torna fundamental para a sub-região na consolidação de um modelo territorial e social sustentável, equilibrado e coeso.

Face, por um lado, às linhas essenciais caracterizadoras da sub-região cuja estrutura populacional é duplamente envelhecida, com fortes tendências de terciarização da actividade rural, onde prevalecem ainda elevados níveis de baixa escolaridade e elevada iliteracia e onde as relações com o exterior serão estruturantes da coesão social e, por outro lado, face às opções estratégicas

globais em curso para o conjunto da região, a promoção deste modelo passará em concreto, para o Alentejo Central, por:

A) Ao nível do sistema de acessibilidades e da mobilidade territorial

- Reforçar a conectividade externa da sub-região, o que passa por:
 - Remodelar os corredores rodoviários de nível nacional/europeu, ou seja, Castelo Branco – Portalegre – Évora – Beja – Ourique - Algarve (IP2), Sines - Évora – Elvas - Badajoz (IC33);
 - Alargar e electrificar a linha ferroviária Poceirão - Vendas Novas – Évora - Estremoz melhorando o transporte de passageiros;
 - Construir a linha ferroviária de alta velocidade Lisboa - Madrid (com estações em Évora e Elvas/Caia);
 - Construir uma moderna linha convencional de mercadorias Sines – Évora – Elvas/Caia.
- Reforçar e melhorar o sistema de acessibilidades intra e inter-regional, com destaque para a revitalização e recuperação da ferrovia, para a consolidação do sistema viário municipal e para a promoção de acessos mais rápidos e seguros aos eixos estruturantes; neste contexto assumem-se como investimentos estruturantes para a sub-região:
 - Melhorar as ligações ferroviárias de passageiros a Lisboa e a Elvas/Badajoz nomeadamente por forma a obter um equilíbrio inter-modal de transportes menos dependente do modo rodoviário e em particular do automóvel;
 - Beneficiar o corredor rodoviário Borba - Vila Viçosa – Alandroal - Reguengos de Monsaraz – Moura – Serpa - Mértola (EN255-ER255-ER265);
 - Beneficiar as ligações do corredor central à lezíria do Tejo: IC 10, EN 251, ER 370.
 - Melhorar as ligações Reguengos de Monsaraz – Mourão - S. Leonardo, através das EN256 e EN256-1, e Portel – Moura - Barrancos, através das ER384 e EN258;
 - Completar/beneficiar a rede de acessos intra-concelhios e de articulação destes com a rede principal;
- Estruturar uma rede sub-regional de transportes, capaz de assegurar de modo sustentável, as ligações entre os aglomerados urbanos de maior dimensão e os pequenos centros, promovendo a equidade no acesso a equipamentos e serviços;

- Apoiar o desenvolvimento de meios e modos de transporte mais diversificados e sustentáveis, tanto em áreas urbanas como rurais e, nesse contexto, favorecer a criação de uma rede regional de ecovias.
- Elaborar estudo sobre implementação de sistema de transportes públicos e mobilidade;
- Ligar a Rede Comunitária em Banda Larga do Distrito de Évora às redes que vierem a emergir nas outras sub-regiões do Alentejo, garantindo a sua conectividade à Área Metropolitana de Lisboa e a Espanha.

B) Ao nível da rede de equipamentos para a coesão social

- Melhorar as condições de acesso aos cuidados de saúde primários e hospitalares, sobretudo nos territórios mais periféricos face aos principais centros urbanos, optimizando a rede de equipamentos (implantação e valências), beneficiando as condições de mobilidade (sistema de transportes públicos) melhorando os sistemas de apoio à distância (telemedicina) e os sistemas de apoio móveis;
- Reforçar a rede de equipamentos de protecção e inclusão social, nomeadamente equipamentos de apoio à infância, à terceira idade, deficiência e grupos desfavorecidos. “O forte índice de envelhecimento da população impõe uma especial atenção sobre os segmentos etários mais elevados, através de respostas integradas e inovadoras no quadro das redes sociais existentes ou a criar” (PORA 2007-2013); Neste sentido será essencial reforçar os sistemas de apoio à terceira idade, nomeadamente lares (reforços da rede onde há mais carências), centros de dia, rede de apoios domiciliários, actividades complementares de inclusão. De igual modo é necessário reforçar a rede de equipamentos de apoio à infância, nomeadamente creches.
- Racionalizar a rede pré-escolar e escolar do 1º ciclo do ensino básico, generalizando a oferta de espaços de educação pré-escolar e garantindo que todas as escolas do 1º ciclo do Alentejo Central dispõem de condições ajustadas a aprendizagens qualificadas e qualificantes e que permitem o desenvolvimento de actividades diversificadas e serviços de apoio de qualidade, implementando as orientações das cartas educativas;
- Valorizar e melhorar a articulação entre a rede de agrupamentos de escolas básicas, escolas do ensino secundário, escolas profissionais, centros de formação profissional e outras instituições formadoras, de forma a permitir o desenvolvimento de uma rede de cursos profissionalizantes de acordo com as necessidades do tecido económico.
- Aumentar a rede de equipamentos culturais, qualificando as infra-estruturas existentes, potenciando a sua utilização pelas populações e, garantindo em todos os municípios a existência de biblioteca, cine-teatro e núcleos de dinamização cultural ou museológica;

- Reduzir as assimetrias sub-regionais quanto ao acesso e fruição das artes através do desenvolvimento de programações culturais em rede e da articulação entre os vários equipamentos culturais do Alentejo Central;
- Criar um centro de alto rendimento de nível regional na sub-região, de forma a aproveitar as vantagens naturais deste território e a sua localização próxima da AML;
- Alargar a oferta de equipamentos desportivos de proximidade numa lógica de complementaridade territorial e de suporte à inclusão e integração social; cada sede de concelho deve ter, no mínimo: campo de grandes jogos relvado, um pavilhão desportivo, uma piscina de aprendizagem, um campo de pequenos jogos e um mini-campo (espaços que permitam a prática de actividade física informal);

C) Ao nível da preservação, valorização e animação do património

- Promover e requalificar os aglomerados urbanos de valor patrimonial, orientando uma parte significativa dos investimentos para a reabilitação e revitalização do edificado e para a valorização dos espaços públicos;
- Preservar e criar condições para a fruição sustentável do património material e imaterial através da sua promoção e divulgação e de uma maior articulação institucional no âmbito de estratégias territoriais alargadas de valorização turística, económica cultural e social; nesse sentido, instituir um sistema de fruição do património cultural e natural do Alentejo Central e, para o efeito, inventariar, recuperar, valorizar, divulgar e promover o património, tomando-o um elemento central de desenvolvimento económico desta sub-região.

D) Ao nível da qualificação ambiental da rede urbana

- Completar e racionalizar as infra-estruturas, equipamentos e serviços de abastecimento e saneamento de água e de tratamento e valorização de resíduos, numa lógica de promoção da sustentabilidade ambiental, a par da promoção da eficiência energética e de uma maior utilização de energias alternativas renováveis; Elaborar e implementar planos de optimização energética municipais.
- Desenvolver modos e meios de transporte mais sustentáveis tanto em áreas rurais como urbanas.
- Criar e consolidar vias pedonais e cicláveis, no seguimento de experiências já concretizadas com as ecopistas, ecovias, vias verdes, numa lógica de rede estendível não apenas ao meio rural mas também urbano. Desenvolver uma rede sub-regional de vias verdes.
- Consolidar os espaços de recreio e lazer em meio urbano.

E) Ao nível da especialização funcional dos centros urbanos

- Potenciar o desenvolvimento do cluster aeronáutico e a sua articulação com o sector das componentes automóvel, apostando em investimentos que o afirmem enquanto âncora de desenvolvimento regional;
- Potenciar o valor social e económico das valências recreativa, lúdica e formativa do aeródromo municipal de Évora;
- Consolidar o valor patrimonial e a atractividade turística de Évora e integrar nesta dinâmica os centros urbanos envolventes da sub-região, através do desenvolvimento de produtos turísticos que assegurem este objectivo;
- Criar condições em Évora para acolhimento de congressos e outros eventos culturais, turísticos ou de negócios de dimensão relevante.
- Apoiar as manifestações económicas, culturais, artísticas , etc. específicas, sempre que identificadoras, caracterizadoras da imagem e associadas à criação de valor acrescentado local.

5. Subvenção Global

5.1. Justificação da Subvenção Global

O Regulamento (CE) nº 1083/2006 do Conselho relativo aos Fundos Estruturais prevê, nos seus artigos 42º e 43º, a criação da figura da Subvenção Global, a exemplo dos regulamentos gerais dos anteriores períodos de programação.

De acordo com o nº 1 do artigo 42º do referido regulamento, “O Estado–Membro ou a autoridade de gestão pode delegar a gestão e a execução de uma parte de um programa operacional num ou mais organismos intermédios, designados pelo Estado–Membro ou pela autoridade de gestão, incluindo autoridades locais, organismos de desenvolvimento regional ou organizações não governamentais, em conformidade com as disposições de um acordo celebrado entre o Estado–Membro ou a autoridade de gestão e o organismo”. O mencionado artigo refere ainda que “a referida delegação não prejudica a responsabilidade financeira da autoridade de gestão e dos Estados–Membros” e que “o organismo intermédio deve estar estabelecido ou representado na região ou regiões abrangidas pelo programa operacional no momento da sua designação”.

O artigo 43º, por seu lado, vem especificar os elementos que devem fazer parte do acordo/contrato de delegação da “gestão e execução da parte do programa operacional” em causa.

Em consonância com estas disposições, e na sequência do disposto na alínea m) do nº 4 da Resolução de Conselho de Ministros nº 25/2006, de 10 de Março, o Decreto-Lei nº 312/2007 de 17 de Setembro, relativo à governação do QREN, vem definir as condições em que a subvenção global pode ser aprovada, bem como o conteúdo formal do documento a contratualizar.

Refiram-se alguns aspectos essenciais presentes no artigo 61º daquele Decreto-Lei:

- a delegação de competências em organismos intermédios implica sempre a celebração de contratos escritos com a autoridade de gestão, especificando as responsabilidades das partes contratantes;
- o objecto da delegação de competências de gestão respeita a operações incluídas num único PO;
- não são susceptíveis de delegação em organismos intermédios nem de integração em subvenções globais as competências relativas a certificação, auditoria e controlo;
- as competências da autoridade de gestão só podem ser objecto de delegação em organismos intermédios desde que propiciem condições para melhorar a eficácia e a eficiência de gestão ou para superar insuficiências quantitativas ou qualitativas em recursos;
- o exercício das competências das autoridades de gestão delegadas em organismos intermédios respeita os regulamentos, as orientações técnicas, administrativas e financeiras aplicáveis ao PO;
- a coerência dos projectos que integram uma subvenção global é assegurada através do estabelecimento, pelos correspondentes organismos intermédios, de estratégias integradas de desenvolvimento;
- nas situações em que as operações sejam de iniciativa municipal, são preferencialmente objecto de financiamento pelo PO as que tenham natureza supra-municipal;
- os contratos relativos a subvenções globais estabelecem mecanismos que impedem a atomização de projectos de investimento;

Por seu lado, o artigo 64º do Decreto-Lei nº 312/2007 especifica que:

- a delegação de competências de gestão implica o estabelecimento de subvenções globais e é celebrada com associações de municípios organizadas territorialmente com base nas unidades de nível III da NUTS;

- as estratégias integradas de desenvolvimento regional a apresentar para a contratualização correspondem a programas territoriais de desenvolvimento da ou das unidades de nível III da NUTS abrangidas pela subvenção global.

Finalmente, os n.ºs 4 e 5 do artigo 63.º do mesmo Decreto-Lei especificam o conteúdo do contrato de delegação de competências:

- a justificação para esta modalidade de gestão;
- a quantificação dos objectivos e dos indicadores de realização e resultado a alcançar pelas operações cuja gestão é objecto de delegação;
- a definição da tipologia de operações cuja gestão é objecto de delegação;
- os critérios de aceitabilidade e de selecção das operações;
- a tipologia de beneficiários elegíveis;
- a definição da taxa máxima de financiamento das operações cuja gestão é objecto de delegação;
- a definição da taxa média de financiamento das operações e a metodologia para estabelecimento da taxa de financiamento de cada operação;
- a forma e os prazos de pagamento aos organismos intermédios, quando for o caso, e aos beneficiários;
- a especificação das modalidades de utilização dos juros eventualmente produzidos;
- o conteúdo e a periodicidade dos relatórios de execução das operações cuja gestão é objecto de delegação;
- a especificação das consequências de eventuais incumprimentos, incluindo as disposições para recuperar os montantes indevidamente pagos;
- as responsabilidades formalmente assumidas pelas entidades contraentes no cumprimento das normas e disposições nacionais e comunitárias aplicáveis;
- se for caso disso, as modalidades de utilização de uma garantia financeira.

A presente proposta de subvenção global pretende dar resposta a todos os requisitos técnicos e formais previstos no Decreto-Lei n.º 312/2007 e na restante legislação nacional aplicável, sem perder de vista o disposto nos artigos 42.º e 43.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, que enquadram a delegação da gestão e execução de partes de programas operacionais através de subvenções globais.

A entidade que se propõe contratualizar a gestão e execução de parte do Programa Operacional Regional do Alentejo é a Associação de Municípios do Distrito de Évora.

A AMDE é uma Associação de Municípios de fins específicos, nos termos da Lei 11/2003, de 13 de Maio, tendo por fim a realização de interesses específicos comuns aos municípios que a integram. Foi constituída em Setembro de 1985, na qualidade de pessoa colectiva de direito público, com sede em Évora.

Até 1 de Janeiro de 2008, integraram a AMDE os seguintes municípios: Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Mora, Mourão, Montemor-o-Novo, Portel, Redondo, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa.

A partir de 1 de Janeiro de 2008, o município de Alandroal deixou de integrar a AMDE.

A área abrangida pelos municípios que integram actualmente a AMDE é de 6.386,9 Km² onde vive uma população de 152.794 habitantes.

Sem prejuízo das atribuições transferidas pela administração central e pelos municípios, a AMDE prossegue os seguintes fins públicos:

- Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- Coordenação, sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades, das actuações entre os municípios e os serviços da administração central, em áreas como o saneamento básico e o abastecimento público, a educação, o ambiente, conservação da natureza e recursos naturais, a segurança e protecção civil, as acessibilidades e transportes, os equipamentos de utilização colectiva, o apoio ao turismo e à cultura, os apoios ao desporto, à juventude e às actividades de lazer, o planeamento e gestão estratégica, económica e social e a gestão territorial na área dos municípios integrantes.

Neste quadro, a AMDE prossegue a realização dos interesses específicos dos seus associados nos seguintes domínios, sem prejuízo de outras competências que estes lhe venham a delegar nos termos da lei:

- Gestão e tratamento de resíduos sólidos urbanos;
- Coordenação de actividades desportivas intermunicipais;
- Gestão de informação e de bases de dados de interesse comum aos associados;
- Gestão da aquisição e da prestação de serviços comuns aos associados;
- Apoio ao desenvolvimento de projectos de modernização e qualificação dos serviços municipais;
- Gestão da formação dirigida a eleitos, funcionários e agentes dos municípios;
- Elaboração de estudos e projectos de nível intermunicipal;
- Gestão de infra-estruturas e projectos comuns.

A Associação é dirigida por um Conselho Directivo de 5 membros eleitos e a gestão dos seus assuntos correntes está a cargo de um Secretário-Geral.

A AMDE tem tido um papel relevante na coordenação e promoção de investimentos intermunicipais, na elaboração de candidaturas a financiamentos comunitários, no apoio e

acompanhamento do desenvolvimento económico regional e na prestação de serviços aos municípios em que a escala tem ganhos de eficiência, designadamente:

- Promoção e preparação técnica do Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos do Distrito de Évora e do Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais);
- Elaboração do PIDDEV – Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Évora ;
- Preparação e elaboração de candidaturas conjuntas tanto para financiamento da Administração Central (Modernização Administrativa) como para fundos comunitários (INTERREG, PORA);
- Envolvimento na criação e participação em entidades de promoção do desenvolvimento regional (Região de Turismo de Évora, SODERA, TRILHO, ARECBA e ADRAL);
- Acompanhamento da execução do Programa Operacional da Região Alentejo 2000-2006 e de outros programas nacionais e comunitários relevantes para o desenvolvimento da Região.;
- Prestação de serviços comuns aos municípios associados (informação geográfica, controlo da qualidade da água, ruído, segurança, higiene e saúde no trabalho, formação profissional)

A AMDE não teve até ao momento experiência específica na gestão de fundos estruturais comunitários, embora tenha acompanhado a sua execução e adquirido competências no que respeita à preparação de candidaturas elegíveis às diversas fontes de financiamento.

Considera nesse contexto reunir as condições tanto técnicas como humanas necessárias à boa utilização dos recursos comunitários, dando garantias de rigor na aplicação da regulamentação nacional e comunitária vigente. A AMDE está naturalmente disposta a ajustar a sua própria organização interna, caso seja necessário, para dar cabal cumprimento aos normativos comunitários de gestão dos fundos.

A razão que leva a Associação e os municípios que a compõem a fazer um esforço para desempenhar estas novas funções e arcar com responsabilidades acrescidas é a forte convicção de que será possível obter ganhos de eficácia e de eficiência na gestão dos recursos financeiros comunitários quando comparados com os que resultariam da gestão directa efectuada pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Alentejo.

O conhecimento que a AMDE tem do terreno – leia-se, do território abrangido e dos municípios que o compõem -, a experiência que detém na promoção de consensos inter-municipais e na consecução de algumas decisões de investimento de maior escala e estruturantes para o Alentejo Central e a maior proximidade em relação aos promotores dos projectos são por certo factores que justificam uma intervenção da Associação mais activa do que no passado na gestão dos recursos do FEDER, com vantagem para a Região e para o País.

Dado que a Associação abrange actualmente apenas 12 dos 14 municípios envolvidos na preparação deste Programa Territorial de Desenvolvimento e inseridos no âmbito territorial da Subvenção Global que se lhe seguirá, serão celebrados protocolos específicos para o efeito com os municípios do Alandroal e de Reguengos de Monsaraz.

5.2. Âmbito operacional da Subvenção Global

5.2.1. Condicionantes

Os objectivos e prioridades da Subvenção Global têm naturalmente que se inserir na estratégia que foi definida para a NUTS III do Alentejo Central no horizonte do Programa.

Por outro lado, dado que a Subvenção Global deverá ser financiada pelo Programa Operacional Regional do Alentejo, o seu conteúdo e elegibilidades têm de se conformar plenamente com a Decisão da Comissão que aprova o Programa e com o texto e opções estabelecidas no próprio Programa.

Também os regulamentos das diferentes tipologias de operações que integram o Programa Operacional são directamente aplicáveis aos projectos da Subvenção Global pelo que naturalmente condicionam o conteúdo possível da Subvenção Global.

Finalmente, a Deliberação de 19 de Março de 2008 da Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais define um conjunto de sectores não elegíveis à partida como sejam os apoios ao investimento privado, as redes de competitividade urbana e as acções de regeneração urbana.

Na realidade, o conteúdo da Subvenção Global foi definido tendo em conta, no que respeita ao Programa Operacional Regional do Alentejo, o seguinte:

- os seus objectivos e prioridades;
- as metas quantificadas a atingir;
- as áreas de intervenção e respectivas elegibilidades;
- o carácter mono-fundo do Programa, que exclui logo à partida, por exemplo, todos os investimentos em capital humano (a apoiar pelo FSE) e na área do desenvolvimento rural (a financiar pelo FEADER, instrumento que está mesmo formalmente excluído das actuações da Coesão Económica e Social no período 2007-13).

Para além disso, foram retiradas as áreas não elegíveis ou as tipologias de operações não elegíveis ao Programa Operacional Regional, de acordo com os regulamentos publicados ao longo dos últimos cinco meses.

Naturalmente que estes condicionalismos não constituíram o único elemento de restrição em relação ao âmbito mais alargado do Programa Territorial de Desenvolvimento: as competências de

investimento dos municípios - tal como definidas da lei - e as áreas em que estes têm já efectiva experiência tanto de investimento como de gestão dos recursos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional foram factores essenciais para o desenho da Subvenção Global. Na verdade o âmbito da Subvenção Global acabou por ficar limitado às áreas em que os municípios têm uma efectiva e forte intervenção na esfera local, quer porque são eles próprios responsáveis pelos investimentos, quer porque têm uma influência real na sua realização por terceiros (designadamente via parcerias).

Resulta desde logo destes considerandos que a Subvenção Global do Alentejo Central não esgota a Estratégia de Desenvolvimento definida para a sub-região e, muito menos, abrange a totalidade dos investimentos que deverão vir a ser co-financiados pelos Fundos Estruturais da União Europeia – FEDER, FSE e Fundo de Coesão – durante o período de aplicação do QREN (2007-13). Para além disso, também por imperativo comunitário, as acções de potenciação do espaço rural, explicitadas no Eixo prioritário 3 da estratégia de desenvolvimento do Alentejo Central, não poderão ter cabimento na Subvenção Global.

Independentemente da possibilidade de a Associação de Municípios do Distrito de Évora poder vir a construir outras subvenções globais para acesso aos programas operacionais temáticos integrados no QREN, torna-se claro que os seguintes programas operacionais deverão igualmente contribuir para a implementação da estratégia definida para a NUTS III:

- o Programa Operacional Factores de Competitividade, financiado pelo FEDER;
- o Programa Operacional Potencial Humano, financiado pelo Fundo Social Europeu;
- o Programa Operacional Valorização do Território, financiado pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão;
- o Programa de Cooperação Transfronteiriça Portugal - Espanha.

Também o Programa de Desenvolvimento Rural, financiado pelo FEADER deverá ter aplicação no território rural da sub-região e apoiar operações identificadas como prioritárias.

A definição do conteúdo exacto da Subvenção Global ficou marcado pelos condicionalismos atrás referidos mas ainda assim mantém uma grande coerência com a estratégia que está subjacente ao Programa Operacional Regional do Alentejo. Com efeito, essa coerência era já patente no âmbito mais alargado do Programa Territorial de Desenvolvimento em relação aos desígnios e prioridades que resultaram do processo de reflexão regional designado por “Alentejo 2015” e fica agora reforçada no quadro mais circunscrito das elegibilidades FEDER consagradas no PO Regional do Alentejo e detalhadas em três dezenas de regulamentos específicos publicados recentemente.

Na verdade, se aos quatro objectivos estratégicos definidos para o Alentejo Central retirarmos aquele que respeita directamente à qualificação dos recursos humanos – Adaptar a valorizar conhecimentos e competências – e que pelas razões atrás indicadas não tem cobertura no

Programa Operacional Regional do Alentejo, verifica-se que acabam por corresponder ao conteúdo dos cinco eixos prioritários definidos no POR do Alentejo.

Com efeito, a estrutura operacional do Programa Operacional do Alentejo, que tem que se conformar às normas e regras aplicáveis aos programas financiados pelos Fundos Estruturais da União Europeia, está organizada em cinco eixos que na realidade cobrem os **três eixos prioritários** fixados no Programa Territorial de Desenvolvimento:

- Promover um ambiente empresarial competitivo e inovador, aberto ao exterior: Eixos 1 e 5 do POR Alentejo;
- Assegurar um modelo territorial e social coeso: Eixos 2 e 3 do POR Alentejo;
- Qualificar o ambiente e potenciar o espaço rural: Eixo 4 do POR Alentejo.

O Eixo 6 do Programa Operacional do Alentejo é, como se sabe, um eixo instrumental para a implementação do Programa e inclui as verbas que permitirão assegurar uma eficaz e eficiente gestão, acompanhamento, avaliação e controlo do Programa; dado que parte dessas funções são delegadas na Associação de Municípios, no quadro da Subvenção Global, é natural que também parte desses recursos possam ser afectos às funções de gestão assumidas pela Associação. Para o efeito, deverá a AMDE ao longo do período de contratualização apresentar candidaturas elegíveis à Autoridade de Gestão do PO Regional do Alentejo por forma a financiar os encargos com as actividades ligadas à gestão da Subvenção Global.

Tal como referido anteriormente, as prioridades de actuação seleccionadas para integrar a Subvenção Global partiram da estratégia de desenvolvimento do Alentejo Central e tiveram em consideração os objectivos, regras e limitações fixadas no Programa Operacional Regional do Alentejo ou na regulamentação a ele aplicável. Para além disso, houve que ter em conta o volume de recursos disponíveis no PO para esta Subvenção Global, face ao deliberado pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO; na realidade não faz sentido, tendo em conta o muito limitado orçamento disponível para esta figura de programação de investimentos, abarcar na Subvenção Global as 16 tipologias de investimento teoricamente nela enquadráveis.

O exercício que foi solicitado pelo Governo e efectuado no Alentejo Central teve naturalmente por objectivo definir prioridades de afectação de recursos; face aos escassos recursos disponibilizados, faria pois pouco sentido que esse processo não desembocasse na priorização de um conjunto de áreas de investimento consideradas essenciais para garantir um salto qualitativo da sub-região nos próximos sete anos.

Surgiu assim um conjunto de actuações coerente, concentradas em áreas chave para a competitividade regional e com ambição e impacto supra-municipal.

Dado que o acompanhamento financeiro da Subvenção Global terá que ser efectuado, de acordo com a legislação nacional aplicável, por eixo prioritário do Programa Operacional, parece conveniente organizar as intervenções públicas segundo o figurino do PO em vez da natural estruturação por eixos do Programa Territorial de Desenvolvimento.

Assim sendo, para cada um dos cinco eixos do Programa Operacional Regional do Alentejo são apresentadas as tipologias de operações que se pretende financiar bem como os elementos previstos no artigo 63º do Decreto-Lei nº 312/2007 e na Deliberação da Comissão de Ministerial de Coordenação dos PO Regionais, de 19 de Março.

5.2.2. No quadro da Competitividade, Inovação e Conhecimento

No âmbito do Eixo 1 do Programa Operacional Regional do Alentejo, foi seleccionada a seguinte tipologia de operações para integrar a Subvenção Global:

Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística

Tendo em conta as especiais responsabilidades das autarquias nesta área, a sua capacidade para promover e integrar parcerias tanto no quadro do investimento como das actividades de gestão, e a relevância desta área para a fixação e atracção de unidades produtivas para a sub-região, assim criando riqueza e emprego, esta tipologia de operações, na sequência da estratégia definida anteriormente (Eixo 1 da Estratégia do Alentejo Central), foi considerada uma prioridade absoluta.

Trata-se também, no quadro da dinamização da actividade económica, onde os municípios querem cada vez mais ter uma palavra a dizer, de uma das áreas em que dispõem de maior capacidade de iniciativa. A organização da rede logística de 2º nível em três pólos – Vendas Novas, Évora e Zona dos Mármore – permitiu avançar para intervenções estruturantes nessas áreas e considerar áreas complementares de acolhimento de empresas, designadamente em Montemor-o-Novo e em Mora.

Os projectos de investimento a apoiar inserir-se-ão nas seguintes categorias:

a) Áreas de acolhimento empresarial

- (i) Infra-estruturas físicas: projectos de infra-estruturas físicas de criação, expansão, qualificação e reconversão de áreas de acolhimento empresarial, inseridos numa óptica de coerência, racionalidade e complementaridade no seio da rede regional e supra-municipal de áreas de acolhimento empresarial. Esta tipologia compreende, nomeadamente, edifícios e instalações, infra-estruturas físicas de uso colectivo tais como infra-estruturas viárias, de telecomunicações, de banda larga, de distribuição de água e energia, de recolha de resíduos e efluentes e outras tecnicamente necessárias;
- (ii) Empreendedorismo: projectos estruturados de promoção de novas empresas, promovidos pelas entidades gestoras de áreas de acolhimento empresarial ou por redes institucionais que integrem, entre outros parceiros, as referidas entidades gestoras, excluindo o co-financiamento directo de projectos empresariais;

(iii) Serviços partilhados e acções de divulgação: projectos que visem o reforço da capacidade de gestão e serviços partilhados no âmbito de áreas de acolhimento empresarial visando a capacitação e o reforço do potencial humano e a disponibilização de uma oferta de serviços optimizados às entidades utilizadoras deste tipo de infra-estruturas, bem como projectos de melhoria da capacidade de gestão das entidades gestoras de áreas de acolhimento empresarial, incluindo acções de *benchmarking* internacional e a participação em redes, associações e consórcios internacionais; Incluem-se ainda nesta tipologia programas de divulgação da área de acolhimento de empresas junto de potenciais utilizadores.

b) Intervenções na rede logística de 2.º nível: Implementação ou reordenamento de áreas de actividade logística de 2º nível (não inseridas na rede nacional logística), envolvendo infra-estruturas físicas de criação, expansão, qualificação e reconversão da rede logística de 2º nível, inseridos numa óptica de coerência, racionalidade e complementaridade com a rede nacional logística, a rede regional de áreas de acolhimento empresarial o micro-abastecimento logístico das principais cidades do sistema urbano regional.

Os critérios de aceitabilidade e de selecção das operações são os previstos nos artigos 7º e 8º do Regulamento do Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística.

A tipologia de beneficiários elegíveis é a constante do artigo 6º do Regulamento do Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística.

A taxa máxima a aplicar a esses projectos será de 70% sobre as despesas elegíveis, tendo em conta as regras decorrentes de eventual geração de receitas.

A taxa média estimada de financiamento é de 60% sendo para o respectivo cálculo tido em conta os critérios estabelecidos no Anexo A do Regulamento do Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística.

Tendo em conta os princípios estabelecidos no Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território e os trabalhos do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo foram definidos como projectos estruturantes nesta área os seguintes:

- Parque Industrial de Vendas Novas (expansão e criação de serviços comuns);
- Zona Industrial do Alto da Portela em Vila Viçosa (Zona dos Mármore).

As infra-estruturas de acolhimento sedeadas em Évora, que têm igualmente carácter estruturante para a Região serão objecto de candidatura ao PO no quadro das Redes Urbanas para a Competitividade e, por essa razão, não surgem integradas nesta Subvenção Global.

Os projectos acima referidos são objecto de fichas próprias anexas ao presente documento, em conformidade com as disposições da Deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais, de 19 de Março.

Para o conjunto desta tipologia de operações, o montante de investimento elegível previsto efectuar no período 2008-13 é de 20,8 milhões de euros, sendo-lhe associada uma comparticipação FEDER total de 12,5 milhões de euros. De notar que o cálculo da despesa elegível já tem em conta a geração de receitas pelo que se trata de despesa “líquida”.

5.2.3. No quadro do Desenvolvimento Urbano

No âmbito do Eixo 2 do Programa Operacional Regional do Alentejo, foi seleccionada a seguinte tipologia de operações para integrar a Subvenção Global:

Mobilidade Territorial

Dado que as duas áreas deste eixo relativas à política de cidades – Regeneração Urbana e Redes Urbanas para a Competitividade – não podem, por decisão governamental, ser abrangidas pela Subvenção Global resta para contratualizar esta componente do desenvolvimento urbano tendente a melhorar a mobilidade no interior dos agregados urbanos, tanto através de uma melhoria dos acessos e sistema de transportes como pela promoção e reforço de modos de transporte sustentáveis ou pela retirada de parte do tráfego do centro das cidades – daí, designadamente, a importância das variantes. Trata-se em todos os casos de um contributo relevante para o ambiente urbano e para a mobilidade, duas prioridades assumidas da estratégia de desenvolvimento do Alentejo Central.

Os projectos de investimento a apoiar inserir-se-ão nas seguintes categorias:

- a) Variantes a centros urbanos que contribuam para o reordenamento dos diferentes níveis da rede viária;
- b) Centros coordenadores de transporte e parques de estacionamento, sobretudo os periféricos ou os integrados em operações de requalificação urbana que favoreçam a intermodalidade, a libertação de espaço público para modos de transporte mais sustentáveis ou a melhoria da acessibilidade aos transportes públicos;
- c) Promoção da mobilidade sustentável e de modos alternativos de transporte (redes de ecopistas, ciclovias, pedonal, acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, etc.), incluindo, por exemplo, a criação de corredores próprios uni ou multimodais;
- d) Promoção da oferta de soluções inovadoras de transporte colectivo e micrologística em meio urbano;
- e) Intervenções que visem promover a segurança e reduzir a sinistralidade rodoviária intraurbana, designadamente, no que respeita a peões e bicicletas;
- f) Protecção contra o ruído gerado na rede rodoviária em meio urbano e suburbano;
- g) Sistemas de controlo de tráfego rodoviário e de passageiros, sistemas inteligentes de apoio à exploração e de informação aos condutores e passageiros;

h) Renovação de material de transporte, com vista à melhoria da eficiência energética das frotas das empresas municipais e serviços municipalizados de transporte de passageiros.

Os critérios de aceitabilidade e de selecção das operações são os previstos nos artigos 5º e 6º do Regulamento da Mobilidade Territorial.

As tipologias de beneficiários elegíveis são as seguintes: câmaras municipais, associações de municípios, empresas municipais e inter-municipais, públicas ou com capitais maioritariamente públicos, e operadores de transporte público de passageiros.

A taxa máxima a aplicar a esses projectos será de 70% sobre as despesas elegíveis, tendo em conta as regras decorrentes de eventual geração de receitas.

A taxa média estimada de financiamento é de 70% sendo para o respectivo cálculo tido em conta os critérios estabelecidos no Anexo II do Regulamento da Mobilidade Territorial.

O montante de investimento previsto efectuar nesta tipologia de operações no período 2008-13 é de 5,7 milhões de euros, sendo-lhe associada uma comparticipação FEDER total de 4 milhões de euros.

5.2.4. No quadro da Conectividade e Articulação Territorial

No âmbito do Eixo 3 do Programa Operacional Regional do Alentejo, foram seleccionadas as seguintes tipologias de operações para integrar a Subvenção Global:

Mobilidade Territorial

Património Cultural

Equipamentos Culturais

Equipamentos para a Coesão Local

Trata-se de tipologias que correspondem aos principais investimentos na esfera de competências dos municípios e por essa razão terão no seu conjunto um peso maioritário nos recursos financeiros a atribuir à Subvenção Global. No quadro do eixo prioritário “Assegurar um modelo territorial e social coeso” da estratégia de desenvolvimento do Alentejo Central ficou clara a prioridade atribuída a cada uma destas áreas, a saber:

- a rede rodoviária sub-regional e o sistema de transportes;
- a valorização do património cultural como elemento identificador da sub-região e sua fruição sustentável por residentes e visitantes;
- o completamento das redes de equipamentos sociais a nível da cultura, desporto e apoio social.

Dados os limitados recursos atribuídos à Subvenção Global, os municípios da AMDE decidiram atender prioritariamente às áreas de maior carência ou deficiência dos equipamentos existentes e por essa razão – face ao que ficou dito no capítulo da caracterização em matéria de equipamentos escolares – o ensino básico pré-escolar e do 1º ciclo de escolaridade ficam excluídos das intervenções apoiadas pelo FEDER.

Em relação à **Mobilidade Territorial** os projectos de investimento a apoiar inserir-se-ão nas seguintes categorias:

- a) Construção/beneficiação de troços da rede municipal e de eixos supra-municipais que contribuam para organizar uma rede local de itinerários estruturantes, assim como a instalação de sinalização indicativa e de código, a definir para conjuntos de municípios;
- b) Infra-estruturas de melhoria das acessibilidades a infra-estruturas logísticas, corredores de tráfego comercial, a áreas de concentração industrial, empresarial ou outros pólos de interesse regional;
- c) Promoção da mobilidade sustentável, de modos alternativos de transporte e de soluções inovadoras de transporte colectivo (p. ex: ciclovias, estruturas de prestação de serviços de transporte público personalizado, utilização colectiva de transporte público individual, racionalização da oferta de transportes públicos nos espaços de baixa densidade em articulação com a rede de transportes escolares, etc.);
- d) Intervenções que visem promover a segurança e reduzir a sinistralidade rodoviária (redução de pontos negros, escolas de trânsito, etc.);
- e) Planos e estudos intermunicipais estratégicos de transporte, designadamente os planos intermunicipais de mobilidade, que fomentem a articulação entre os diferentes modos de transporte, a racionalização do sistema e a minimização dos custos de investimento e de exploração.

Os critérios de aceitabilidade e de selecção das operações são os previstos nos artigos 5º e 6º do Regulamento da Mobilidade Territorial.

As tipologias de beneficiários elegíveis são as seguintes: câmaras municipais, associações de municípios, empresas municipais e inter-municipais, públicas ou com capitais maioritariamente públicos, e operadores de transporte público de passageiros.

A taxa máxima a aplicar a esses projectos será de 70% sobre as despesas elegíveis, tendo em conta as regras decorrentes de eventual geração de receitas.

A taxa média estimada de financiamento é de 70% sendo para o respectivo cálculo tido em conta os critérios estabelecidos no Anexo II do Regulamento da Mobilidade Territorial.

O projecto de dinamização do Aeródromo de Évora, visando a criação de um cluster aeronáutico à volta daquele potencial pólo de desenvolvimento tem carácter estruturante para a sub-região e mesmo para o Alentejo. Nesse sentido é apresentado em ficha anexa ao presente documento.

Em relação ao **Património Cultural** os projectos de investimento a apoiar inserir-se-ão nas seguintes categorias:

- a) Conservação, restauro, valorização ou reabilitação de monumentos, conjuntos e sítios arqueológicos, classificados ou vias de classificação nos termos legais em vigor, associáveis ou não a um território envolvente específico;
- b) Criação de centros interpretativos de património cultural e criação, remodelação e instalação de serviços de apoio ao visitante;
- c) Criação, remodelação, ampliação, recuperação, modernização e beneficiação de instalações, imóveis e espaços envolventes de museus que integram a Rede Portuguesa de Museus ou a eles afectos, bem como a instalação ou requalificação de exposições permanentes e temporárias dos museus integrados na Rede Portuguesa de Museus;
- d) Conservação, restauro e valorização do património cultural móvel classificado, em vias de classificação, ou pertencente a museus da Rede Portuguesa de Museus;
- e) Projectos integrados de salvaguarda, valorização e animação do património.

Os critérios de aceitabilidade e de selecção das operações são os previstos nos artigos 6º e 8º do Regulamento do Património Cultural.

A tipologia de beneficiários elegíveis é a constante das alíneas b) c) d) e e) do artigo 7º do Regulamento do Património Cultural.

A taxa máxima a aplicar a esses projectos será de 65% sobre as despesas elegíveis, tendo em conta as regras decorrentes de eventual geração de receitas.

A taxa média estimada de financiamento é de 60% sendo para o respectivo cálculo tido em conta os critérios estabelecidos no Anexo A do Regulamento do Património Cultural.

O projecto “Sistema de fruição do património natural e cultural do Alentejo Central”, cuja primeira fase já foi objecto de candidatura no quadro dos avisos de concurso desta tipologia de operações, assume carácter estruturante para a sub-região ao estudar e preparar de forma integrada para o conjunto dos municípios da NUTS III as intervenções de valorização, sinalização, promoção e fruição do património da sub-região.

Por essa razão é objecto de ficha específica anexa a este documento.

Em relação aos **Equipamentos Culturais** os projectos de investimento a apoiar inserir-se-ão nas seguintes categorias:

- a) Criação, ampliação, instalação e desenvolvimento de serviços de Bibliotecas Públicas a integrar na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas;
- b) Criação, instalação e desenvolvimento de serviços de Arquivos Públicos;
- c) Recuperação e valorização de teatros e cine-teatros;

d) Equipamento de recintos de exibição cinematográfica com sistemas de cinema digital e produção de conteúdos digitais.

Os critérios de aceitabilidade e de selecção das operações são os previstos nos artigos 5º e 7º do Regulamento dos Equipamentos Culturais.

As tipologias de beneficiários elegíveis são as seguintes: municípios, associações de municípios, empresas municipais detidas pelas autarquias, instituições privadas sem fins lucrativos que prossigam fins culturais, em parceria com entidades públicas, e fundações, associações e outras entidades sem fins lucrativos que prossigam fins culturais.

A taxa máxima a aplicar a esses projectos será de 50% sobre as despesas elegíveis, tendo em conta as regras decorrentes de eventual geração de receitas e estando sujeito aos custos-padrão e outros limites constantes, para cada categoria de operações, nos anexos ao Regulamento dos Equipamentos Culturais.

A taxa média estimada de financiamento é de 45% sendo para o respectivo cálculo tido em conta os critérios estabelecidos no Anexo G do Regulamento dos Equipamentos Culturais.

Em relação aos ***Equipamentos para a Coesão Local*** os projectos de investimento a apoiar inserir-se-ão nas seguintes categorias:

a) Equipamentos desportivos, de proximidade e pequena escala global, de interesse municipal e intermunicipal, não abrangidos pelo Programa Operacional Valorização do Território (POVT), designadamente os inseridos nas seguintes tipologias de Instalações Desportivas de Base Recreativa (Decreto-Lei nº 317/97 de 25 de Novembro):

(i) Equipamentos polivalentes e adaptáveis a actividades físico - desportivas não formais;

(ii) Equipamentos de base formativa (sem bancadas fixas para espectadores).

b) Equipamentos sociais, de âmbito supra-municipal, que demonstrem, em sede de candidatura ter uma procura mínima, exterior ao Município que receberá o equipamento, de 25% da sua capacidade total, sendo prioritários a construção, qualificação e/ou equipamento dos seguintes tipos de equipamentos: creches, lares de apoio, centros de acolhimento temporário, lares de infância e juventude, apartamento de autonomização, centros de apoio a imigrantes, centros de dia, lares de idosos, serviços de apoio domiciliário, centro de actividades ocupacionais, lares residenciais, residências autónomas e cuidados continuados integrados a pessoas dependentes.

Os critérios de aceitabilidade e de selecção das operações são os previstos nos artigos 5º e 6º do Regulamento dos Equipamentos para a Coesão Local.

As tipologias de beneficiários elegíveis são as seguintes: municípios, associações de municípios, instituições privadas de solidariedade social ou equiparadas, outras entidades públicas ou entidades privadas de utilidade pública, nomeadamente do Sector Empresarial Local que tenham

como objecto principal a intervenção e o desenvolvimento de actividades no âmbito das tipologias de equipamentos em causa, mediante protocolos ou outras formas de cooperação com os municípios.

A taxa máxima a aplicar a esses projectos será de 70% sobre as despesas elegíveis, tendo em conta as regras decorrentes de eventual geração de receitas.

A taxa média estimada de financiamento é de 70% sendo para o respectivo cálculo tido em conta os critérios estabelecidos no Anexo A do Regulamento dos Equipamentos para a Coesão Local.

5.2.5. No quadro da Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural

No âmbito do Eixo 4 do Programa Operacional Regional do Alentejo, foi seleccionada a seguinte tipologia de projectos para integrar a Subvenção Global:

Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

O Alentejo e, em particular a sub-região do Alentejo Central, assumem a manutenção de padrões elevados de qualidade ambiental como um factor primordial da competitividade e atractividade da Região, condições essenciais para o seu desenvolvimento tal como resulta da estratégia de desenvolvimento e, especialmente do seu eixo prioritário 3 – Qualificar o Ambiente e Potenciar o Espaço Rural. Uma das actuações consideradas como prioritárias será a elaboração de um conjunto significativo de Agendas 21 Locais pelos municípios da sub-região por forma a passarem a dispor de instrumentos amplamente participados e consensualizados pelas populações de orientação e planeamento a longo prazo para um desenvolvimento sustentável.

Refira-se que no domínio das águas estão revistas várias intervenções nas zonas fluviais e protecção dos lençóis de água mas a Subvenção Global não abrange actuações no ciclo urbano da água.

Ainda que a situação da sub-região face à média do País apresente índices de cobertura e satisfação relevantes, os objectivos do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR) não estão ainda plenamente atingidos na sub-região e investimentos adicionais terão que ser feitos em baixa. No entanto, a complexidade da regulamentação do PO nessa matéria aconselha a que tais financiamentos sejam objecto de uma metodologia e contratualização com o Ministério do Ambiente separadas da Subvenção Global; por essa razão tais operações não foram incluídas neste proposta.

Os projectos de investimento a apoiar inserir-se-ão assim nas seguintes categorias:

- a) Preparação e implementação das Agendas 21 Locais;
- b) Requalificação ambiental e reabilitação do património natural;
- c) Gestão de Recursos Hídricos – Águas Interiores:
 - (i) Acções que visem a protecção de origens de água e a definição dos seus perímetros de protecção;
 - (ii) Acções que visem a promoção da reutilização de águas residuais tratadas;
 - (iii) Acções de valorização de zonas fluviais e recuperação do património associado;
- d) Valorização de albufeiras, incluindo sinalização e infra-estruturas de apoio

Os critérios de aceitabilidade e de selecção das operações são os previstos nos artigos 5º e 6º do Regulamento das Acções de Valorização e Qualificação Ambiental.

A tipologia de beneficiários elegíveis corresponde aos municípios e suas associações.

A taxa máxima a aplicar a esses projectos será de 75% sobre as despesas elegíveis, tendo em conta as regras decorrentes de eventual geração de receitas.

A taxa média estimada de financiamento é de 70% sendo para o respectivo cálculo tido em conta os critérios estabelecidos no artigo 9º do Regulamento das Acções de Valorização e Qualificação Ambiental.

O montante de investimento previsto efectuar nesta tipologia de operações no período 2008-13 é de 5,7 milhões de euros, sendo-lhe associada uma comparticipação FEDER total de 4 milhões de euros.

5.2.6. No quadro da Governação e Capacitação Institucional

No âmbito do Eixo 5 do Programa Operacional Regional do Alentejo, foi seleccionada a seguinte tipologia de projectos para integrar a Subvenção Global:

Modernização Administrativa das Autarquias Locais

A redução dos custos de contexto das empresas e a generalização da Internet nas escolas e nos espaços residenciais é uma prioridade assumida no contexto da promoção de um ambiente empresarial competitivo e inovador (Eixo prioritário 1 da Estratégia de Desenvolvimento do Alentejo Central). Nesse sentido os municípios da AMDE pretendem desenvolver uma série de acções e de investimentos tendentes a melhorar a eficiência dos serviços públicos autárquicos, a melhorar a qualidade e rapidez do atendimento, a colocar on line serviços e informação relevante para os munícipes e as empresas e inter-conectar os diversos municípios em rede.

A Associação de Municípios do Distrito de Évora enquanto aglutinadora e coordenadora de um projecto conjunto dos municípios nesta área será a principal beneficiária desta tipologia de

operações, sem prejuízo de actuações complementares mais pontuais a levar a cabo pelos próprios municípios.

Os projectos de investimento a apoiar inserir-se-ão nas seguintes categorias:

a) Operações de qualificação e simplificação do atendimento dos serviços públicos aos cidadãos e às empresas, nomeadamente:

- (i) Projectos ou grupos de projectos de organização e integração transversal de serviços administrativos e de disponibilização de informação, apoiados em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), em função das necessidades dos respectivos utentes finais, cidadãos e empresas, nomeadamente numa lógica de “balcão único”;
- (ii) Projectos ou grupos de projectos de disponibilização de serviços com recurso a tecnologias multi-canal para atendimento e/ou comunicação dentro da Administração Pública e entre a Administração Pública e os cidadãos e empresas;
- (iii) Projectos ou grupos de projectos de avaliação da satisfação dos utentes, monitorização dos níveis de serviço alcançados, de certificação de qualidade dos serviços, e introdução e difusão de melhores práticas orientadas para os cidadãos e empresas.

b) Operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública, nomeadamente:

- (i) Projectos ou grupos de projectos de racionalização e simplificação organizacional;
- (ii) Projectos ou grupos de projectos de reengenharia e desmaterialização nos processos, seja nos processos de interacção entre a Administração e os cidadãos e empresas, seja nos processos internos à própria Administração, designadamente segundo uma perspectiva de integração transversal;
- (iii) Projectos ou grupos de projectos de promoção da inovação organizacional e de gestão na Administração Pública;
- (iv) Projectos ou grupos de projectos de criação de redes de relação e partilha de conhecimento na Administração Pública.

c) Operações no domínio da administração em rede, nomeadamente:

- (i) Projectos ou grupos de projectos de desenvolvimento de infra-estruturas tecnológicas de suporte a iniciativas de modernização administrativa na Administração Pública;
- (ii) Projectos ou grupos de projectos de desenvolvimento dos mecanismos necessários para assegurar a interoperabilidade entre os vários sistemas de informação da Administração Pública, designadamente com recurso à identificação electrónica;
- (iii) Projectos ou grupos de projectos de desenvolvimento de soluções de comunicação integradas, que assegurem a conectividade entre os serviços públicos, com base em

mecanismos de segurança adequados, numa óptica de racionalização das infra-estruturas e/ou serviços de comunicações do Estado;

(iv) Projectos ou grupos de projectos de implementação de instrumentos de gestão e monitorização do território, das infra-estruturas e dos equipamentos colectivos;

(v) Projectos ou grupos de projectos de implementação de tecnologias inovadoras na Administração Pública, designadamente ao nível do desenvolvimento de mecanismos de participação e do reforço da administração electrónica no exercício de cidadania.

Os critérios de aceitabilidade e de selecção das operações são os previstos nos artigos 7º e 8º do Regulamento do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa.

A tipologia de beneficiários elegíveis corresponde aos municípios e suas associações.

A taxa máxima a aplicar a esses projectos será de 70% sobre as despesas elegíveis, tendo em conta as regras decorrentes de eventual geração de receitas.

A taxa média estimada de financiamento é de 70% sendo para o respectivo cálculo tido em conta os critérios estabelecidos no Anexo A do Regulamento do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa.

O montante de investimento previsto efectuar nesta tipologia de operações no período 2008-13 é de 5,5 milhões de euros, sendo-lhe associada uma comparticipação FEDER total de 3,8 milhões de euros.

O projecto “Modernização Administrativa nas Autarquias do Alentejo Central” a implementar em duas fases – 2008-10 e 2011-13 – tem carácter estruturante e será conduzido pela AMDE. A primeira fase foi já objecto de candidatura no quadro dos avisos de concurso lançados pelo Programa Operacional Regional do Alentejo para esta tipologia de operações. A ficha correspondente à totalidade do projecto figura em anexo.

5.3. Plano Financeiro de Investimentos

O montante total de investimento a prever na Subvenção Global é de 78,5 milhões de euros para o período 2008-13, sendo para o efeito solicitado um co-financiamento do FEDER de 48,8 milhões de euros.

Dado que a subvenção global será implementada em duas fases, pareceu relevante apresentar também o plano financeiro para o período 2008-10: trata-se de um investimento total previsto de 43,8 milhões de euros a que deverá corresponder um apoio comunitário de 27,1 milhões de euros

O planeamento financeiro das acções a desenvolver no quadro da Subvenção Global é apresentado nos três quadros seguintes, os quais indicam a ventilação das verbas por anos e por

eixos estratégicos e fontes de financiamento. Consideram-se aqui os eixos estratégicos do Programa Operacional e não os da estratégia da sub-região visto que a gestão financeira da SG tem que ser totalmente compatibilizada com a do Programa Operacional, devendo toda a informação financeira (tanto a nível da programação como da execução) ser fornecida à Comissão Directiva do PO por eixo do Programa.

Os quadros apresentados são similares aos previstos no regulamento de implementação dos Fundos Estruturais para os programas operacionais, contendo a informação relevante lá contemplada.

O primeiro quadro financeiro inclui a programação financeira plurianual apenas da componente comunitária do financiamento dos projectos (programação dos recursos FEDER).

De acordo com as orientações da Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais – Deliberação de 19 de Março de 2008 – a programação plurianual na segunda metade do período (2011-13) terá de ser confirmado e eventualmente ajustado (inclusive pela própria alteração dos valores totais para esse triénio) no final do período 2008-10; os valores indicados no quadro para 2011-13 têm portanto carácter meramente informativo, ainda que resultem já das prioridades atribuídas pela AMDE para o conjunto do período na base do consenso entre municípios.

Programação Plurianual da SG

Milhões de euros						
2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total 2008-13
9,0	9,0	9,1	7,1	7,2	7,4	48,8

No que respeita aos segundo e terceiros quadros – relativos à repartição por eixos do PO Regional do Alentejo e por fontes de financiamento, optou-se por elaborar um para a totalidade do período da contratualização 2008-13 e outro para a primeira fase dessa mesma contratualização (2008-10). Tal solução permite identificar a priorização da afectação dos recursos proposta pelos municípios da AMDE nos próximos três anos mas também, indicativamente, aquela que se afigura ser a programação financeira desejável na segunda metade do período.

As taxas médias de co-financiamento definidas para o período 2007-13 em eixo prioritário resultam da aplicação das taxas previstas nos diversos regulamentos publicados para o Programa Operacional Regional do Alentejo. Tal como acontece nos quadros financeiros daquele Programa, também aqui as taxas de apoio são aplicáveis à totalidade das despesas elegíveis, tanto públicas como privadas.

Para além dos montantes previstos nos quadros seguintes, a AMDE terá ainda acesso a verbas do Eixo 6 – Assistência Técnica do Programa Operacional Regional do Alentejo no montante de 0,421 milhões de euros para os primeiros três anos e de 0,638 milhões de euros para a totalidade do período 2008-13.

Plano Financeiro por eixos e fontes de financiamento – 2008/10

Milhões de euros

	Financiamento comunitário [a]	Contrapartida nacional [b] = [c]+[d]	Repartição indicativa da contrapartida nacional		Financiamento total [e] = [a]+[b]	Taxa de co- financiamento [f] = [a]/[e]
			Financ. público nacional [c]	Financ. privado nacional [d]		
Eixo Prioritário 1	5,0	3,3	2,0	1,3	8,3	60
Eixo Prioritário 2	2,5	1,1	0,9	0,2	3,6	70
Eixo Prioritário 3	16,0	10,7	9,5	1,2	26,7	60
Eixo Prioritário 4	2,1	0,9	0,9	0,0	3,0	70
Eixo Prioritário 5	1,5	0,7	0,9	0,0	2,2	70
Total	27,1	16,7	14,2	2,7	43,8	62

Plano Financeiro por eixos e fontes de financiamento – 2008/13

Milhões de euros

	Financiamento comunitário [a]	Contrapartida nacional [b] = [c]+[d]	Repartição indicativa da contrapartida nacional		Financiamento total [e] = [a]+[b]	Taxa de co- financiamento [f] = [a]/[e]
			Financ. público nacional [c]	Financ. privado nacional [d]		
Eixo Prioritário 1	12,5	8,3	5,0	3,3	20,8	60
Eixo Prioritário 2	4,0	1,7	1,4	0,3	5,7	70
Eixo Prioritário 3	24,5	16,3	14,5	1,8	40,8	60
Eixo Prioritário 4	4,0	1,7	1,7	0,0	5,7	70
Eixo Prioritário 5	3,8	1,7	1,7	0,0	5,5	70
Total	48,8	29,7	24,3	5,4	78,5	62

5.4. Disposições de implementação

5.4.1. Estrutura de gestão

A gestão da Subvenção Global do Alentejo Central é cometida à Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE), a qual integra 11 municípios da NUTS III Alentejo Central e ainda Mora.

Para o efeito, a AMDE dotar-se-á dos meios técnicos e humanos necessários para garantir uma boa e rigorosa gestão dos recursos comunitários do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) postos à sua disposição.

A gestão da SG rege-se naturalmente pelo Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho relativo aos Fundos Estruturais e ao Fundo de Coesão - em particular pelo seu artigo 56.º referente às subvenções globais – bem como pelo Regulamento (CE) n.º 1080/2006 relativo ao FEDER. A nível nacional respeitará integralmente as disposições do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro – em particular os seus artigos 63.º e 64.º referentes às subvenções globais - e do Regulamento nacional do FEDER e do Fundo de Coesão aprovado pela Comissão Ministerial do QREN.

Com vista a evitar conflitos de interesses e de forma a garantir uma gestão profissional da Subvenção Global, a AMDE designará um gestor da SG que terá a seu cargo a recepção das candidaturas, a sua análise e decisão de aprovação, a verificação da despesa e pagamentos aos beneficiários e o acompanhamento dos projectos.

Para o efeito, o Conselho Directivo da AMDE delegará todos os poderes de gestão da Subvenção Global no Secretário-Geral que passará assim a ter ligações directas com o Gestor do Programa Operacional para todos os efeitos ligados à gestão e, designadamente, para o processo de confirmação das aprovações.

Ficará naturalmente a cargo do gestor da SG a comunicação aos beneficiários da decisão que recaiu sobre as suas candidaturas.

Em nome da AMDE ficará assim responsável pelo desempenho de todas as funções contratuais ligadas à gestão e acompanhamento da SG.

Ficará assim obrigado a proceder à publicitação dos apoios atribuídos respeitando, nomeadamente os termos do artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro e demais legislação comunitária e nacional aplicável. Para além disso, terá de fazer cumprir os normativos nacionais e comunitários em matéria de ambiente, igualdade de oportunidades, concorrência e contratação pública.

O gestor da SG será apoiado tecnicamente por uma pequena estrutura, a definir pelo Conselho Directivo da AMDE, que ficará directamente afectada a esse fim.

A gestão da SG será suportada por um sistema de informação que satisfaça as condições que lhe sejam fixadas pela autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Alentejo.

5.4.2. Selecção e aprovação dos projectos

Os projectos são apresentados pelas entidades beneficiárias/promotores à Associação de Municípios do Distrito de Évora, através de um formulário de candidatura on-line disponível no site da AMDE. Tal formulário permitirá juntar em anexo todas as informações complementares necessárias à análise e apreciação da candidatura, sem prejuízo de algumas peças do projecto de candidatura poderem vir a ser entregues em suporte papel.

As candidaturas são entregues em contínuo, pelo que não são definidos prazos pré-estabelecidos para a sua apresentação; tal metodologia permitirá acelerar a execução dos projectos por forma a permitir atingir os objectivos quantificados previstos na Subvenção Global.

A estrutura da AMDE que apoiará tecnicamente o Gestor da SG verificará as condições de acesso do projecto e do promotor e, em consonância com os critérios de selecção previstos em cada área de intervenção, tomará uma decisão de aprovação ou não aprovação dos projectos para co-financiamento. A decisão será transmitida à CCDDR Alentejo/Gestor do PO Regional do Alentejo para confirmação, em conformidade com o disposto no nº 6 do artigo 63º do Decreto-Lei nº 312/2007.

A decisão de financiamento é formalizada através de um termo de aceitação a celebrar entre o beneficiário e o gestor da SG em nome da AMDE

Do termo de aceitação constarão:

- a) A designação da operação que é objecto de financiamento;
- b) Os objectivos e os indicadores de realização e resultado, quando aplicável, a alcançar pela operação;
- c) O custo total da operação, o montante da comparticipação e a respectiva taxa;
- d) A identificação da conta bancária específica do beneficiário para pagamentos do FEDER;
- e) As responsabilidades formalmente assumidas pelas partes contratantes no cumprimento das normas e disposições nacionais e comunitárias aplicáveis;
- f) Os prazos de pagamento ao beneficiário;
- g) O conteúdo e a periodicidade dos relatórios de execução da operação a apresentar pelo beneficiário ao gestor da SG;
- h) A obrigação de o beneficiário garantir a criação de um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação;

- i) A obrigação de o beneficiário respeitar integralmente as normas de contratação pública aplicáveis e evidenciar claramente a articulação entre a despesa declarada e o processo de contratação pública respectivo;
- j) A especificação das consequências de eventuais incumprimentos, incluindo a rescisão;
- k) As disposições para recuperar os montantes indevidamente pagos, incluindo a aplicação de juros de mora e de juros compensatórios;
- l) Os procedimentos a observar na alteração da operação.

Para os projectos geradores de receitas deverão constar também do termo de aceitação:

- a) A obrigação de o beneficiário informar a autoridade de gestão das receitas líquidas geradas ao longo de 5 anos após a conclusão da operação, no caso de não ser possível estimar com antecedência as respectivas receitas;
- b) A obrigação de o beneficiário informar a autoridade de gestão quando as receitas líquidas determinadas para efeito do cálculo de comparticipação sofrerem alteração substancial;
- c) A obrigação de o beneficiário restituir os montantes que venham a ser devolvidos ao orçamento geral da UE na sequência da identificação de receitas que não tenham sido devidamente consideradas no âmbito de pagamentos efectuados à operação.

5.4.3. Pagamentos

Na sequência da comunicação da aprovação do apoio do FEDER à operação em causa (e do estabelecimento do contrato de financiamento, quando for caso disso), o promotor pode apresentar ao Gestor da SG pedidos de pagamento, em formulário próprio, disponibilizado electronicamente. O pedido de pagamento será sempre acompanhado de cópias autenticadas dos documentos de despesas respectivos (despesa realizada e paga pelo beneficiário).

Em alternativa, e sempre que haja legislação específica que o permita, o pedido de pagamento pode ser acompanhado das respectivas facturas (devendo os documentos relativos ao pagamento da despesa serem remetidos nos prazos que tal legislação indique).

Em ambos os modelos os beneficiários deverão assegurar que os originais dos documentos de despesa relativos à operação são objecto de aposição de um carimbo com menção ao PO, eixo prioritário, código do projecto, número de lançamento na contabilidade geral, a taxa de imputação e rubrica de investimento.

Após análise e conferência do pedido e documentação anexa, é solicitado ao Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional (IFDR) que proceda à transferência financeira correspondente para o beneficiário; para o efeito será celebrado um protocolo com aquela entidade do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional

Os reembolsos efectuados à operação e para o beneficiário da mesma, serão feitos pelo IFDR para uma conta específica, para o FEDER, aberta pela entidade proponente da operação.

Os reembolsos das despesas efectuadas serão realizados até ao limite de 95% do total do co-financiamento do FEDER, devendo os restantes 5% ser desbloqueados aquando da apresentação, ao Gestor da Subvenção Global do relatório final de encerramento da operação (e depois de verificação da conclusão física e financeira da operação).

O prazo máximo de pagamento ao beneficiário será de 60 dias a partir da apresentação de cada pedido de pagamento, devidamente instruído; este prazo poderá no entanto ser alargado caso não haja liquidez na conta da Subvenção Global.

Os juros gerados pelas transferências da Comissão Europeia a título de adiantamentos, desde a entrada na conta da SG titulada pelo IFDR até à saída para os beneficiários dos apoios serão canalizados para a Subvenção Global como parte da comparticipação pública nacional, e serão declarados à Comissão Europeia aquando do encerramento do Programa.

As regras de utilização dos juros acumulados durante o período de programação, serão definidas no acordo assinado entre a autoridade de gestão e o organismo intermédio responsável pela subvenção global. O Gestor da SG comunicará à autoridade de gestão do PO regional do Alentejo e ao IFDR, eventuais situações de suspensão de pagamentos e respectivas anulações acompanhadas da devida fundamentação.

5.4.4. Controlo e recuperação de verbas indevidas

O gestor da SG comunicará à autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Alentejo e ao IFDR todas as informações relevantes em relação às dívidas ao PO relacionadas com projectos integrantes da subvenção global.

A constituição da dívida e respectiva fundamentação deverá ser comunicada pelo gestor da SG ao beneficiário, com conhecimento à autoridade de gestão do PO regional do Alentejo e ao IFDR, independentemente do processo de recuperação adoptado.

Quando se justificar a recuperação de montantes indevidamente pagos ou não justificados, a respectiva restituição será efectuada através da compensação com créditos já apurados ou passíveis de apuramento a curto prazo, relativos à mesma operação, salvaguardando o disposto no n.º 3 do artigo 98.º do Regulamento n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho.

Na impossibilidade de ser efectuada a compensação referida anteriormente, o IFDR notificará o beneficiário sobre o montante a restituir, o respectivo prazo e a fundamentação da decisão. Desta notificação será informado tanto a autoridade de gestão do PO como o gestor da SG.

Os montantes que sejam objecto de restituição ao orçamento geral da UE, em resultado das receitas não tidas em conta para efeitos do cálculo da comparticipação comunitária ou não

deduzidas nas despesas, serão recuperados pelo IFDR junto dos beneficiários responsáveis pelas respectivas operações.

5.4.5. Relatórios de execução

O Gestor da Subvenção Global deverá elaborar um relatório anual de execução sobre o progresso físico e financeiro das operações apoiadas, em conformidade com o modelo geral aprovado para os programas operacionais do FEDER. Esse relatório deverá ser remetido à autoridade de gestão do Programa Operacional Regional do Alentejo até 31 de Março de cada ano, relativamente à execução do ano anterior.

O relatório anual de execução deverá necessariamente evidenciar os progressos registados na prossecução dos objectivos quantificados estabelecidos para a Subvenção Global, nos indicadores de acompanhamento das diversas áreas de intervenção e na evolução da execução financeira. Toda a informação deverá necessariamente ser ventilada por área de intervenção e por eixo do Programa Operacional.